

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
(UFSCar)
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
(CPA)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
(SINAES)

Profa. Dra. Alice Helena Campos Pierson
Profa. Dra. Alayde Aparecida F. Gessner
Prof. Dr. Bernardo Arantes do N. Teixeira
Prof. Dr. Caetano Brugnaro
Prof. Dr. Celso Luiz A. Conti
Prof. Dr. Edemilson Nogueira
Profa. Dra. Maria da Gloria Bonelli
Profa. Dra. Maria Helena Antunes de Oliveira e Souza
Maria Cristina M. Nitzsche
José Ricardo Marques dos Santos
Raquel Auxiliadora dos Santos

São Carlos, dezembro de 2006

SUMÁRIO

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO TRABALHO	5
I ENSINO DE GRADUAÇÃO	8
1 CURSOS DE GRADUAÇÃO E SUA EVOLUÇÃO	8
1.1 Evolução dos Cursos de Graduação	8
1.2 Situação Atual dos Cursos de Graduação	9
2. DIRETRIZES E AÇÕES INSTITUCIONAIS	15
2.1 Currículo dos Cursos de Graduação	15
2.1.1 Diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	15
2.1.2 Questão curricular na Instituição	15
2.1.2.1 Concepção e organização curricular	15
2.1.2.2 Reformulação curricular na história da UFSCar	18
2.1.2.3 Reformulação curricular institucionalmente coordenada	20
2.1.2.4 Atividades especiais na perspectiva de melhor formação dos alunos	23
2.1.3 Análise da questão curricular	35
2.2 Avaliação do Ensino de Graduação	36
2.2.1 Diretrizes do PDI	36
2.2.2 Avaliação da graduação na UFSCar	36
2.2.2.1 Oferecimento e avaliação semestrais dos componentes curriculares dos cursos	37
2.2.2.2 Avaliação dos cursos pelo Ministério da Educação	39
2.2.3 Análise das avaliações interna e externa	42
2.3 Capacitação Didático Pedagógica dos Professores	43
2.3.1 Diretrizes do PDI	43
2.3.2 Qualificação, aperfeiçoamento e atualização do corpo docente	43
2.3.3 Análise da problemática de capacitação docente	44
2.4 Coordenação de Curso	44
2.4.1 Diretrizes do PDI	44
2.4.2 Coordenação dos cursos de graduação na UFSCar	44
2.4.3 Análise da questão de coordenação dos cursos	45
2.5 Atividades de apoio Acadêmico	45
2.5.1 Diretrizes do PDI	45
2.5.2 Apoio acadêmico na UFSCar	45
2.5.2.1 Editora	45
2.5.2.2 Sistema de Bibliotecas	46
2.5.2.3 Secretaria de Informática	49
2.5.2.4 Assessoria Internacional	50
2.5.2.5 Programa de Capacitação Discente para o Estudo (ProEstudo)	50
2.5.2.6 Feira de Oportunidades	51
2.5.2.7 Divulgação de oportunidade de estágio e emprego	51
2.5.3 Análise do apoio acadêmico	51
2.6 Acesso a Permanência	52
2.6.1 Diretrizes do PDI	52
2.6.2 Ingresso e permanência de alunos de graduação na UFSCar	52
2.6.2.1 Ingresso por vestibular	52
2.6.2.2 Outras formas de ingresso na Universidade	55
2.6.2.3 Acesso a portadores de necessidades especiais	55
2.6.2.4 Determinação do perfil sócio-econômico dos candidatos e dos ingressantes nos cursos de graduação	56
2.6.2.5 Permanência dos alunos nos cursos	57
2.6.2.6 Cursinho Pré-Vestibular	59

2.6.2.7 Universidade Aberta	59
2.6.3 Análise da questão de acesso e permanência de alunos de graduação da UFSCar	60
II ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	62
1 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E SUA EVOLUÇÃO	62
1.1 Três Momentos de Expansão da Pós-Graduação da UFSCar	62
1.2 Situação Atual dos Cursos de Pós-Graduação	67
2. DIRETRIZES E AÇÕES INSTITUCIONAIS	68
2.1 Diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para a Pós-Graduação	68
2.2 Acesso à Pós-Graduação e Titulação de Novos Mestres e Doutores	69
2.3 Pesquisa e Pós-Graduação	73
2.4 Divulgação da Pesquisa e a Editora da UFSCar	76
2.5 Análise da Pós-Graduação da UFSCar	77
III EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	79
1 EVOLUÇÃO DA EXTENSÃO	79
2 DIRETRIZES E AÇÕES INSTITUCIONAIS	82
2.1 Diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para a Extensão	82
2.2 Avaliação da Extensão	83
2.3 Política Atual de Extensão	85
2.4 Análise da Extensão na UFSCar	88
IV INFRA-ESTRUTURA E MEIO-AMBIENTE	90
1 EVOLUÇÃO DAS QUESTÕES INFRA-ESTRUTURAIS E AMBIENTAIS NA UFSCar	90
2 DIRETRIZES E AÇÕES INSTITUCIONAIS	91
2.1 Diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para as Questões Infra-Estruturais e Ambientais	91
2.1.1 Diretrizes de ocupação dos <i>campi</i> : zoneamento do <i>campus</i> de São Carlos	91
2.1.2 Diretrizes de desenvolvimento físico-ambiental	92
2.1.3 Diretrizes gerais de urbanização e infra-estrutura	92
2.1.4 Diretrizes gerais de urbanização e infra-estrutura: sistema viário principal	93
2.2 Infra-Estrutura: Situação Atual	93
2.3 Desenvolvimento Físico-Ambiental: Situação Atual	96
2.3.1 Gestão de áreas verde	96
2.3.1.1 Áreas urbanas	96
2.3.1.2 Áreas agrícolas	97
2.3.1.3 Áreas de preservação	97
2.3.2 Programas e atividades desenvolvidas	97
2.3.3 Termo de ajuste de conduta	99
2.3.4 Gestão de recursos naturais utilizados pela comunidade	99
2.3.4.1 Sistema de abastecimento de água	99
2.3.4.2 Rede de esgoto e água pluvial	99
2.4 Análise das Questões Infra-Estruturais e Ambientais na UFSCar	100
V COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	101
1 EVOLUÇÃO	101
2 AÇÕES E DIRETRIZES INSTITUCIONAIS	102
2.1 Diretrizes do PDI	102
2.2 Atividades e Produtos Desenvolvidos	102
2.2.1 Relação com a imprensa	102
2.2.2 Comunicação interna	103

2.2.3 Produtos institucionais	105
2.2.4 Divulgação científica	105
2.2.5 Implantação da Rádio e TV da UFSCar	106
2.2.6 Sistema de Apoio à Comunicação Integrada	107
2.3 Análise das Atividades Relacionadas à Comunicação	108
VI REFERÊNCIAS	109
VII ANEXO	111

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO TRABALHO

A proposição de um modelo de Avaliação Institucional para examinar a qualidade do projeto educacional da UFSCar consoante ao demandado pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) transformou-se em momento ímpar de reconhecimento do estágio em que a Instituição se encontrava, a partir da definição de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A construção do PDI a partir de março de 2002 sustentou-se em um trabalho de natureza coletiva com sucessivos momentos de reflexão, deliberação e sistematização de metas com (a)firmiação de compromissos institucionais distribuídos numa linha de tempo que permitisse fossem localizados os avanços e percalços enfrentados no processo de consecução do plano.

Como uma universidade pública consciente de seu compromisso social, eixo fundamental assumido no processo de elaboração do PDI, foi decidido que, ao se traçar os indicadores de êxito da proposta devêssemos tornar visível, tanto para nossa comunidade interna como comunidade externa, as prioridades na forma de execução de nossas políticas de ensino, pesquisa e extensão.

Evidentemente, ao darmos forma a estas intenções no campo da formação, tanto na graduação como na pós-graduação, possibilitamos algum controle social acerca de nosso processo rumo à concepção da qualidade educacional desejada.

Possuidores de um projeto construído por meio da orquestração de vozes obtido em diferentes grupos que ajudaram a construir a feição institucional que desejávamos ter, a subsequente necessidade de monitoramento do seu processo de implementação passou a ser clara. Assim a idéia de acompanharmos o movimento de nosso PDI, sua trajetória superadora do plano discursivo materializando-se no plano operacional, levou-nos a aceitar a importância de assumirmos a avaliação como instrumento de gestão e subsídio para o processo decisório em cada uma e em todas as atividades finalísticas constitutivas do trabalho universitário.

A participação da UFSCar no SINAES, obedecendo à legislação vigente, que toma a avaliação como uma política de Estado, gerou algumas dificuldades em nossa comunidade, que acabava de sair de um amplo processo participativo de análise e avaliação de suas metas e objetivos, gerador do nosso PDI, ainda em fase bastante inicial de implementação. A superação desta dificuldade exigiu alguma prudência na forma de responder às exigências do sistema de modo a evitar respostas mecânicas e burocratizadas que conduzissem o processo de avaliação institucional a um mero exercício de compilação de informações a ser encaminhado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” do Ministério da Educação (MEC/INEP) em prazos definidos, despotencializando a contribuição da avaliação no aprimoramento do PDI e em seus desdobramentos na vida dos cursos de graduação, pós-graduação e nas políticas de pesquisa e extensão.

Dada a cultura de avaliação que historicamente aprendemos e que consagra esta atividade como algo ligado, quase inexoravelmente, à classificação, ao controle, ao “ranqueamento” das pessoas, instituições, seria ingenuidade supor pudesse o SINAES nascer sem gerar resistência ou sem contradições.

Seu formato avaliativo inaugurando uma avaliação de sistema, orgânica e baseada numa concepção formativa do processo avaliatório, com centralidade na auto-avaliação institucional, previa uma série de momentos, tempos /espaços, estratégias e instrumentos de avaliação coordenados por uma comissão mista e denominada própria de avaliação (CPA) revelava-se como um modelo híbrido de avaliação que reunia tanto responsabilidade regulatória como avaliatória e de supervisão das Instituições de Ensino Superior (IES).

A designação da CPA e a formulação de um projeto de avaliação institucional interna que atendesse aos enunciados do SINAES, exigência primeira do sistema para fazer desenvolver o ciclo da avaliação, pelos aspectos políticos e históricos já referidos, não garantiriam por si só o clima necessário para que a avaliação pudesse ser vista e vivida com a riqueza contida no novo formato que contrahegemonicamente se insinuava.

Isto posto, em nossa IES, a etapa de sensibilização foi deflagrada valendo-nos da experiência de construção do PDI e que ainda hoje aparece como um desafio diuturno no sentido de contagiar a comunidade e ampliar a participação do corpo social no processo de avaliação. Este princípio é central na proposta do SINAES.

Outro cuidado na construção de nossa proposta foi a aceitação de que processos de auto-conhecimento e auto-questionamento institucional nem sempre exigem novo processo de coleta de dados, mas o aproveitamento crítico de alguns dados já existentes e eventualmente subutilizados pela comunidade que ainda não conseguira extrair deles todos os significados possíveis. Sendo assim, nosso formato avaliativo respaldou-se no respeito à identidade de nossa Instituição, sua cultura, sua missão, seus processos e relações já instituídos como base para sua resignificação, que de alguma maneira conformam as possibilidades e os limites da avaliação.

Nossa estratégia foi tentar reunir e integrar elementos que expressassem os avanços a partir do PDI em diferentes cenários da vida institucional e assim atender aos princípios da globalidade e organicidade da proposta do SINAES.

Assumimos ainda que a avaliação como processo formativo e contínuo implicaria compreender que algumas resistências ao projeto de avaliação poderiam ser reportadas à cultura de avaliação hegemônica, que está centrada na vertente classificatória, “ranqueadora”, punitiva e excludente e via de regra usada como instância de controle e de estratégia de submissão dos sujeitos implicados no processo. Sendo assim, o respeito aos ritmos foi considerado relevante para evitar a produção de propostas de projetos de avaliação mais ousados, mas pouco sustentáveis em nossa realidade posto que carentes de legitimidade técnica ou política. A opção da CPA constituída foi a de evitar que as oportunidades criadas pelo clima vivido na experiência de produção do PDI fosse despotencializado pela execução de um plano de avaliação que desconsiderasse nosso contexto político e acadêmico.

Observadas estas premissas, encaminhamos um plano de avaliação ao INEP que formalizava nossa disposição ao processo de avaliação, iniciando-se com a avaliação institucional interna. Conhecedores do proposto no SINAES, simultaneamente começamos e intensificamos nossas formas de auto-conhecimento institucional, compilando os dados que ajudassem a compor a visão de nosso cenário educacional, para que o diagnóstico de suas forças e fragilidades subsidiasse o processo decisório subsequente, orientado pelas evidências tornadas visíveis pela avaliação.

Sendo assim, cabe destacar que a CPA levou em conta as 10 dimensões do SINAES, acrescentando a elas uma outra, incorporada a partir de nosso PDI, e organizou uma rede de informações quanti-qualitativas baseadas nos relatórios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), nos dados do censo escolar entre outros que auxiliassem a perceber o esforço e a coerência institucional no atendimento do disposto no PDI. Cabe salientar ainda que a releitura do texto do PDI possibilitou a percepção de que o Projeto Pedagógico Institucional estava de alguma forma nele insinuado. Isto também foi considerado relevante para a construção de referentes de análise dos dados de avaliação que fomos reunindo ao longo do ano e que serão expostos a seguir.

Como se pode depreender, nosso projeto de avaliação, embora tímido ainda, revelou-se importante para deflagrar o processo de auto-avaliação institucional, que por ser permanente, pode ser igualmente aperfeiçoado pela apropriação das lições do próprio processo de avaliação. Finalmente, destacamos que a sistematização de momentos de reflexão coletiva, subsidiados pelo processo de avaliação institucional, foi de forma diferenciada utilizada pelos atores da IES, como era previsível, mas representou importante passo para a aceitação desta atividade como necessária ao aprimoramento da missão institucional, especialmente na fase de expansão que vive, fruto das opções retratadas no PDI.

Esse processo não deve ser entendido como sistematização final da auto-avaliação institucional, mas fundamentalmente como o início da construção de uma cultura de avaliação permanente na Instituição. Nem todos os aspectos que poderiam ser avaliados foram objeto desta primeira etapa. Entendendo ser ela uma continuidade do processo desencadeado pela elaboração do PDI, procurou-se organizar o processo de avaliação a partir dos mesmos elementos priorizados na etapa anterior. Nesta perspectiva, foram priorizadas as atividades fins da Universidade, ou seja, seu ensino, sua pesquisa e suas atividades de extensão. Quanto aos aspectos administrativos, foram analisados apenas alguns aspectos referentes às questões infra-estruturais, ambientais e de comunicação e informação.

Procuramos, desta forma, não tornar o processo de avaliação institucional um elemento estranho à Instituição, mas parte de um processo já iniciado em 2001 com a elaboração do PDI, de construção da UFSCar que queremos.

Operacionalmente, foram construídos, pelos membros da CPA, textos-base para cada área objeto de análise, sintetizando as informações necessárias à avaliação por membros da comunidade interna. Inicialmente foram delimitadas as áreas de graduação; pós-graduação e pesquisa; extensão universitária; política de pessoal; política de informação e gestão universitária; infra-estrutura; meio ambiente. As temáticas “política de pessoal” e “gestão universitária”, no sentido amplo, não puderam ser desenvolvidas. A avaliação por grupos da comunidade foi realizada em dois dias (06 e 20 de outubro de 2006), sendo esses constituídos de professores, técnico-administrativos e alunos de graduação e de pós-graduação. Um dos grupos* fez a análise do ensino de graduação, outro o da pós-graduação, um terceiro se preocupou com a extensão e o último com questões administrativas.

* A relação dos integrantes dos grupos consta do Anexo a este relatório.

I ENSINO DE GRADUAÇÃO

Nesta primeira experiência, foi dada ênfase maior ao ensino de graduação por ele envolver mais pessoas da Instituição e a sua avaliação necessariamente contemplar aspectos das várias atividades da Universidade, uma vez que a ele se vinculam atividades de pesquisa e extensão.

1. CURSOS DE GRADUAÇÃO E SUA EVOLUÇÃO

1.1 Evolução dos Cursos de Graduação

As primeiras diretrizes que a Universidade assumiu na criação dos seus cursos de graduação foram as de responder às demandas sociais no campo científico-tecnológico formando profissionais capazes de atuar em tecnologia de ponta, autônoma, com o cunho da multidisciplinaridade, interagindo com o complexo industrial avançado, e professores para o ensino secundário e superior, principalmente na área de ciências básicas.

Também, desde o início, houve a preocupação em inovar e em não criar cursos que se sobrepusessem aos já existentes na Universidade de São Paulo (USP–São Carlos).

Além disso, a exigência de qualificação do corpo docente e do técnico-administrativo foi entendida como condição primeira de garantia de qualidade de ensino e das outras atividades acadêmicas.

No decorrer da história institucional, outras diretrizes se acrescentaram a essas, mas várias das intenções iniciais continuaram a perpassar a vida da UFSCar.

O ritmo de criação dos cursos foi bastante variável no decorrer do tempo. No período compreendido entre 1978 e 1990, nenhum curso foi criado, por falta de apoio externo. A Universidade sempre teve clareza da necessidade de se expandir, tanto que, ao se concretizar tal apoio, ela pôde fazê-lo, sempre respeitando as diretrizes iniciais ou as que se estabeleceram por aperfeiçoamento delas e aproveitando as condições que foram se delineando.

A ousadia em procurar inovar na criação dos cursos pode ser exemplificada em diferentes momentos da história institucional; em 1969, com a criação do Curso de Engenharia de Materiais; em 1993, com a do Curso de Produção Agroindustrial; em 1999, com a do Curso de Engenharia Física; em 2003, com a do Curso de Licenciatura em Música, com habilitação em Educação Musical; em 2005, com a de todos os cursos do *campus* de Sorocaba direcionados à sustentabilidade.

O compromisso de não sobrepor seus cursos aos da USP–São Carlos se manteve e ampliou-se ao longo do tempo em relação aos de outras instituições da região. Mesmo cursos oferecidos por outras instituições, como o de Engenharia Civil, iniciado na década de 70, ou Psicologia, da década de 90, têm propostas pedagógicas bastante diferenciadas daquelas de seus congêneres na cidade/região.

Houve, ainda, a criação de cursos a partir de demanda de parcela organizada da sociedade. Isto ocorreu primeiramente no caso da absorção dos cursos da Fundação Educacional São Carlos, vinculada à Prefeitura Municipal. Eles foram incorporados, mas seus projetos pedagógicos foram rediscutidos e seus docentes submetidos a concurso público para contratação. Esses cursos são os de Biblioteconomia e Educação Física. Mais recentemente, em 2005, foi criado o Curso de Medicina, estimulado por grande mobilização da comunidade local em torno dessa idéia.

A demanda por cursos noturnos também partiu da comunidade externa à Universidade, mas o atendimento a esse anseio antigo da sociedade somente pôde se

concretizar parcialmente quando a SESu/MEC deu seu apoio para que tal ocorresse.

Na gestão 1988-1992 da Reitoria, foi realizada, pela Fundação Educacional para o Desenvolvimento da Educação (FDE), uma pesquisa de demanda pelos cursos noturnos da Universidade. Tal pesquisa revelou um interesse significativo por vários cursos, repetindo em grande parte as prioridades de interesse manifestas para os cursos diurnos.

A criação de alguns dos cursos da Universidade somente foi possível otimizando os recursos materiais e de pessoal em parte já existentes, pois a UFSCar, enquanto instituição federal, depende, de um lado da política e de recursos governamentais para crescer e, de outro, da conjuntura e da política da própria Instituição. Alguns cursos em áreas básicas foram projetados por departamentos ou grupos de docentes que se constituíram inicialmente para atender a outros cursos.

Destaque deve ser dado ao Curso de Engenharia Agrônômica, que foi criado e implantado como decorrência da incorporação, em 1991, do Programa Nacional de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar – Planalçúcar. Com a incorporação desse centro de pesquisa na área agrícola no município de Araras, a UFSCar, além de aumentar seu patrimônio, passou a contar com mais pesquisadores altamente qualificados.

Uma interferência marcante da política interna da Universidade na expansão do ensino de graduação se deu no caso dos cursos mais recentes do Centro de Educação e Ciências Humanas, procurando sanar o desequilíbrio que se estabeleceu no decorrer do tempo entre as áreas, fruto em grande parte do privilégio inicial dado pela Universidade à área científico-tecnológica.

O recente Programa de Expansão do Sistema Federal de Educação Superior permitiu a implantação do novo *campus* da Universidade na cidade de Sorocaba, com a criação de 5 (cinco) novos cursos de graduação, dos quais 4 (quatro) iniciaram o seu funcionamento em 2006, bem como a criação do Curso de Medicina, no *campus* de São Carlos. Para o *campus* de Sorocaba, além do curso de Engenharia Florestal, que passará a funcionar a partir de 2007, estão previstos dois novos cursos: Ciências Econômicas e Engenharia de Computação, cuja criação ainda não foi aprovada pela Instituição.

O Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB, criado em 2005 pelo Ministério da Educação, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um Sistema Nacional de Educação Superior a Distância, em caráter experimental, permitiu à Universidade a apresentação em 2006 de propostas de 5 (cinco) novos cursos na modalidade semi-presencial, sendo 1 (um) bacharelado, 1 (uma) engenharia, 2 (duas) licenciaturas e 1 (um) curso de formação de tecnólogos.

Os cursos implantados até 1978 foram aprovados pelo Conselho de Curadores, com base em grades curriculares, e analisados, a partir de 1974, pela Câmara de Graduação. Aqueles criados a partir da década de 90 já apresentaram projetos pedagógicos, que, antes de sua aprovação, foram submetidos a várias instâncias de avaliação (colegiados dos Centros envolvidos, Câmara de Graduação, Conselho de Ensino e Pesquisa, Conselho Universitário), tendo sido realizados em alguns casos debates públicos a respeito.

A Tabela 1 apresenta a evolução da criação, implantação, extinção, reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos da Universidade.

1.2 Situação Atual dos Cursos de Graduação

A Tabela 2 apresenta a relação dos atuais cursos de graduação da Universidade, com as respectivas habilitações, número de vagas, períodos de

funcionamento e documentos legais relacionados às suas autorizações de funcionamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

Tabela 1 – Evolução da criação, implantação, extinção, reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos de graduação da UFSCar.

Cursos/Campus	Criado	Implantado	Extinto	Reconhecido	Aut. ConsUni
Campus São Carlos					
Engenharia de Materiais	1969	1970	-	1975	
Ciências 1º. Grau	1969	1970	1974	1973	
Pedagogia	1970	1971	-	1974	
Química – Licenciatura Plena	1970	1071	-	1974	
Química – Bacharelado*	1976	1976	-		
Química – Licenciatura (Noturno)*	1999	2000	-		1999
Física – Licenciatura Plena	1970	1971	-	1974	
Física – Bacharelado*	1970	1978	-		
Ciências Biológicas – Licenciatura Plena	1971	1972	-	1976	
Ciências Biológicas – Bacharelado*	1973	1975	-		
Ciência da Computação – Bacharelado	1973	1975	-	1980	
Matemática – Licenciatura Plena	1973	1975	-	1978	
Matemática – Bacharelado*	1973	1978	-		
Processamento de Dados	1973	1974	1986	1977	
Engenharia de Produção – Materiais	1976	1976	2004	1982	
Engenharia de Produção – Química	1976	1976	2004	1982	
Engenharia Química	1976	1976	-	1982	
Estatística – Bacharelado	1976	1976	-	1982	
Enfermagem	1976	1977	-	1980	
Engenharia Civil	1977	1978	-	1984	
Terapia Ocupacional	1977	1978	-	1983	
Fisioterapia	1977	1978	-	1983	
Ciências Sociais	1990	1991	-	1996	
Engenharia de Computação	1992	1992	-	1998	
Engenharia de Produção Agroindustrial	1993	1993	2004	1998	

continua

Tabela 1 – continuação.

Cursos/Campus	Criado	Implantado	Extinto	Reconhecido	Aut. ConsUni
Campus São Carlos					
Biblioteconomia e Ciência da Informação	1994	1994	-	2001	
Educação Física – Licenciatura	1994	1994		2001	
Educação Física - Bacharelado	1994	1994	2004	2001	
Psicologia	1994	1994	-	1997	
Imagem e Som	1995	1996	-		1995
Letras – Licenciatura	1995	1996	-	2001	
Matemática – Licenciatura e Bacharelado (Noturno)*	1995	1996	-		1995
Engenharia Física	1999	2000	-		1999
Música	2003	2004			
Engenharia de Produção	2004	2005			
Medicina	2005	2006			
Filosofia	2006	2007			
Campus de Araras					
Engenharia Agrônômica	1993	1993		1998	
Biotecnologia	2005	2006			
Campus de Sorocaba					
Ciências Biológicas – Bacharelado	2005	2006			
Ciências Biológicas – Licenciatura	2005	2006			
Engenharia de Produção	2005	2006			
Turismo – Bacharelado	2005	2006			
Engenharia Florestal	2005	2007			2005
Semi-presencial					
Educação Musical	2006				
Engenharia Ambiental	2006				
Pedagogia – Licenciatura	2006				
Sistemas de Informação – Bacharelado	2006				
Tecnologia Sucro-Alcooleira	2006				

*Reconhecimento não necessário.

Fonte: ProGrad/UFSCar

Tabela 2 – Relação dos cursos de graduação dos três *campi* da Universidade Federal de São Carlos, bem como dos cursos na modalidade semi-presencial, com as respectivas habilitações, números de vagas, períodos de funcionamento e documentos legais relacionados às suas autorizações de funcionamento, reconhecimentos e renovação de reconhecimento.

CURSO	HABILITAÇÃO	TOTAL VAGAS	PERÍODO	AUTORIZAÇÃO / CRIAÇÃO	RECONHECIMENTO	RENOVAÇÃO
Campus São Carlos						
Biblioteconomia e Ciência da Informação	Bacharelado	40	Noturno	Resolução CONSUN n°. 224, de 07/07/94	Portaria MEC n°. 2.052/01, de 19/09/2001	
Ciência da Computação	Bacharelado	60	Integral	Resolução CONSUN Ata da 37ª Reunião, de 02/08/1973	Portaria MEC n°. 72/80, de 16/01/1980	
Ciências Biológicas	Bacharelado	30	Integral		Decreto Federal n°. 78.130, de 29/07/76	
Ciências Biológicas	Licenciatura	30	Vespertino-noturno	Portaria CEPE n°. 474/04, de 06/08/2004		
Ciências Sociais	Bacharelado	50	Integral	Resolução CONSUN Ata da 77ª Reunião, 09/08/1990	Portaria MEC n°. 1.220/96, de 06/12/1996	
Educação Física	Licenciatura	40	Noturno (1º e 2º ano) e Vespertino-noturno (3º e 4º ano)	Parecer CEPE n°. 605, de 12/09/1995	Portaria MEC n°. 631, de 02/04/2001	Portaria GR n°. 765/04, de 04/06/2004
Enfermagem	Licenciatura e Bacharelado	30	Integral	Resolução CONSUN Ata da 64ª Reunião, 19/07/1976	Portaria MEC n°. 237/80, de 21/03/1980	
Engenharia Civil	Bacharelado	50	Integral	Resolução CONSUN Ata da 71ª Reunião, 16/04/1977	Portaria MEC n°. 82/84, de 29/02/1984	
Engenharia de Computação	Bacharelado	30	Integral	Resolução CONSUN n°. 133, 07/05/1992	Portaria MEC n°. 919/98, de 21/08/1998	
Engenharia de Materiais	Bacharelado	60	Integral	Resolução CONSUN Ata da 10ª Reunião, 29/11/1969	Decreto MEC n°. 76.789/75, de 15/12/1975	
Engenharia de Produção	Bacharelado	100	Integral	Resolução CEPE n°. 465/04, de 28/05/2004		
Engenharia Física	Bacharelado	30	Integral	Resolução ConsUni n°. 361/99, de 18/10/1999		
Engenharia Química	Bacharelado	60	Integral	Resolução CONSUN Ata da 59ª Reunião, de 30/04/1976	Portaria MEC n°. 11/82, de 08/01/1982	
Estatística	Bacharelado	30	Integral	Resolução CONSUN Ata da 59ª Reunião, de 30/04/1976	Portaria MEC n°. 484/82, de 20/12/1982	
Filosofia	Bacharelado e Licenciatura	30	Noturno	Portaria GR n°. 457/06, de 02/08/2006		
Física	Bacharelado e Licenciatura	50	Integral	Resolução CONSUN Ata da 18ª Reunião, de 05/12/1970	Decreto Federal n°. 73.736/74, de 05/03/1974	
Fisioterapia	Bacharelado	40	Integral	Resolução CONSUN Ata da 71ª Reunião, de 16/04/1977	Portaria MEC n°. 401/83, de 29/09/1983	
Imagem e Som	Bacharelado	40	Noturno	Resolução ConsUni n°. 245, de 13/06/1995	Portaria MEC n°. 1.102/02, de 10/04/2002	
Letras	Licenciatura (Português/Inglês)	20	Noturno	Resolução ConsUni n°. 244, de 13/06/1995	Portaria MEC n°. 1.152/01, de 11/06/2001	

Continua.

Tabela 2 – Continuação 1.

CURSO	HABILITAÇÃO	TOTAL VAGAS	PERÍODO	AUTORIZAÇÃO / CRIAÇÃO	RECONHECIMENTO	RENOVAÇÃO
Letras	Licenciatura (Português/Espanhol)	20	Noturno	Resolução ConsUni n°. 244, de 13/06/1995	Portaria MEC n°. 1.152/01, de 15/06/2001	
Matemática	Bacharelado e Licenciatura	30	Integral	Resolução CONSUN Ata da 137 ^a Reunião, de 02/08/1973	Decreto MEC n°. 82.539/78, de 01/11/1978	
Matemática	Bacharelado e Licenciatura	30	Bach. – Vespertino/Noturno Lic. – Noturno	Resolução ConsUni n°. 246, de 13/06/1995	Decreto MEC n°. 82.539/78, de 01/11/1978	
Medicina	Bacharelado	40	Integral	Despacho do Ministério s/n°. de 22/12/2005 Despacho 446/05 CES/CNE		
Música	Licenciatura	20	Integral	Portaria GR n°. 577/03, de 21/07/2003		
Pedagogia	-Orientação Educacional -Administração Escolar -Magistério Matérias Pedagógicas Ensino Médio e Mag. Das Séries Iniciais do Ensino Fund. -Supervisão Educacional	50	Integral	Resolução CONSUN Ata da 18 ^a . Reunião, de 05/12/1970 Parecer CEPE n°. 907/2004, de 16/04/2004	Decreto MEC n°. 73.736/4, 05/03/1974 -Decreto MEC n°. 75.025/74, 03/12/1974 Portaria MEC n°. 1961/01, 30/08/2001	
Psicologia	Graduação de Psicólogo	40	Integral	Parecer CEPE n°. 158, de 20/07/1993	Portaria MEC n°. 709/97, de 17/06/1997	Portaria SESu n°. 251/06, de 19/06/2006
Química	Bacharelado	50	Integral	Resolução CONSUN da 18 ^a . Reunião, de 05/12/1970	Decreto Federal n°. 73.736/74, 05/03/1974	
Química	Licenciatura	20	Noturno	Resolução ConsUni n°. 355, de 09/09/1999	Decreto Federal n°. 73.736/74, 05/03/1974	
Terapia Ocupacional	Bacharelado	30	Integral	Resolução CONSUN Ata da 51 ^a . Reunião, de 16/04/1977	Portaria MEC n°. 400/83, de 30/09/1983	
Campus Araras						
Biotecnologia	Bacharelado	25	Integral	Portaria GR n°. 103/05, de 27/04/2005		
Engenharia Agrônômica	Bacharelado	50	Integral	Resolução CONSUN da 96 ^a . Reunião, de 23/03/1993	Portaria MEC n°. 1.430/98, de 23/12/1998	Portaria MEC n°. 4.327/04, de 22/12/2004
Campus Sorocaba						
Ciências Biológicas	Bacharelado	40	Integral	Portaria GR n°. 110/05, de 05/05/2005		
Ciências Biológicas	Licenciatura	40	Integral	Portaria GR n°. 110/05, de 05/05/2005		
Engenharia de Produção	Bacharelado	60	Integral	Portaria GR n°. 110/05, de 05/05/2005		
Engenharia Florestal	Bacharelado	40	Integral	Portaria GR n°. 110/05, de 05/05/2005		
Turismo	Bacharelado	40	Integral	Portaria GR n°. 110/05, de 05/05/2005		

Continua

Tabela 1 – Continuação 2.

Cursos Semi-presenciais (campus São Carlos)						
CURSO	HABILITAÇÃO	TOTAL VAGAS	PERÍODO	AUTORIZAÇÃO / CRIAÇÃO	RECONHECIMENTO	RENOVAÇÃO
Educação Musical	Licenciatura	50 vagas / pólo		Portaria GR nº. 445/2006, de 14/07/2006		
Engenharia Ambiental	Bacharelado	50 vagas / pólo		Portaria GR nº. 445/2006, de 14/07/2006		
Pedagogia	Licenciatura	50 vagas / pólo		Portaria GR nº. 445/2006, de 14/07/2006		
Sistemas de Informação	Bacharelado	50 vagas / pólo		Portaria GR nº. 445/2006, de 14/07/2006		
Tecnologia Sucro-Alcooleira	Formação de Tecnólogo	50 vagas / pólo		Portaria GR nº. 445/2006, de 14/07/2006		

Fonte: ProGrad/UFSCar

2. DIRETRIZES E AÇÕES INSTITUCIONAIS

2.1 Currículo dos Cursos de Graduação

2.1.1 Diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional

- *Promover uma ampla reformulação dos cursos de graduação para que seus currículos garantam as qualificações profissionais, técnicas, filosóficas, éticas e políticas previstas no “Perfil do profissional a ser formado na UFSCar”.*
- *Criar oportunidades para que todas atividades de cunho acadêmico desenvolvidas pelo aluno ao longo de seu curso sejam incorporadas como atividades curriculares.*
- *Incentivar, apoiar e priorizar atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a sustentabilidade ambiental em seus aspectos mais amplos.*
- *Incluir nos currículos conceitos e práticas voltadas para o meio ambiente.*

2.1.2 Questão curricular na Instituição

2.1.2.1 Concepção e organização curricular

Durante o processo de avaliação no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), iniciado em 1994, a Universidade assumiu que o significado do termo currículo, de um ponto de vista maiúsculo em educação, abrange a totalidade das atividades desenvolvidas, dentro e fora da sala de aula, visando a consecução de objetivos educacionais que a escola se propõe atingir (Nale & Drachenberg, 1992). Em 1998, na regulamentação do disposto no Artigo 47 da Lei nº. 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a respeito da caracterização do trabalho acadêmico efetivo, por meio da Portaria GR nº. 485/98, de 14 de julho de 1998, tal concepção foi reforçada. As atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, que garantam a formação do corpo discente segundo as exigências dos cursos de graduação se incluem nessa categoria e abrangem as “atividades pertinentes à frequência às aulas regulares, teóricas ou práticas; a realização de trabalhos acadêmicos, tais como monografias... e relatórios científicos; a elaboração de trabalhos dirigidos e de campo; a participação em eventos de interesse acadêmico como seminários, simpósios e congressos, ou outros de caráter semelhante”. A Câmara de Graduação, por solicitação das Coordenações de Cursos, compete deliberar sobre o interesse acadêmico de determinada atividade.

No ano de 1998, sob estímulo do processo de avaliação PAIUB, foram instituídas diretrizes curriculares internas para criação e reformulação dos cursos de graduação (Parecer nº. 171/98 da Câmara de Graduação, em sua 334^a. Reunião Ordinária - 2^a. sessão, realizada no dia 24 de março de 1998, aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa em 23 de junho de 1998). Tais diretrizes persistem até o momento, na forma do Capítulo III da Portaria GR nº. 771/04, de 18 de junho de 2004, que dispõe sobre normas e procedimentos referentes às atribuições de currículo, criações, reformulações e adequações curriculares de cursos de graduação da UFSCar.

Em paralelo às discussões dessas diretrizes, a Pró-Reitoria de Graduação iniciou a publicação de coletâneas de artigos, sob o título Ensino de Graduação: Reflexões e Perspectivas. Três números dessas coletâneas foram publicados e, atualmente, estão disponíveis por via eletrônica no endereço <http://www.prograd.ufscar.br>, acesso “Publicações”. O agrupamento dos artigos de cada coletânea foi feito sob temas selecionados: Novas Perspectivas para o Ensino de Graduação (nº. 1, janeiro/1998), Avaliação e Inovação Curricular (nº. 2, janeiro/1999) e Diretrizes e Projeto Pedagógico (nº. 3, março/2001).

Além do oferecimento desse apoio bibliográfico e do estabelecimento das diretrizes internas, para dar início ao processo institucionalmente coordenado de reformulação dos cursos foram planejados e realizados vários eventos internos, para fornecer subsídios às Coordenações de Curso e Comissões de Reformulação quanto às concepções de currículo e inovação, possibilidades de experiências inovadoras e relação entre avaliação institucional e inovação curricular.

Entendia-se ser necessário compartilhar um conceito de currículo suficientemente abrangente, que incorporasse as atividades realizadas dentro e fora da sala de aula e que permitisse aos futuros profissionais a aquisição das competências necessárias à atuação, com qualidade, numa sociedade submetida a mudanças constantes.

Várias oficinas de trabalho foram realizadas, envolvendo os Coordenadores e membros das Comissões de Reformulação e delas resultou o documento “Perfil do profissional a ser formado na UFSCar”, que, devidamente aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (Parecer CEPE nº. 776/2001, de 30 de março de 2001), passou a se constituir em uma referência a mais na revisão dos currículos dos cursos.

Enquanto as diretrizes possibilitam ações de ensino mais inovadoras no processo de formação, o perfil do aluno da UFSCar explicita qualificações de diferentes naturezas, não somente científicas, técnicas ou profissionais, mas também filosóficas, éticas e político-sociais, entre outras.

À época, estavam em discussão, sob a coordenação das Comissões de Especialistas da SESu/MEC, as novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação, em substituição aos antigos currículos mínimos, conforme estabelecido pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Uma vez aprovadas, tais orientações passaram a integrar os referenciais para inovação dos currículos.

A aprovação do Decreto nº. 3276, de 06/12/99, restringindo as atribuições dos Cursos de Pedagogia e criando os Institutos Superiores de Formação de Professores, bem como a aprovação de novas diretrizes e parâmetros para o ensino médio pelo Conselho Nacional de Educação, em paralelo à definição das diretrizes específicas supra-mencionadas, levaram à constatação de que a reformulação dos Cursos de Licenciatura, apesar de inserida na reformulação dos demais cursos, necessitava de um tratamento diferenciado. Isto levou à constituição do Fórum de Licenciaturas da UFSCar, um espaço permanente de reflexão sobre questões afetas à formação de educadores pela Instituição. Como um dos subsídios ao 1º. Encontro desse Fórum foram organizadas sínteses dos relatórios de auto-avaliação e de avaliação externa, comparando, com relação a vários aspectos, as sugestões de melhoria apresentadas nas avaliações/PAIUB dos diferentes Cursos de Licenciatura.

Após a publicação das Resoluções CNE/CP nº. 1 e nº. 2, respectivamente, nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2002, a primeira instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e a segunda estabelecendo a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de graduação plena, de formação de Professores de Educação Básica em nível superior, o Departamento de Metodologia de Ensino elaborou um texto para discussão com outros departamentos da área de educação e com as coordenações dos vários cursos de licenciatura, contendo orientações para elaboração dos currículos dos cursos de licenciatura. Tal documento, com o título “O Professor a ser formado pela UFSCar: uma proposta para construção de seu perfil profissional”, também serviu de suporte para a construção dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura.

Ainda no sentido de colher subsídios para a reformulação dos cursos, a partir de 2000 foi aberta a possibilidade de os ex-alunos contribuírem, por via eletrônica, para esse fim, apresentando propostas de melhoria embasadas em sua experiência de

integração entre a formação recebida e a vivência posterior como profissional e como cidadão. Isto foi feito por meio de dois questionários, disponibilizados em espaço próprio na página da UFSCar, sendo um resumido e outro mais extenso, construídos a partir dos roteiros desenvolvidos no processo de auto-avaliação/PAIUB, mas contou com pequena participação.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), concluído em 2004, a questão da formação dos alunos de graduação foi tratada como transcrito a seguir:

“Processos de formação

“Como processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica, a educação é uma prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta.”

(Paulo Freire)

As diretrizes relacionadas aos processos de formação assentam-se no compromisso da comunidade universitária em consolidar, aperfeiçoar e aprofundar sua contribuição na formação de profissionais cidadãos capazes de uma ação interativa e responsável na sociedade.

O desafio é grande. Impõe preparar pessoas para atuar em uma sociedade em constante transformação, cujas mudanças têm afetado profundamente a vida dos indivíduos e das organizações, dentre as quais as instituições escolares. Trata-se, pois, de assegurar aos egressos competência técnico-científica-profissional que os capacite para a educação continuada e que seja alicerçada na ética democrática, na responsabilidade social e ambiental, na dignidade humana, na injustiça, no respeito mútuo, na participação, no diálogo, na solidariedade, isto é, no contexto dos valores coletivamente assumidos pela instituição.

As características de alta complexidade, diversidade, desigualdade e ritmo de transformação extremamente rápido têm como primeira repercussão na instituição educacional a necessidade de revisão contínua dos currículos dos cursos, sejam eles de graduação, pós-graduação ou especialização. Estimulam também a oferta de outros cursos e atividades relacionados à disseminação do conhecimento acumulado ou produzido.

A nova dinâmica do conhecimento e da informação tem um reflexo particularmente significativo. A velocidade com que são gerados, difundidos e absorvidos, os novos conhecimentos científicos e tecnológicos, e seu armazenamento em volumes fantásticos, modifica o papel das instituições educacionais e lhes aumenta a complexidade das atribuições. Mais do que em qualquer período anterior, a transformação da aprendizagem em um processo autônomo e contínuo para os egressos dos cursos constitui-se em uma de suas grandes responsabilidades. Ele implica no domínio de tecnologias de informação e comunicação, permitindo o acesso aos conhecimentos socialmente acumulados, mas, sobretudo a capacidade de selecioná-los, por critérios de relevância, rigor e ética; de sintetizá-los e de produzi-los.

Na sociedade atual, os conhecimentos ocupam papel central e as pessoas precisam lidar com eles tanto como cidadãos quanto como profissionais. A ciência torna-se, além de um bem cultural, a base do desenvolvimento econômico. No mundo do trabalho, a produtividade está diretamente associada aos novos conhecimentos científicos e técnicos, à introdução de inovações, à aplicação de conhecimentos. Os espaços de trabalho transformam-se em espaços de formação e, assim, é cada vez mais imperioso que instituições educacionais os aproximem.

A reorganização sistêmica do mundo do trabalho e a sua flexibilização implicam, além das mudanças anteriormente especificadas, novas exigências ao processo formativo. Competências ditas sociais, antes desconsideradas no ambiente produtivo, passam a ser valorizadas. Um domínio de conhecimentos gerais adquire maior relevância, acompanhado da desvalorização da especialização excessiva. O empenho em preparar pessoas para enfrentar problemas da realidade dinâmica e concreta, de forma crítica e transformadora, defronta-se com a constatação de que grande parte deles transcende os limites disciplinares. A grande maioria das questões candentes hoje, na sociedade e na ciência, são inter, multi e transdisciplinares. Isto explica várias das diretrizes aqui estabelecidas, entre as quais as que propõem a busca da interdisciplinaridade.

A UFSCar sempre se comprometeu com mudanças, dispondo-se a um processo contínuo de constituição e superação de si mesma, na perspectiva de desempenhar cada vez melhor seu papel social. No que se refere ao ensino de graduação, esse movimento se traduziu, ao longo de sua história, em ações como: criação de cursos inovadores; diversificação de cursos oferecidos; preocupação em valorizar as coordenações de curso, responsáveis pela organização didático-pedagógica dos cursos; aperfeiçoamento das normas relacionadas ao funcionamento dos cursos; estabelecimento de um perfil geral para todos os alunos, explicitando qualificações de diferentes naturezas a serem buscadas em seu processo formativo; realização de processos avaliativos institucionalmente coordenados, no âmbito dos cursos e das disciplinas; valorização de programas/atividades especiais, criando a possibilidade de que muitos deles, antes considerados extra-curriculares, se transformem em curriculares; exigência de projetos pedagógicos, orientadores da ação coletiva, para que os cursos, de fato, funcionem como unidades organizacionais, e comprometimento com a melhoria das condições infra-estruturais, entre outras.

Para o futuro, como atestam as diretrizes estabelecidas, o compromisso se mantém com a diversificação e ampliação das oportunidades oferecidas e com a busca incessante da melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas. Grande parte dessa melhoria se expressa na concretização cotidiana da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, um dos princípios assumidos pela Universidade desde a sua criação, e na valorização e preparo do corpo docente para o ensino e para a extensão, na mesma proporção da valorização e preparo para a pesquisa.”

2.1.2.2 Reformulação curricular na história da UFSCar

Na década de 80, as Câmaras do Conselho de Ensino e Pesquisa e o próprio Conselho estavam em pleno funcionamento e a Câmara de Graduação iniciou análises mais profundas sobre o ensino de graduação.

Esses colegiados se envolveram nas reformulações dos cursos que se seguiram aos processos avaliativos, bem como nas que se fizeram para adequação à legislação que passou a vigir, a partir de determinadas resoluções do então Conselho Federal da Educação.

Além dos encaminhamentos específicos para certos cursos ou conjuntos de cursos, eles se envolveram na discussão de uma série de normas para melhor funcionamento dos vários cursos.

Três medidas de particular importância, de caráter geral, marcaram a atuação da Câmara de Graduação nesse período: a implantação do Regimento da Coordenação de Curso de Graduação (ATO nº. 001/81-SOC, de 15/01/81), a redução do número de créditos obrigatórios dos cursos e a constituição de uma comissão para

analisar os currículos dos cursos de graduação.

Essas medidas apontaram direções até hoje aceitas pela Universidade, embora nem sempre expressas nos projetos pedagógicos dos cursos.

A redução do número de créditos se fez na perspectiva de garantir espaço para estudo/reflexão aos alunos, bem como a sua dedicação a atividades acadêmicas diferenciadas, consideradas de muita importância para a sua formação. Cabe lembrar com relação a isso que os programas/atividades especiais sempre foram bastante valorizados na UFSCar, embora, devido a contingências específicas de cada curso, ou a restrições financeiras, eles não tenham se desenvolvido homogeneamente. A Instituição tem buscado efetiva-los e efetiva-los em atividades curriculares, especialmente a partir do ano 2000.

Além dos programas/atividades especiais internos, a instituição sempre buscou se envolver com outros propostos pela SESu/MEC, CAPES, CNPq etc. Vários cursos envolveram-se em programas/projetos diversos, como PET/CAPES, PIBIC/CNPq, REENGE/FINEP-CNPq-CAPES, PROIN/CAPES, PROLICEN/SESu-MEC, que foram importantes para formação dos alunos, mas atingiram, em geral, um número reduzido deles e apresentaram o problema da descontinuidade.

O resultado do trabalho da Comissão Curricular indicou vários problemas, alguns superados, pelo menos em grande parte dos cursos, total ou parcialmente, na atualidade, e outros não.

A implantação das Coordenações de Curso, em nível hierárquico supra-departamental, foi um passo importante na definição da instância responsável pela organização didático-pedagógica e pelo funcionamento de cada curso. Na prática, todavia, surgiram problemas nessa implantação, tendo sido alguns sanados, pelo menos parcialmente, outros, não, ao longo do tempo.

Com a implantação da Pró-Reitoria de Graduação, no final da década de 80, foram ampliadas as ações institucionalmente coordenadas na tentativa de fortalecer e dinamizar o ensino de graduação, bem como de melhorar as condições infra-estruturais (biblioteca, salas de aula, laboratórios) e outras de naturezas diversas (alimentação, transporte, moradia).

Na primeira gestão dessa Pró-Reitoria, já surgiu a preocupação com a reformulação curricular coordenada institucionalmente e foram feitos os primeiros encaminhamentos nesse sentido, mas ela somente veio a se concretizar como processo vários anos mais tarde. Efetivamente, o que foi possível realizar nessa gestão foi a implantação dos planos de ensino das disciplinas, dando particular ênfase aos objetivos, estratégias de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação, privilegiando aspectos formativos. Esses planos sofreram aperfeiçoamentos com o passar do tempo; atualmente, ficam disponíveis por via eletrônica e estão integrados ao Programa Nexos como base para avaliação das disciplinas/atividades e neles há espaço para a sua aprovação pelos Conselhos de Curso e Departamental, bem como para comentários dos docentes a respeito do desenvolvimento da disciplina a cada semestre. Também nessa gestão, o nível hierárquico das Coordenações de Curso foi alterado, passando a ser o mesmo dos Departamentos e a representação no Conselho de Curso mudou: os docentes passaram a ser representados por áreas de conhecimento, e não mais por departamentos, e os alunos por turmas.

Somente após os desdobramentos das ações conseqüentes à avaliação PAIUB e o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos foi possível o encaminhamento institucionalmente coordenado das reformulações dos currículos.

2.1.2.3 Reformulação curricular institucionalmente coordenada

O processo de reformulação curricular institucionalmente coordenado vem se estendendo por várias gestões da Pró-Reitoria de Graduação.

Com os referenciais estabelecidos, diversos encaminhamentos foram dados na perspectiva da operacionalização da construção dos projetos pedagógicos dos cursos.

Em determinados momentos, foram realizadas ações envolvendo o conjunto de cursos; em outros, ações específicas para determinados cursos, algumas com interferência direta da Pró-Reitoria de Graduação, outras indiretamente, seja por meio do apoio didático-pedagógico ou apenas do apoio financeiro.

Uma ação para o coletivo dos cursos envolveu o estabelecimento de prazos para a elaboração de cada parte do projeto pedagógico, com a realização de reuniões por grupos de cursos para troca de experiências e apresentação dos resultados parciais obtidos, sob a presidência do Coordenador de Desenvolvimento Pedagógico. O trabalho foi realizado em 4 (quatro) grupos: o das Ciências Básicas, o das Engenharias e Ciências Exatas, o das Ciências Humanas e o das Ciências da Saúde.

Ações mais específicas para determinados cursos foram a realização de seminários ou debates e o acompanhamento pela assessora da Pró-Reitoria de Graduação.

As orientações foram no sentido de, inicialmente, se partir da definição do perfil do profissional a ser formado em cada curso, com base nos grandes referenciais a serem considerados, os atuais e os prospectivos, em diferentes âmbitos (local, regional, nacional, mundial) e que deveriam ser explicitados. Entre outros, esses referenciais consistiram nos seguintes: visão geral dos problemas e necessidades postos pela sociedade, lugar/papel da Universidade frente a eles, políticas públicas referentes à área de atuação profissional, caracterização e evolução científica e tecnológica da(s) área(s) predominante(s) do curso, caracterização e evolução da profissão, exigências para o desempenho profissional, campo de atuação profissional, legislação vigente, panorama dos cursos existentes na área e histórico/avaliações do curso.

A etapa seguinte à definição do perfil foi aquela da descrição dos grupos de conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e valores fundamentais à formação do profissional com esse perfil.

Na seqüência, a orientação foi no sentido de que fosse feita a seleção dos conteúdos correspondentes a cada grupo, criadas as disciplinas relacionadas a cada um deles e planejadas disciplinas/atividades curriculares vinculadas a projetos especiais, a fim de garantir o perfil previsto.

Ao final, foi solicitada a explicitação do tratamento metodológico a ser dado aos conhecimentos no sentido de garantir as competências/habilidades/atitudes e valores desejados, dos princípios gerais de avaliação da aprendizagem e de como as disciplinas/atividades curriculares se articulam, para que o curso funcione como uma unidade organizacional.

Como anexos do projeto pedagógico, as normas constantes da Portaria GR nº. 771/04, já mencionada, exigem a apresentação da grade curricular com a especificação do número de créditos, requisitos, periodização tanto das disciplinas como de outras atividades curriculares; a relação de disciplinas/atividades curriculares, com a especificação de seus objetivos e ementas; a infra-estrutura necessária ao funcionamento do curso; o corpo docente e técnico-administrativo para o curso, com titulação e época de contratação, quando for o caso; questões administrativas afetas ao curso (número de vagas oferecidas, duração prevista, tempo mínimo e máximo para integralização curricular, número de créditos e/ou carga horária total para

integralização do curso; sistema acadêmico adotado).

As várias etapas foram acompanhadas por discussões e disponibilização de bibliografia para as Comissões de Reformulação dos Cursos.

Ao serem apresentados à Câmara de Graduação, após aprovação dos Conselhos, no âmbito dos Centros, os projetos foram submetidos à assessoria da Pró-Reitoria de Graduação e a uma Comissão interna (ou externa), se necessário, para análise e encaminhamento de um parecer ao colegiado, que oriente sua aprovação ou não. No momento, há grupos diferentes de cursos no que diz respeito à situação de seus projetos pedagógicos, conforme Tabela 3.

O tempo decorrido entre o término dessa reformulação e a anterior tem sido bastante diferente nos vários cursos. Conforme norma da UFScar, é necessário que as mudanças/adequações/atualizações ultrapassem 10% dos créditos para caracterizar um novo currículo. Dessa forma, algumas mudanças que ocorreram no âmbito de disciplinas/atividades ou conjuntos delas e não no curso como um todo, não caracterizaram um novo currículo.

Está em desenvolvimento na Pró-Reitoria de Graduação, sob a coordenação da Equipe Pedagógica, um Plano de Ações, que prevê a efetiva implantação desses projetos. A principal atividade programada será a da realização de um Seminário de Inovações Pedagógicas, no início do próximo período letivo, partindo das necessidades levantadas junto às várias Coordenações de Curso.

Tabela 3 – Situação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFSCar

Situação	Cursos
Grupo 1. Cursos com projeto pedagógico aprovado tanto pela Câmara de Graduação como pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Na maioria dos casos, há necessidade de aperfeiçoamento, em particular no que diz respeito à compatibilização do conjunto de ementas das disciplinas/atividades curriculares com o perfil proposto para o profissional, em termos de competências/habilidades/attitudes/valores	Bacharelado em Biotecnologia – Araras Bacharelado em Biblioteconomia – São Carlos Bacharelado em Ciência da Computação – São Carlos Bacharelado em Ciências Biológicas – São Carlos Bacharelado em Ciências Sociais – São Carlos Bacharelado em Enfermagem – São Carlos Bacharelado em Estatística – São Carlos Bacharelado em Filosofia – São Carlos Bacharelado em Imagem e Som – São Carlos Bacharelado em Matemática – São Carlos Bacharelado em Química – São Carlos Licenciatura em Ciências Biológicas – São Carlos Licenciatura em Física – São Carlos Licenciatura em Matemática – São Carlos Licenciatura em Pedagogia – São Carlos Licenciatura em Química – São Carlos Engenharia Agrônômica – Araras Engenharia Civil – São Carlos Engenharia de Materiais – São Carlos Engenharia de Produção – São Carlos Engenharia Química – São Carlos
Grupo 2. Cursos com projeto pedagógico aprovado tanto pela Câmara de Graduação como pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo incorporar sugestões de aperfeiçoamento e reapresentar o projeto (*Reapresentação já feita)	Bacharelado em Ciências Biológicas (Ênfase: Conservação)* – Sorocaba Bacharelado em Turismo (Ênfase: Ecoturismo e Turismo Histórico-Cultural)* – Sorocaba Curso de Psicologia* - São Carlos Engenharia de Computação – São Carlos Licenciatura em Ciências Biológicas* - Sorocaba Licenciatura em Educação Física – São Carlos Licenciatura em Filosofia – São Carlos

Continua

Tabela 3 – Continuação.

Situação	Cursos
Grupo 3. Cursos que apresentaram os projetos pedagógicos à Câmara de Graduação, mas não obtiveram a sua aprovação	Bacharelado em Terapia Ocupacional – São Carlos
Grupo 4. Cursos que não apresentaram seus projetos pedagógicos à Câmara de Graduação	Bacharelado em Física – São Carlos Bacharelado em Fisioterapia – São Carlos Licenciatura em Letras – São Carlos
Grupo 5. Cursos que têm seus projetos pedagógicos aprovados apenas para a finalidade de sua criação, devendo refazer os projetos em nova versão aos colegiados, em prazo determinado (Nova versão já encaminhada à Câmara de Graduação**)	Licenciatura em Música, com habilitação em Educação Musical – São Carlos Cursos na modalidade semi-presencial (Licenciatura em Música, Bacharelado em Sistemas de Informação, Engenharia Ambiental, Licenciatura em Pedagogia, Tecnologia Sucro-Alcooleira)
Grupo 6. Curso com projeto pedagógico elaborado por consultores externos, que será apresentado aos colegiados, após submissão à crítica e ao aperfeiçoamento pelos docentes que estão atuando na implantação do curso	Bacharelado em Medicina – São Carlos

Fonte: Prograd/UFSCar

2.1.2.4 Atividades especiais na perspectiva de melhor formação dos alunos

Como já referido anteriormente, no decorrer de toda a sua história, a UFSCar valorizou o envolvimento de seus alunos de graduação em atividades especiais, pelo seu alto potencial formativo, buscando, gradativamente, um aumento da participação deles nessas atividades e mais que isso, passando a tratá-las como atividades curriculares e não extracurriculares, como eram entendidas há algum tempo.

Seguem algumas considerações e dados sobre tais atividades.

a) Monografia de final de curso

Analisando os últimos e penúltimos currículos dos cursos, é possível verificar que, nos penúltimos, em 58% dos cursos havia a exigência de monografia de final de curso e, nos últimos, em 83% tal exigência é atendida.

O processo de elaboração e avaliação da monografia é bastante diversificado nos cursos.

b) Estágio curricular

Fazendo a mesma análise que para o caso da monografia, é possível notar que, nos penúltimos currículos, em 81% dos cursos, já totalmente implantados o estágio é uma atividade curricular obrigatória e, nos últimos, em 85% dos cursos isto acontece.

Nos cursos mais recentemente implantados 9 (nove), que ainda não passaram por nenhuma reforma curricular, o estágio é exigido em todos.

A Figura 1 mostra o número aproximado de estágios realizados, no período 2000-2006, por estudantes, em âmbito local e regional.

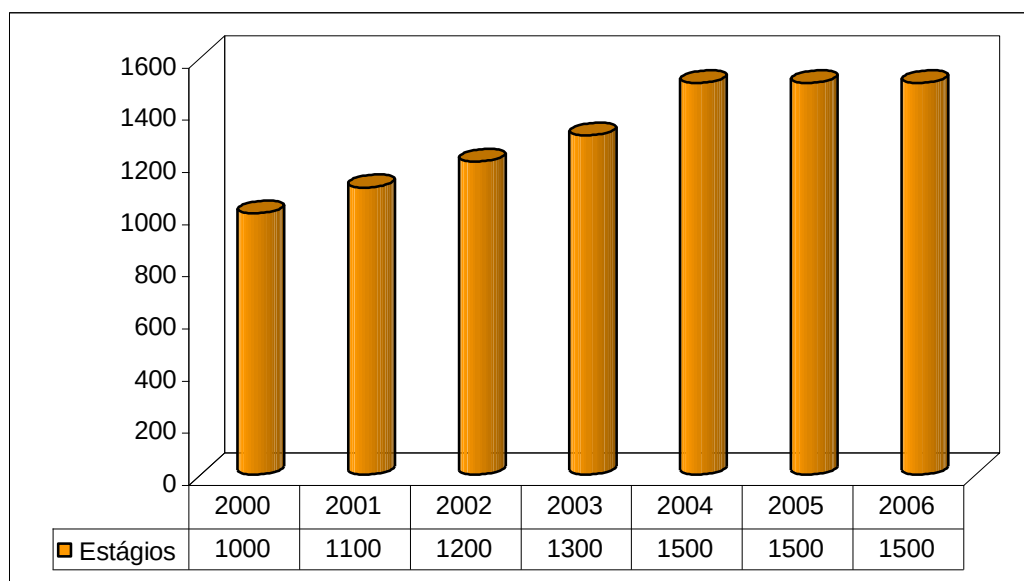


Figura 1 – Número aproximado de estágios realizados por alunos da UFSCar em empresas/instituições, no período 2000-2006.

c) Atividade Curricular de Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE) e outras atividades de extensão

A UFSCar implantou, no segundo semestre de 2002, por iniciativa conjunta das Pró-Reitorias de Graduação, Extensão e Pós-Graduação e Pesquisa, a Atividade Curricular de Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE), tendo como referência a Atividade Curricular em Comunidade (ACC) implantada pela Universidade Federal da Bahia.

A ACIEPE, na prática, é um projeto de intervenção, que envolve prioritariamente equipes multidisciplinares de alunos e lhes oferece oportunidade de aprendizagem, na perspectiva de sua formação profissional e cidadã.

Como componente curricular, a ACIEPE é uma atividade eletiva de quatro créditos (60 horas/aula), diferenciada por proporcionar aos alunos liberdade na escolha de temática e definição da sua forma de desenvolvimento. Representa um avanço em termos de flexibilização curricular e é uma prática concreta da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O diálogo com a realidade que a ACIEPE tem proporcionado tem permitido a estudantes e docentes uma experiência muito enriquecedora; a pesquisa assume papel fundamental de instrumento de descoberta e compreensão das situações vivenciadas e as intervenções são construídas por meio de um processo participativo e compartilhado, que integra saberes acadêmicos e populares, num processo com vida própria. Conta com recursos financeiros institucionais e é acompanhada por uma comissão de professores representantes das três pró-reitorias acadêmicas, sob a presidência de um representante da Pró-reitoria de Extensão.

A Tabela 4 apresenta informações sobre o oferecimento das ACIEPEs no período 2002-2006, permitindo analisar a evolução dessa atividade no decorrer do tempo.

Tabela 4 – Informações a respeito das “Atividades Curriculares de Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão” (ACIEPEs) no período 2002-2006.

Ano / Semestre Informações sobre ACIEPEs	2002	2003		2004		2005		2006	
	2º.	1º.	2º.	1º.	2º.	1º.	2º.	1º.	2º.
Número de ACIEPEs oferecidas	06	09	17	17	16	16	11	15	11
Número de ACIEPEs com inscrição de alunos	06	05	14	17	15	05	11	15	11
Total de vagas oferecidas	106	112	196	325	229	318	263	340	200
Total de vagas preenchidas	17	23	91	153	133	88	152	159	194
Percentual de vagas preenchidas	16	20,5	46	47	58	28	58	47	97
Número de créditos oferecidos	24	36	68	68	64	64	44	60	44
Número de docentes envolvidos	11	15	18	20	17	35	21	24	17
Número de departamentos envolvidos	06	08	07	07	09	11	09	11	09
Número de centros envolvidos	03	02	02	02	02	03	02	03	03

Fonte: DiCA/UFSCar

É interessante destacar com relação a essas atividades que a grande maioria das vagas é oferecida para alunos de todos os cursos, embora haja ofertas específicas para determinados cursos. Assim, elas se constituem, num espaço privilegiado para a prática da inter/multidisciplinaridade.

Também vale mencionar que as ofertas dessas ACIEPEs são bastante diferenciadas nos centros e departamentos. A maioria delas é oferecida pelos departamentos do Centro de Educação e Ciências Humanas. No Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia são feitas ofertas em número um pouco maior que a metade daquelas do primeiro centro citado. O Centro de Ciências Biológicas e da Saúde tem feito poucas ofertas e o Centro de Ciências Agrárias não as tem feito.

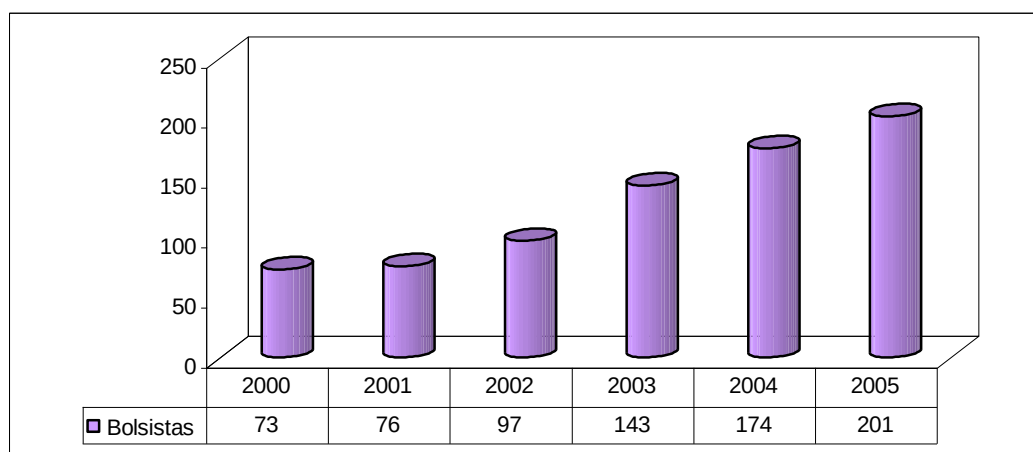
Além da inscrição em ACIEPEs, os alunos de graduação participam de projetos e programas diversos de extensão.

A Figura 2 apresenta o número de alunos que recebem bolsas para atuar em atividades extensionistas, no período 2000-2005.

Além dessas bolsas oferecidas pela Universidade, há recebimento de bolsas pelos alunos de graduação que atuam em outros programas, como, por exemplo, o PROEXT/SESu/MEC. Este programa tem por objetivo geral o apoio às Instituições Federais de Ensino Superior no desenvolvimento de programas e/ou projetos de extensão que contribuam para a implementação e para o impacto de políticas públicas.

Ainda há alunos atuando como voluntários, sem o recebimento de bolsas.

Em 2005, 201 alunos receberam as bolsas institucionais, 50 receberam outras bolsas e 411 atuaram como voluntários, além de 240 que se inscreveram nas ACIEPEs.



Fonte: ProEx/UFSCar

Figura 2 – Número de alunos de graduação, com bolsas de extensão, no período 2000-2005.

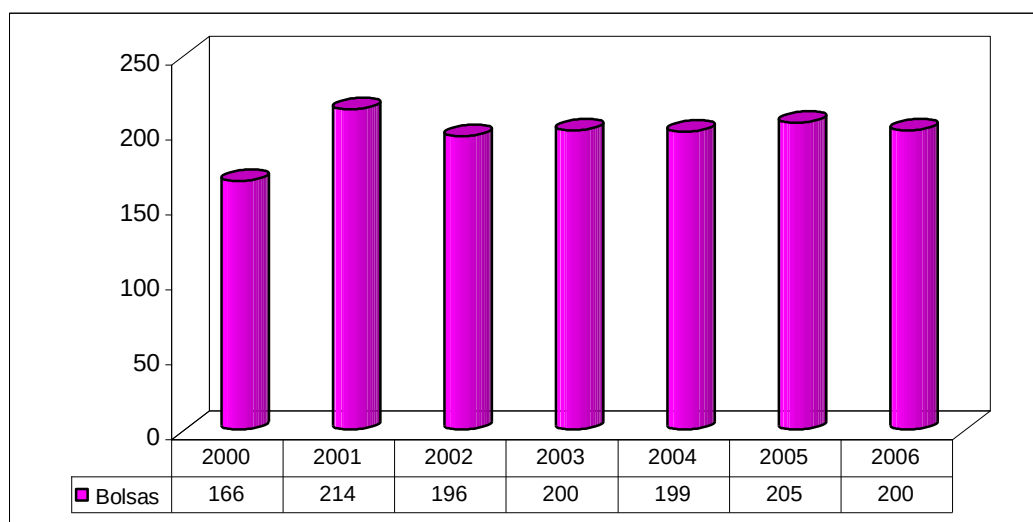
d) Monitoria

O Programa de Monitoria funciona praticamente desde a implantação da UFSCar. De início, não havia uma regulamentação para ele. Somente a partir de 1980, por meio do Ato SOC nº. 01/80, de 29 de fevereiro de 1980, tal regulamentação passou a existir. Em 1992, ela foi revista por meio da Portaria GR nº. 2058/92, de 14 de dezembro de 1992, que estabeleceu os objetivos do programa; as funções do monitor; as normas para admissão, designação, acompanhamento e avaliação dos monitores; o regime de trabalho, a remuneração e as atribuições da Comissão de Bolsas da Câmara de Graduação. A partir de 1998 (Resolução CEPE nº. 329/98, de 23 de junho de 1998), a distribuição das bolsas de monitoria passou a ser feita no âmbito dos Centros e não mais da Câmara de Graduação. Em 2002, a Portaria GR nº. 434/02, de 05 de dezembro de 2002, oficializou a monitoria voluntária, encarregando as mesmas instâncias que emitem os certificados da monitoria remunerada de fet-lo para o caso dessas monitorias e sujeitando estas às mesmas normas que regem as remuneradas.

Os objetivos da monitoria são propiciar ao aluno com rendimento escolar geral comprovadamente satisfatório um maior envolvimento com atividades de docência e possibilitar a ele um aprofundamento de conhecimento na área em que se desenvolve a monitoria. As normas especificam que é vedado ao professor transferir para o monitor as atividades de ministrar aulas, atribuir notas, bem como aquelas administrativas necessárias à oferta da disciplina.

As bolsas de monitoria são distribuídas semestralmente por 4 (quatro) meses, e têm o valor de meia bolsa de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A Figura 3 traz a evolução do número de bolsas de monitoria remunerada distribuídas em toda a UFSCar, no período 2000-2006.

Para exemplificar a questão das monitorias voluntárias segue o número delas no Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), no período de 2003-2006: 5 (cinco) em 2003; 9 (nove) em 2004; 8 (oito) em 2005 e 8 (oito) em 2006.



Fonte: ProAd/UFSCar

Figura 3 – Evolução do total de bolsas de monitoria remunerada na UFSCar, no período 2000-2006.

e) Tutoria

A partir de 2004, foi instituído na UFSCar o Programa de Tutoria em Disciplinas Básicas de Matemática, por meio do Parecer CEPE nº. 953, de 26 de novembro de 2004.

O Programa surgiu como forma de atender a uma preocupação levantada por representantes do corpo discente na Câmara de Graduação, relativa ao índice de reprovação em disciplinas de matemática, acentuado pela redução do número de créditos da disciplina Cálculo 1, com manutenção do mesmo conteúdo (de seis para quatro). Ele tem por objetivo dar apoio aos alunos ingressantes na UFSCar, que tenham apresentado baixo desempenho em matemática no vestibular e que tenham como disciplinas obrigatórias de seus cursos, no primeiro período letivo, uma ou mais dentre as seguintes: Cálculo 1, Cálculo Diferencial e Integral 1, Geometria Analítica e Tópicos de Matemática 1.

A seleção dos alunos pelo índice de desempenho no vestibular é feita por análise estatística e eles são automaticamente inscritos no programa. Alternativamente, eles podem ser inscritos após realização de teste pelos docentes responsáveis pelas disciplinas supra-citadas, logo no início do período letivo.

O Departamento de Matemática faz a indicação do Coordenador do Programa, responsável pela orientação dos alunos monitores, que recebem bolsa equivalente a 2/3 daquela de iniciação científica do CNPq e têm sob sua responsabilidade um grupo de 10 a 15 alunos, cumprindo carga horária de 12h semanais, das quais pelo menos 6(seis)h são destinadas ao atendimento, individual ou em grupo, aos alunos com dificuldades, preferencialmente de seu curso. O tempo restante é destinado ao preparo da tutoria, sob supervisão do Coordenador. Ao final do semestre, os monitores devem apresentar um relatório, em que conste o desempenho e o índice de aprovação dos alunos atendidos e sugestões para o aprimoramento do Programa de Tutoria.

Em 2005, 13 alunos atuaram como monitores e, em 2006, 15, apenas no primeiro semestre.

f) Atuação no Cursinho Pré-Vestibular

Cerca de 80 (oitenta) alunos de graduação e pós-graduação atuam no Cursinho Pré-Vestibular da UFSCar em suas duas sedes (*campus* São Carlos e

Cidade Aracy), metade como professores e a outra metade como monitores.

Essa atuação enriquece a formação dos alunos tanto na área específica como na didático-pedagógica.

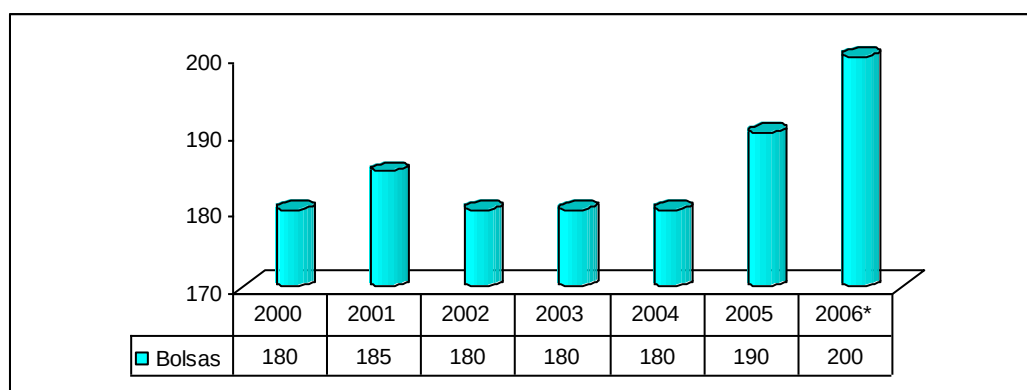
g) Iniciação Científica

No sentido de gerir a iniciação científica na UFSCar, foi criada a Coordenadoria de Iniciação Científica junto à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, para tratar de questões relacionadas a ela.

Tal Coordenadoria se responsabiliza pela distribuição de bolsas institucionais aos alunos de graduação, pela centralização de dados a respeito do desenvolvimento da iniciação científica, com ou sem apoio de diferentes instituições financiadoras, e pela realização do Congresso de Iniciação Científica interno, anualmente. Em 2006, aconteceu a vigésima quarta versão desse congresso.

Desde 1992, a UFSCar é vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Esse programa tem por objetivos básicos contribuir para a formação dos alunos de graduação, para reduzir de forma decisiva o tempo médio de titulação de mestres e doutores e para que, na próxima década, diminuam as disparidades regionais na distribuição da competência científica no país.

A Figura 4 apresenta a quota de bolsas recebidas no período 2000-2006. A primeira quota foi de apenas 40 bolsas; as seguintes foram se ampliando gradualmente.



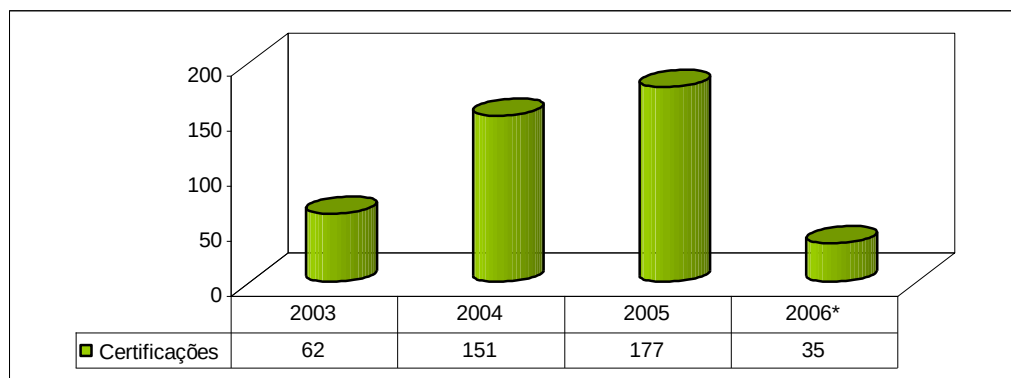
Fonte: ProPG/UFSCar

Figura 4 – Número de bolsas de iniciação científica concedidas aos alunos de graduação da UFSCar, por meio do PIBIC/CNPq, no período 2000-2006.

A contrapartida institucional ao PIBIC/CNPq em termos de concessão de bolsas com recursos próprios da UFSCar (FOMENTO) foi implementada no período 1993-98, sendo interrompida por restrições orçamentárias.

O Programa Unificado de Iniciação Científica (PUIC) foi criado mais recentemente, diante da constatação de que 94% dos alunos de graduação estavam excluídos dos programas regulares de iniciação científica. Ele visa institucionalizar e ampliar todas as modalidades de iniciação científica praticadas na Universidade. Por seu intermédio, são certificadas todas as atividades desenvolvidas, com ou sem bolsas, promovendo o reconhecimento institucional das ações. Tal certificação dá visibilidade ao trabalho de docentes e alunos e permite a centralização dos dados, indicando onde a iniciação é mais ou menos praticada e facilitando intervenções.

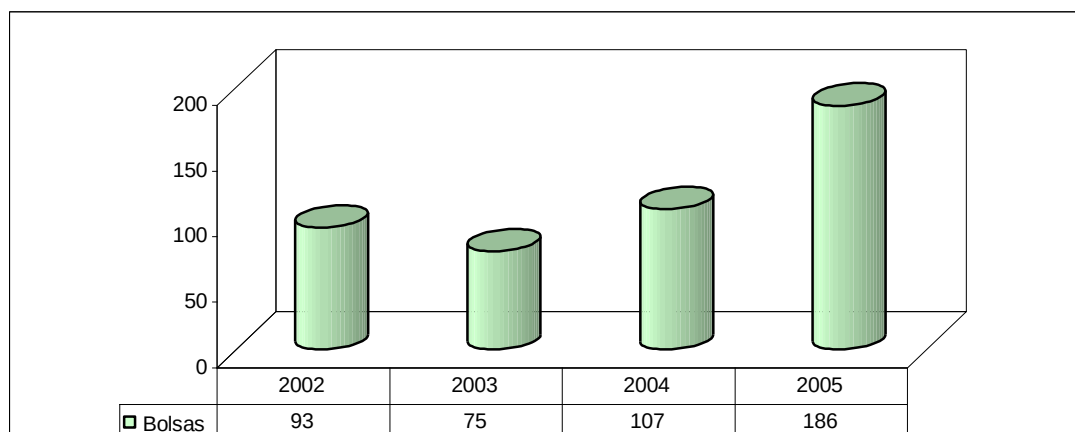
O número de certificações de atividades voluntárias de iniciação científica é apresentado na Figura 5, para o período 2003-2006.



Fonte: ProPG/UFSCar

Figura 5 – Número de certificações de atividades voluntárias de iniciação científica feitas no PUIC, no período 2003-2006 (*1º semestre).

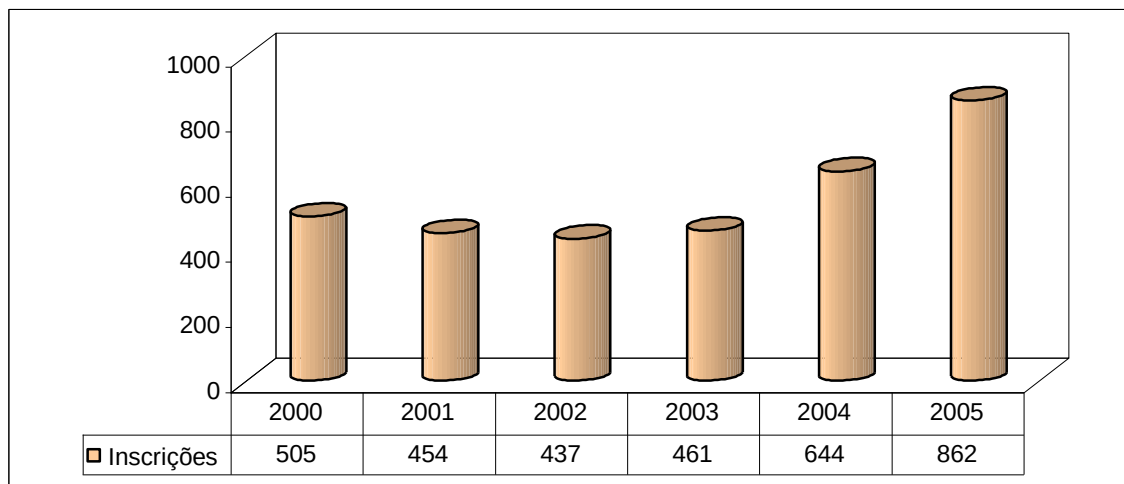
Além das atividades voluntárias e as vinculadas ao Programa PIBIC/CNPq, mencionadas acima, são desenvolvidas outras com bolsas concedidas pelas instituições financiadoras por solicitação de docentes ou grupos de pesquisa. A Figura 6 apresenta as concessões pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no período 2002-2005. Além destas, para o período 2005-2007, foram concedidas 61 bolsas pelo CNPq.



Fonte: ProPG/UFSCar

Figura 6 – Número de bolsas concedidas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no período 2002-2005.

Quanto ao Congresso de Iniciação Científica, a Figura 7 traz o número de inscritos no período 2000-2005.



Fonte: ProPG/UFSCar

Figura 7 – Número de alunos de graduação inscritos nos Congressos de Iniciação Científica realizados na UFSCar, no período 2000-2005.

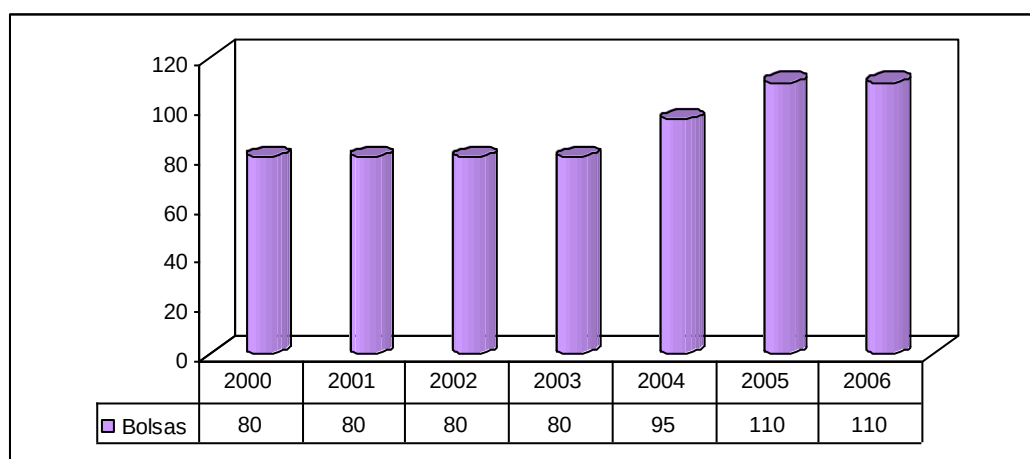
h) Treinamento

O sub-programa “Treinamento de Alunos de Graduação”, dentro do Programa de Apoio a Atividades de Graduação, foi instituído no segundo semestre de 1990 (Parecer CEPE nº. 095/90, de 29 de agosto de 1990) em caráter experimental e em caráter definitivo em 1992 (Parecer CEPE nº. 383/92, de 28 de outubro de 1992), com adequações de normas. Em 2004, ele sofreu modificações, aprovadas pelo Parecer CEPE nº. 895, de 26 de março de 2004.

Esse sub-programa tem como objetivo apoiar o desenvolvimento por alunos de graduação de atividades que sejam de interesse de várias unidades da UFSCar, fortalecendo a formação do aluno, preferencialmente, exercitando-o nas práticas de tendências inovadoras, nas respectivas áreas de formação; não estejam previstas nas disciplinas de graduação, não incluam atividades relativas a estágios e trabalhos de conclusão de curso e não possam ser contempladas com outro tipo de bolsa oferecida pela Universidade (monitoria, iniciação científica, extensão, atividade).

A responsabilidade pela coordenação, execução e divulgação do sub-programa cabe à Câmara de Graduação. À Comissão de Bolsas desta Câmara cabe fixar e divulgar os prazos para solicitação, avaliar e classificar os projetos e relatórios e aplicar os critérios de distribuição de bolsas.

Essas bolsas são distribuídas por seis meses e têm o valor de 2/3 da bolsa de iniciação científica do CNPq. A Figura 8 apresenta o número de bolsas treinamento concedidas no período 2000-2006.



Fonte: ProGrad/UFSCar

Figura 8 – Número de bolsas treinamento concedidas no período 2000-2006.

i) Programa de Educação Tutorial (PET/SESu/MEC)

Em 1979, foi criado e implantado pela CAPES o Programa Especial de Treinamento (PET/CAPES). Ele é dirigido aos alunos de graduação, regularmente matriculados, sendo a sua seleção feita pelas Instituições de Ensino Superior (IFES) que participam do Programa. Os alunos são organizados em grupos e recebem orientação acadêmica de professores-tutores. Os objetivos do PET são os de envolver os alunos que dele participam num processo de formação integral, propiciando-lhes compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos. Ele busca a melhoria do ensino de graduação, a formação ampla do aluno, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva no planejamento e execução, em grupos sob tutoria, de um programa diversificado de atividades acadêmicas.

A partir de dezembro de 1999, a gestão do PET passou para a Secretaria de Ensino Superior – SESu/MEC, ficando sob a responsabilidade do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior – DEPEM. Embora sua sigla tenha sido mantida, seu nome mudou para Programa de Educação Tutorial, em 2004.

O Programa vem sendo executado levando em conta as diretrizes e interesses acadêmicos das IFES, responsáveis por sua estruturação e coordenação.

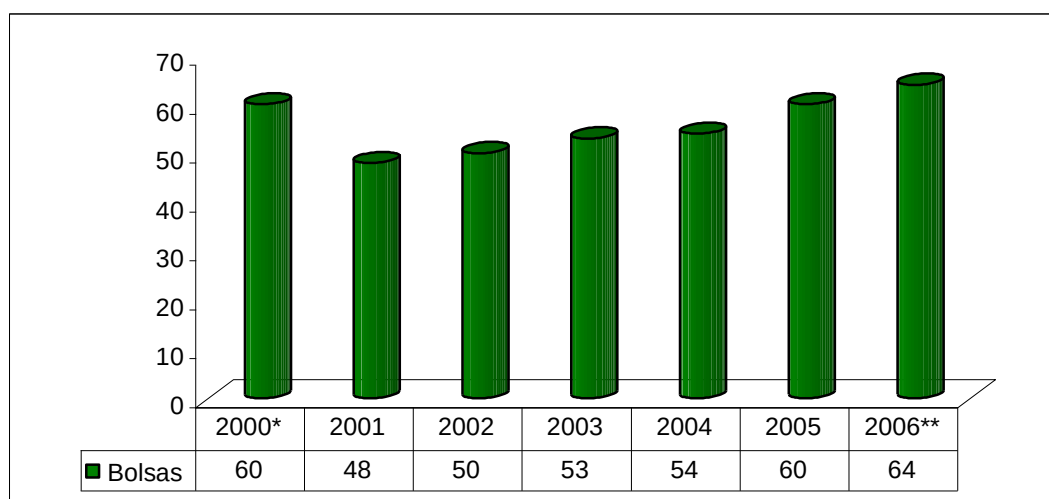
A UFSCar participa do Programa desde 1988 até a presente data. Ressalta-se que a abertura de novos grupos esteve interrompida durante vários anos. Com a abertura de novo edital no ano de 2006, a UFSCar pode apresentar duas máximas propostas, sendo uma escolhida. Destaca-se que diversos cursos pleitearam a indicação institucional, mas apenas dois podiam ser indicados. Existe, portanto, uma demanda qualificada. A Tabela 5 sintetiza a evolução dos grupos PET na UFSCar.

Os dois primeiros grupos iniciaram com 3 (três) alunos e um tutor; os demais com 4 (quatro) alunos e um tutor. A Figura 9 apresenta o número de alunos atuantes no Programa no período 2000-2006.

Tabela 5 – Evolução dos grupos PET na UFSCar, no período 1988-2006.

Grupos PET	Ano de criação	Ano de extinção
Ciências Biológicas	1988	
Química	1988	
Física	1991	2000
Engenharia de Produção	1991	
Engenharia Química	1995	
Matemática	1996	
Estatística	2006	

Fonte: ProGrad/UFSCar



Fonte: ProGrad/UFSCar

*. Inclui os alunos do PET Física, extinto em dezembro/2000.

** Inclui os 4 (quatro) bolsistas do Grupo PET Estatística, que iniciou suas atividades em 01 de junho de 2006.

Figura 9 – Número de alunos atuantes no Programa PET – Programa Especial de Treinamento/Programa de Educação Tutorial (este a partir de 2004) -, no período 2000-2006.

j) Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica

Esse programa é destinado somente aos alunos regularmente matriculados em cursos de graduação de Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras, que tenham integralizado todas as disciplinas previstas para o 1º. ano ou 1º. e 2º. semestres letivos do curso, na instituição de origem, e possuam, no máximo, 1 (uma) reprovação por período letivo (ano ou semestre).

No período 2004-2006, a UFSCar recebeu 9 (nove) alunos provenientes de 6 (seis) instituições diferentes (UFAM, UFC, UFES, UFG, UFPR, UFRJ), que se distribuíram por 6 (seis) cursos (Biblioteconomia, Ciências Biológicas, Engenharia de Computação, Engenharia de Materiais, Psicologia, Química). A maioria permaneceu/ fet por 2 (dois) semestres, mas há casos de permanência de 1 (um) e 4 (quatro) semestres.

No mesmo período, a UFSCar enviou apenas 1 (uma) aluna do Curso de Terapia Ocupacional, para a UFMG, para permanecer 1 (um) semestre.

k) Empresa Júnior

A UFSCar sempre estimulou o empreendedorismo de seus alunos e, como consequência dessa política educacional, grupos de alunos de graduação se organizaram para desenvolver o conceito e a prática de empresas juniores.

Idealizado desde março de 2001, por iniciativa do Núcleo UFSCar-Empresa (NUEMP) e de alunos, o Núcleo UFSCar Jr., passou a atuar no desenvolvimento de empresas juniores, com o objetivo de incentivar a difusão do conhecimento acadêmico na sociedade.

Atualmente são 10 (dez) as empresas juniores na UFSCar (Tabela 6), em parceria com o NUEMP e com a Fundação ParqTec (Parque de Alta Tecnologia de São Carlos), mas nem todas em pleno funcionamento.

Cada empresa congrega cerca de 15 alunos de graduação e mantém autonomia administrativa. Docentes e pós-graduandos não participam de sua constituição, mas podem ser contratados para resolver problemas específicos.

l) Interação entre Graduação e Pós-Graduação

Além da participação conjunta de graduandos e pós-graduandos em grupos de pesquisa e outras atividades como encontros científicos, atuação em colegiados, trabalho nas empresas juniores, entre outras, a criação do Programa de Estágio Supervisionado de Capacitação Docente (PESCD) tem permitido um contato regular entre grupos de pós-graduandos e algumas turmas de alunos de graduação. Nesse Programa têm sido desenvolvidas experiências inovadoras que contribuem ao mesmo tempo para a melhoria do ensino de graduação e para a formação didático-pedagógica dos pós-graduandos. Ele tem sido positivamente avaliado pelos seus participantes, embora haja questões não resolvidas relacionadas a ele, como, por exemplo, o número de participantes, a tramitação de documentos.

m) Introdução nos Currículos da Temática Ambiental

A análise comparativa das penúltimas e últimas matrizes curriculares dos 26 (vinte e seis) cursos totalmente implantados na Universidade, quanto à presença de disciplinas que abordam a temática ambiental, permite constatar que ela é bastante restrita, o que não significa que tal temática não seja abordada em outras formas nos cursos. Nas penúltimas e últimas matrizes, respectivamente, em 31% dos casos (oito cursos) há disciplinas obrigatórias com tal objetivo, 46% (12 cursos) e 31% (oito cursos) há optativas, 23% (seis cursos) e 38% (dez cursos) não foram introduzidas disciplinas com essa temática. Os 8 (oito) cursos mais recentes (excluído o de Medicina), todos introduziram essas disciplinas, 87,5% (sete cursos) como obrigatórias e 12,5% (um curso) como optativa.

Tabela 6 – Relação de empresas juniores da UFSCar.

Nome da empresa/Curso/ Endereço eletrônico	Descrição das atividades desenvolvidas
Cati Jr. – Engenharia e Ciência da Computação Email : cati@comp.ufscar.br	Desenvolvimento de <i>softwares</i> e <i>sites</i> , Manutenção em redes, Projetos sociais, Organização de palestras, Consultoria, Suporte e Treinamento
Civil Jr. – Engenharia Civil Email: civiljr@bol.com.br	Projetos arquitetônicos, Projetos de instalações prediais, Projetos estruturais, Projetos orçamentários, Organização de canteiros de obras, Levantamento topográfico, Saneamento, Consultoria em empresas de transportes e convênios com prefeituras
EJE – Estatística Email: aje@polvo.ufscar.br	Análise Estatística de Trabalhos de Graduação, Teses de Mestrado e Doutorado, Tabelas e Gráficos, Suporte a Tomada de Decisão, Pesquisa de Mercado e Opinião, Estudos de Tendência, Projeções e Previsões, Análise Descritiva, Amostragem e Análise de Regressão, Delineamento de Experimentos, Análise de Perfil do Cliente em Potencial
EmaBio – Ciências Biológicas Email: emabio@polvo.ufscar.br	Levantamento de fauna e flora, Consultoria ambiental, Preparação de material didático, Projetos e assessoria em Educação Ambiental, Aulas práticas, Excursões monitoradas/ Aulas de campo, Palestras, Cursos
Empsi Jr. – Psicologia Email: empsijr@hotmail.com	Palestras, Cursos, Projetos em Recursos Humanos (seleção, treinamento, pesquisa de mercado, análise de cargo, dinâmicas), Intervenção na área organizacional
Eneteq – Engenharia Química Email: eneteq@deq.ufscar.br Website: www.deq.ufscar.br/~eneteq	Desenvolvimento, otimização, simulação e controle de processos químicos, físicos e bioquímicos nas áreas de controle ambiental, Reatores químicos e Catálise, Engenharia bioquímica e Sistemas particulados.
Engenharia Física Jr. – Engenharia Física Email: engefisjr@hotmail.com	Engenharia de matérias para aplicações em alta tecnologia, Computação avançada, Energia e supercondutores, Construção, desenvolvimento e integração de sensores, Automação industrial, Processos físicos a indústria, Física e matemática aplicada
Imagem e Som Jr. – Imagem e Som	A Imagem e Som Júnior desenvolve projetos na área de: Multimídia (<i>webdesign</i> e <i>cd-rom</i>), Vídeos Institucionais, Fotografia e Som.
Materiais Jr. – Engenharia de Materiais Email: materiaisjr@dema.ufscar.br Website: www.dema.ufscar.br/materiai	Campanhas e eventos, projetos que compreendem serviços de análise, caracterização e ensaio de materiais
Produção Jr. – Engenharia de Produção Email: producaojr@mail.dep.ufscar.br	Projeto, implantação, operação, melhoria e manutenção de sistemas produtivos de bens e serviços

Fonte: Núcleo UFSCarJr.

2.1.3 Análise da questão curricular

No processo de auto-avaliação, realizado nos dias 06 e 20 de outubro de 2006, dois Grupos de Trabalho, sub-grupos daquele responsável pela avaliação do ensino de graduação, bem como a plenária final do evento se envolveram em questões afetas aos currículos dos cursos.

Das várias análises e discussões resultaram propostas para o estabelecimento da coerência entre o processo de formação dos alunos previsto no PDI e nos projetos pedagógicos dos cursos e as práticas educativas, procurando a melhoria do ensino de graduação.

Essas propostas implicam em ações tanto externas como internas à Universidade e estas últimas em diferentes níveis.

Do ponto de vista externo, a sugestão é de acompanhamento da criação de políticas públicas, junto às instâncias responsáveis, procurando interferir no sentido de que elas sejam mais agressivas para a graduação, evitando que os docentes que se dedicam mais a essa área não sejam penalizados em suas carreiras.

As sugestões de ações internas, vão inicialmente, no sentido da valorização do ensino de graduação e das Coordenações de Curso, bem como da melhoria da comunicação entre as diferentes instâncias envolvidas com o ensino de graduação. Mais especificamente, são sugeridos maior apoio/preparo aos/dos Coordenadores para o exercício de suas funções e otimização do fluxo de informações e do processo de comunicação entre os gestores acadêmicos, dando atenção especial ao diálogo entre Chefias de Departamento e Coordenadores de Curso.

Outras propostas indicam a necessidade de um acompanhamento constante, institucionalmente coordenado, dos cursos. Elas se resumem nas seguintes:

- a) Atuação mais efetiva da equipe pedagógica da ProGrad, já que ela foi ampliada pela inserção de 4 (quatro) pedagogas, como instância provocadora de reflexão e sustentação da ação pedagógica no âmbito dos cursos, no sentido da implantação, de fato, dos projetos pedagógicos e da superação da frequência insatisfatória com a qual tem ocorrido a reelaboração dos projetos pedagógicos de alguns cursos.
- b) Acompanhamento freqüente dos “cursos diferenciados”, pois, assim, as inovações deles serão sustentadas no processo de avaliação externa.
- c) Discussão do problema que vem ocorrendo em certos cursos, por exemplo, Biblioteconomia, em que as inovações esbarram com exigências de avaliadores externos.
- d) Revisão dos critérios orientadores da criação/reformulação curricular existentes na UFSCar, particularmente, os contidos na Portaria GR nº 771/04, de 18 de junho de 2004, buscando a sua atualização.
- e) Construção de uma rede colaborativa de apoio, suporte e acompanhamento aos cursos para o processo de avaliação interna, na perspectiva da instalação da coerência interna, da construção de uma cultura de avaliação não punitiva e sim formativa, com a colaboração de todos os atores do processo (operacionalização sugerida na sequência).
- f) Desencadeamento de um processo para a consecução da coerência entre as diretrizes contidas nos projetos pedagógicos dos cursos, as fichas de caracterização das disciplinas e os planos de ensino, que se inicie pela indicação de um docente voluntário, por departamento ou curso, que disponibilize seu plano de ensino para análise de um especialista lotado na ProGrad, pois a confecção deste requer o domínio de pressupostos teóricos e metodológicos relativos à compreensão e estabelecimento de competências a serem desenvolvidas no decorrer do semestre letivo, bem como a utilização de instrumentos adequados

para avaliar a aquisição dessas competências, e, posteriormente, exerça o papel multiplicador das orientações recebidas.

- g) Revisão dos currículos dos cursos, promovendo a sua flexibilização e abrindo espaços para que os alunos participem mais de atividades complementares.

Também há sugestões relacionadas às disciplinas/atividades curriculares entre as quais se incluem as seguintes:

- a) Envolvimento maior dos alunos nas atividades especiais, particularmente, nas que promovem a integração entre ensino, pesquisa e extensão, por meio de medidas tais que: maior divulgação das várias atividades especiais existentes, como por exemplo, do Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica; aumento do número de bolsas de monitoria; estímulo à criação de ACIEPEs pelos vários departamentos; reativação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.
- b) Estímulo à interdisciplinaridade, prejudicada pela estrutura departamental da Instituição, pela oferta de disciplinas de graduação por outras instâncias da Universidade, como Centros, Pró-Reitorias, Unidade Saúde-Escola, Coordenações de Curso, etc, tendo como exemplo as ACIEPEs.
- c) Abertura da possibilidade de oferta de disciplinas/atividades por mais que um departamento.

Além destas, para a melhoria dos currículos dos cursos, foram sugeridas ações no sentido de melhor preparo didático-pedagógico dos docentes e melhoria do apoio acadêmico, que serão apresentadas nos itens específicos respectivamente, 2.3.3 e 2.5.3.

2.2 Avaliação do Ensino de Graduação

2.2.1 Diretrizes do PDI

- *Estabelecer e implementar uma política de avaliação permanente da formação propiciada pelos cursos de graduação, reformulando seus projetos.*

2.2.2 Avaliação da graduação na UFSCar

Além da preocupação em qualificar os docentes e o pessoal técnico-administrativo envolvido com o ensino de graduação, ao longo de toda a história da Universidade, foram tomadas medidas para melhoria da qualidade do ensino nesse nível e entre estas a realização de processos avaliativos.

Já na década de 80 do século passado, como trabalhos/dissertações de mestrado de docentes ou grupos de docentes, foram realizadas avaliações tanto no âmbito dos cursos como das disciplinas. Os cursos de Enfermagem, Engenharia de Materiais, Engenharia de Produção e Química foram os que mais se envolveram nessas avaliações. Ao final da década, a Câmara de Graduação tinha uma proposta para avaliação institucional dos cursos, que não chegou a ser posta em prática, em virtude de mudanças organizacionais na Instituição, incluindo a criação da Pró-Reitoria de Graduação.

Sob a coordenação desse órgão, veio a ser realizada a primeira avaliação ampla do ensino de graduação, tomando os cursos como objetos de análise, dentro do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), a partir de 1994. Os resultados desse processo que incluiu auto-avaliação e avaliação externa, orientaram a mais recente reformulação curricular realizada na Universidade.

Além dessa avaliação dos cursos como unidades organizacionais, a Universidade instituiu a avaliação das disciplinas pelo Programa Nexos, que tem sofrido melhorias sistêmicas por parte de docentes e alunos e operacional no que diz respeito à evolução do sistema, no decorrer do tempo.

2.2.2.1 Oferecimento e avaliação semestrais dos componentes curriculares dos cursos

O acompanhamento sistemático do processo de ensino-aprendizagem no decorrer dos cursos é feito por meio dos planos de ensino das disciplinas/atividades curriculares e da avaliação dessas pelo Programa “**Nexos**”, tendo como referências principais o perfil dos profissionais a serem formados, os projetos pedagógicos dos cursos e as fichas de caracterização das disciplinas.

As fichas de caracterização são preenchidas na primeira vez que as disciplinas/atividades curriculares são oferecidas e aprovadas pelos colegiados do Departamento que as oferece, do(s) Curso(s) para o(s) qual(ais) é(são) oferecida(s) e do Centro. Entre outros aspectos, esses colegiados devem dar especial ênfase à análise da coerência entre os objetivos e ementas dos programas das disciplinas/atividades curriculares, bem como da metodologia e avaliação dos estudantes e o perfil proposto para os alunos do(s) curso(s).

Os planos de ensino são elaborados pelos professores para cada turma das disciplinas/atividades curriculares, a cada semestre, e aprovados pelos colegiados do Departamento responsável e da(s) Coordenação(ões) do(s) Curso(s) com alunos naquela turma. Essa aprovação é feita por via eletrônica no “**Sistema de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem**”, pelo Programa “**Nexos**”.

O objetivo geral do “**Nexos**” é instrumentalizar os agentes do processo de ensino e aprendizagem – *alunos, professores e instituição* -, de modo a por em curso mudanças na perspectiva da consolidação de um projeto pedagógico institucional. Objetivos específicos podem ser descritos a partir das diversas conexões a serem estimuladas sistematicamente e coerentemente pelo “**Nexos**”, as quais justificam o nome “**Nexos**”. Assim, pretende-se estimular conexões entre: professores e alunos, ensino e aprendizagem, formação básica e formação específica, formação geral e formação específica, dentre outras. Tais relações devem propiciar aos agentes do processo de ensino e aprendizagem o exercício contínuo e integrado do ciclo conseqüente de conexões entre planejamento e execução, avaliação e reflexão, (re) planejamento e (re) execução, e assim por diante.

Por sua vez, essa integração sistêmica entre planejamento, *execução, avaliação e reflexão* do processo justifica o nome “**Sistema de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem**”. O sistema deverá aferir os desempenhos do professor, dos alunos da turma e da instituição na execução do que foi planejado e aprovado para uma dada turma/disciplina, de modo a oferecer subsídios para reflexão e realimentação contínuas do referido ciclo, promovendo condições para que, nesses três âmbitos, a comunidade acadêmica possa, de fato, objetivar e conquistar, integrada e sistematicamente, uma melhoria relevante na qualidade do ensino de graduação.

A cada oferta de disciplina/atividade/turma, os alunos têm a oportunidade de realizar a sua avaliação, com base nos planos de ensino. Também os docentes têm espaço para fazer observações sobre aspectos que interferiram no desenvolvimento das atividades no período, como anteriormente mencionado.

Os resultados da avaliação são disponibilizados aos estudantes, aos docentes, chefes de departamentos, coordenadores de curso, diretores de centro, pró-reitor de graduação e outros administradores, no limite de seu envolvimento, mediante uso de senha, para tomada de providências, visando a superação dos problemas detectados.

A Tabela 7 apresenta o número de disciplinas/atividades curriculares/turmas, refletindo o crescimento da Instituição no período 2000-2006.

A Tabela 8 destaca a evolução da realização das principais etapas do processo de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem pelo Programa “**Nexos**”, de 2001 a 2006, pondo em destaque aspectos em que houve avanço e outros que

ainda precisam ser melhorados. O preenchimento dos planos de ensino, por exemplo, é ponto positivo, a análise e aprovação pelos colegiados demandam maior esforço. Por outro lado, a maior participação voluntária dos alunos no preenchimento do formulário eletrônico de avaliação das disciplinas é uma conquista a ser feita.

Tabela 7 – Número de disciplinas e turmas oferecidas, por semestre, na UFSCar, no período 2000-2006.

Ano/Semestre	Disciplinas	Turmas
2000/1	674	1201
2000/2	690	1213
2001/1	668	1211
2001/2	663	1186
2002/1	660	1168
2002/2	683	1245
2003/1	696	1249
2003/2	687	1283
2004/1	723	1306
2004/2	722	1339
2005/1	760	1364
2005/2	765	1392
2006/1	824	1430
2006/2	863	1601

Fonte: DiCA/UFSCar

Tabela 8 – Evolução dos processos de preenchimento de planos de ensino, da análise dos mesmos pelos órgãos colegiados e da avaliação das disciplinas por alunos e professores.

Período Letivo (ano/sem.)	Número de Turmas ⁽¹⁾	Planos de Ensino Preenchidos		Planos de Ensino Aprovados ⁽²⁾		Roteiros de Avaliação Preenchidos	
		Número	%	Número	%	Alunos	Professores
2001/1	1207	1080	89,5	_(3)	_(3)	_(3)	_(3)
2001/2	1179	941	77,5	433	36,7	461	127
2002/1	1168	720	61,6	254	21,7	2328	351
2002/2	1236	887	71,8	543	43,9	978	365
2003/1	1236	944	76,4	498	40,3	154	95
2003/2	1263	948	76,7	395	31,3	133	29
2004/1	1284	1066	83,0	956	74,5	211	14
2004/2	1320	1016	77,0	683	51,7	97	2
2005/1	1341	1238	92,3	1116	83,2	408	32
2005/2	1379	1200	87,0	850	61,6	1850	_(3)
2006/1	1411	1287	91,2	783	55,5	978	_(3)
2006/2	1475	1383	93,8	774	52,5	_(4)	_(4)

Fonte: ProGrad/UFSCar

(1) Número de turmas de disciplinas não coincide com Tabela 7 por não incluir alguns tipos de atividades curriculares;

(2) Os planos de ensino aprovados são os que foram analisados e aprovados pelo Conselho Departamental e pelo menos um Conselho de Curso para o qual a disciplina é oferecida;

(3) Etapas não realizadas;

(4) Etapas a serem realizadas.

2.2.2.2 Avaliação dos cursos pelo Ministério da Educação

Os resultados da avaliação externa dos cursos e dos alunos, realizada sob a coordenação do INEP, constam das Tabelas 9 a 13.

Tabela 9 – Avaliação mais recente dos cursos nas dimensões de organização didático-pedagógica, corpo docente e infra-estrutura, no período 1998-2000.

Aspectos Avaliados Cursos/Campus	Corpo Docente	Organização Didático-Pedagógica	Infra-Estrutura
Campus de São Carlos			
Ciência da Computação	CMB	CMB	CMB
Ciências Biológicas – Licenciatura e Bacharelado	CMB	CMB	CR
Enfermagem	CMB ¹	CB	CB ²
Engenharia Civil	CMB	CMB	CMB
Engenharia Química	CMB	CMB	CMB
Física – Licenciatura e Bacharelado	CB	CB	CB
Matemática – Bacharelado	CMB	CB	CMB
Matemática – Licenciatura	CB	CB	CMB
Psicologia	CMB	CMB	CMB
Química – Bacharelado	CMB	CMB	CMB
Química – Licenciatura	CMB	CMB	CR
Terapia Ocupacional	CMB	CMB	CR
Campus de Araras			
Engenharia Agrônoma	CMB	CB	CB

Fonte: ProGrad/UFSCar

(1) CR, no que diz respeito a número de docentes

(2) CI, no que se refere a equipamentos de laboratório

LEGENDA:

CMB = Condições Muito Boas

CB = Condições Boas

CR = Condições Regulares

CI = Condições Insuficientes

Tabela 10 – Avaliação dos cursos nas dimensões de projeto acadêmico, administração acadêmica, corpo docente e técnico, biblioteca, laboratórios, infra-estrutura e conceito global.

Aspectos Avaliados Curso/Campus	PM	EC	AA	QC	FD	AD	PQ	DE	PPE	AT	IE	BI	LB	CGC
Biblioteconomia e Ciência da Informação	A	C	D	D	C	C	A	C	B		C	B	C	C
Ciência da Computação	A	B	A	A	A	A	A	B	A	A	B	A	A/B	A
Educação Física		B	A		A	A	A	A			C	C		C
Imagem e Som	A	C	A	A	B	A	B	A	B	E	B	B	B	B
Letras		D		A	A	A	A	A	A		B	B		B
Pedagogia		B	A		A	A	A	A	A		A	A	A	A

Fonte: ProGrad/UFSCar

Legenda:

A – Condições Muito Boas

B – Condições Boas

C – Condições Regulares

D – Condições Insuficientes

E – Condições Muito Insuficientes

PM = perfil dos egressos e metodologias do curso; EC = estrutura curricular; AA = administração acadêmica do curso; QC = qualificação do coordenador de curso; FD = nível de formação do corpo docente; AD = nível de adequação do corpo docente; PQ = política de aperfeiçoamento/qualificação/atualização docente; DE = dedicação e estabilidade do corpo docente; PPE = pesquisa; pós-graduação e extensão; AT = apoio técnico; IF = infra-estrutura; BL = biblioteca; LB = laboratórios e equipamentos; CGC = conceito global do curso).

Tabela 11 – Desempenho dos alunos no Exame Nacional de Cursos. (Conceitos A a E) UFSCar, 1997-2003.

CURSO	A N O						
	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997
	C O N C E I T O						
Campus de São Carlos							
Ciências Biológicas	E	D	A	A			
Enfermagem	B	E					
Engenharia Civil	B	B	B	B	B	B	E
Engenharia Química	A	A	A	B	B	B	A
Física	B	B	B	C			
Letras	A	A	A				
Matemática	A	B	B	A	A	B	
Pedagogia	E	E	E				
Psicologia	A	A	A	A			
Química	B	B	C	A			

Fonte: ProGrad/UFSCar

Tabela 12 – Número de cursos e respectivos conceitos (1 a 5) obtidos pelos alunos que participaram do Exame Nacional de Cursos. UFSCar, 1997-2003.

Ano Conceito	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997
A	04	03	04	04	01	03	01
B	04	04	03	02	02		
C			01	01			
D		01					
E	02	02	01				01
Total de cursos	10	10	09	07	03	03	02

Fonte: ProGrad/UFSCar

Tabela 13 – Conceitos (1 a 5) obtidos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) pelos alunos ingressantes e concluintes dos cursos de graduação da UFSCar, nos anos de 2004 e 2005 (sc – sem conceito).

CAMPUS / CURSO	Conceito 2004	Conceito 2005
Campus de São Carlos		
Ciências Biológicas		2
Ciência da Computação		4
Ciências Sociais		4
Educação Física	3	
Enfermagem	5	
Engenharia Civil		4
Engenharia de Computação		5
Engenharia de Materiais		4
Engenharia de Produção		5
Engenharia de Produção-Materiais		sc
Engenharia de Produção-Química		sc
Engenharia Física		sc
Engenharia Química		5
Física		3
Fisioterapia	5	
Letras		5
Matemática		4
Pedagogia		5
Química		3
Terapia Ocupacional	1	
Campus de Araras		
Engenharia Agrônômica	4	

Fonte: ProGrad/UFSCar

Na análise da tabela anterior, convém esclarecer que os conceitos apresentados são comparativos com outros cursos existentes e aqueles que estão sem conceito – sc – não tem correspondentes no Brasil ou estão em desativação na UFSCar.

2.2.3 Análise das avaliações interna e externa

A avaliação dos cursos de graduação da UFSCar é preocupação presente na Instituição e considerada de fundamental importância para a qualidade da formação propiciada a seus alunos nos diversos cursos oferecidos. As iniciativas desenvolvidas nesse âmbito, relatadas nos tópicos anteriores, e a diretriz estabelecida no PDI ilustram a atenção dada pela Instituição a esse aspecto.

O “Sistema de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem”, Programa Nexos, é atualmente o principal recurso utilizado para avaliação das atividades na graduação. Desde sua implantação, ações vêm sendo desenvolvidas no sentido de ampliar sua utilização e melhorar seu funcionamento. Entretanto, é imprescindível dar continuidade a esse processo.

Nesse sentido, é necessário promover ações visando ampliar o número de avaliações feita pelo corpo docente. Para isso, devem ser consideradas as dificuldades encontradas pelos alunos relativas ao tempo necessário para o preenchimento da avaliação, dificultando o processo de avaliação das disciplinas e do desempenho docente, e um certo receio quanto ao sigilo das avaliações que estão sendo realizadas. A promoção de medidas para uma maior sensibilização dos alunos para o preenchimento dos dados solicitados pelo Programa Nexos, bem como uma análise da forma de preenchimento e do número de questões a serem respondidas são aspectos que merecem ser considerados para melhoria do sistema.

Ainda em relação ao sistema Nexos e à sua operacionalização, dificuldades também são encontradas devido aos prazos e formas de preenchimento dos Planos de Ensino pelos docentes. É importante destacar que para a avaliação referente ao segundo semestre de 2006, a PROGRAD já introduziu modificações do processo que poderão ser avaliadas em data futura.

Outro aspecto relevante e vinculado ao processo de avaliação se refere à revisão/reflexão sobre a realização do ENADE pelo corpo docente, pois, de modo geral, o estigma causado pelo Provão ainda perpassa o processo de avaliação externa, portanto, se torna necessário propiciar ao corpo docente e docente ciência sobre as modificações introduzidas pelo ENADE em relação ao Provão, posto que o primeiro busca apreender a progressão cognitiva dos alunos possibilitada pelo processo de ensino e aprendizagem.

Mesmo considerando as restrições apresentadas no parágrafo anterior, os resultados da avaliação do ENADE, tanto no que diz respeito aos cursos quanto aos alunos, foram satisfatórios tendo por base os números registrados pela Instituição.

2.3 Capacitação Didático Pedagógica dos Professores

2.3.1 Diretrizes do PDI

- *Implantar política de capacitação contínua didático-pedagógica para os docentes que atuam na Universidade, permitindo-lhes domínio de novas concepções do processo de ensino e de aprendizagem e de estratégias para o seu desenvolvimento;*
- *Implantar ações voltadas para a melhoria dos processos de ensinar e aprender.*

2.3.2 Qualificação, aperfeiçoamento e atualização do corpo docente

A Instituição em toda a sua história estimulou muito a titulação de seus docentes, tanto no país como no exterior, com isso interferindo significativamente na melhoria de seu ensino de graduação. A Tabela 14 traz a evolução da qualificação docente, no período 2000-2006.

Tabela 14 – Evolução da qualificação dos docentes da UFSCar, no período 2000-2006.

Titulação	Classe	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Graduado	Auxiliar de Ensino	12	11	08	05	04	01	01
Mestre	Assistente	81	69	61	58	55	58	65
Doutor	Adjunto	423	431	453	431	454	469	504
	Titular	34	34	33	29	31	36	46
Total		550	545	555	523	544	564	616

Fonte: SRH/UFSCar

A participação freqüente em congressos/simpósios/seminários e correlatos também contribui muito para o aperfeiçoamento dos docentes.

O preparo didático-pedagógico tem sido estimulado por meio da realização de eventos internos (fóruns, palestras, debates, oficinas) ou do apoio, inclusive financeiro, do Programa de Apoio a Atividades de Graduação, para participação de atividades externas.

O Departamento de Apoio Computacional ao Ensino a Distância (DeACD) vinculado à Secretaria de Informática iniciou, em 2005, um processo contínuo de capacitação docente em novas tecnologias, ampliando muito o número de usuários como será referido posteriormente.

2.3.3 Análise da problemática de capacitação docente

A UFSCar, ao longo de sua história, sempre privilegiou políticas e planos direcionadas para a capacitação de seu corpo docente.

O quadro atual da UFSCar, como pode ser observado na Tabela 14, é constituído predominantemente por doutores. Tendo como referência o ano de 2006, observa-se que 89% de seus professores são doutores. Essa proporção, que tem sido crescente ao longo dos anos, é responsável pelo excelente desempenho que a instituição apresenta nas áreas de ensino e pesquisa.

Entretanto, a política estabelecida no PDI quanto à capacitação didático-pedagógica apenas começará a ser implantada por meio da realização do I Seminário de Inovações Pedagógicas da UFSCar, previsto para o período de 06 a 09 de março de 2007, dentro do Plano de Ações Pedagógicas da Pró-Reitoria de Graduação. Como sugestão, esse processo de capacitação poderá ser desencadeado também pelos docentes que desenvolvem projetos nesta área, como, por exemplo, os lotados nos Departamentos de Educação e Metodologia de Ensino, mediante a oferta de atividades que visem propiciar a melhoria da prática docente no ensino de graduação. Especial ênfase deveria ser dada ao tema Plano de Ensino.

2.4 Coordenação de Curso

2.4.1 Diretrizes do PDI

- *Fortalecer as coordenações de modo a facilitar sua ação e garantir maior envolvimento com a promoção da qualidade, do aprimoramento constante e da inovação dos cursos de graduação e pós-graduação da UFSCar.*

2.4.2 Coordenação dos cursos de graduação na UFSCar

Desde 1974, a Câmara de Graduação já funcionava como órgão provisório. Os colegiados superiores foram implantados em 1978 e, desde então, a Câmara de Graduação passou a ser assessora do Conselho de Ensino e Pesquisa. Na década de 1980 ela estava em pleno funcionamento, iniciando interferências mais efetivas no ensino de graduação.

Uma destas interferências se concretizou na proposta ao Conselho de Ensino e Pesquisa do Regimento Geral da Coordenação de Curso de Graduação, que foi aprovado pelo Ato SOC nº. 001/81, de 15 de janeiro de 1981.

Por esse Regimento foi regulamentada a constituição do Conselho de Coordenação de Curso, com participação de representantes de docentes por departamento envolvido com o curso e por alunos, na proporção da legislação em vigor.

Logo após a implantação da Pró-Reitoria de Graduação, tal Regimento foi atualizado, com melhor especificação das atribuições do Coordenador e do Conselho

e mudança da representação docente e discente; a docente passou a ser feita por área de conhecimento interveniente no curso e a discente por turma, incluindo uma dos alunos que não integralizaram os seus créditos no tempo normal de duração do curso. Só mais recentemente o(a) secretário(a) do curso passou a compor o Conselho, com direito a voz.

Gradualmente, a UFSCar tem procurado valorizar a Coordenação de Curso, melhorar as suas condições de trabalho e inclusive fê-la de verba própria, ainda limitada, para realização de atividades específicas. Nos procedimentos relativos à oferta de disciplinas, as definições dos Departamentos são condicionadas a uma aprovação explícita das Coordenações.

2.4.3 Análise da questão de coordenação dos cursos

Apesar das ações institucionais voltadas para o fortalecimento das coordenações, há ainda necessidade de outras ações na mesma direção, como por exemplo: a) oferecimento institucional de cursos para capacitação de coordenadores, a fim de que possam exercer de forma mais eficaz suas funções (o mesmo valeria para os chefes de departamentos); b) permitir que os coordenadores interfiram mais efetivamente em situações que afetem os cursos sob sua responsabilidade, como por exemplo: participar da definição do perfil dos professores a serem contratados; participar da indicação de professores para as disciplinas; participar das decisões relativas a professores com mau desempenho.

2.5 Atividades de Apoio Acadêmico

A UFSCar tem implementado, ao longo dos anos, um conjunto de ações voltadas ao apoio às atividades acadêmicas de docentes e discentes de graduação e pós-graduação. São ações diversificadas do ponto de vista da sua natureza e abrangência.

2.5.1 Diretrizes do PDI

- *Promover o acompanhamento, avaliação e melhoria permanente do trabalho de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma a sustentar o projeto acadêmico da universidade.*
- *Utilizar o conhecimento produzido na universidade para a geração de material didático destinado ao uso interno e externo.*
- *Discutir e avaliar, com ampla participação, a política da biblioteca comunitária para ampliação e manutenção do acervo.*

2.5.2 Apoio acadêmico na UFSCar

2.5.2.1 Editora

A Editora da Universidade Federal de São Carlos (EdUFSCar) foi criada oficialmente em 1986, publicando seu primeiro livro em 1993.

Entre 1993 e 2000, a Editora trabalhou exclusivamente com a publicação de títulos, numa média anual de 10 (dez) obras.

A partir de outubro de 2000, além de aumentar a média anual de publicações para 21 (vinte e uma), expandiu sua atuação, por meio das seguintes atividades: distribuição em nível nacional dos títulos publicados; inauguração da livraria do *campus* de São Carlos, com venda de títulos de editoras comerciais e universitárias; abertura de livraria na cidade de São Carlos, fora do *campus*; venda através do [site www.editora.ufscar.br](http://www.editora.ufscar.br) e participação em Bienais, congressos, simpósios.

Atualmente, a EdUFSCar cuida da publicação de livros independentes de coleções, da Série Apontamentos e do seu próprio catálogo anual.

A Série Apontamentos é dirigida ao ensino de graduação, tendo sido

publicados, no período 2001-2006, 45 (quarenta e cinco) títulos dessa série, atendendo às áreas da saúde, exatas e humanas, com mais de dez mil exemplares impressos no Departamento de Produção Gráfica da UFSCar. A maioria é utilizada por alunos de graduação.

Resumidamente, a Série tem como objetivo publicar textos e materiais didáticos de qualidade e com baixo custo, produzidos pelos docentes da UFSCar, protegendo por meio de registro na Biblioteca Nacional (ISBN e depósito legal).

Um outro aspecto que é interessante nesta série é a sua impressão sob demanda, permitindo revisões e atualizações do autor.

Para que a comunidade da UFSCar, principalmente seu corpo discente, possa adquirir livros com preços acessíveis, a partir de 2004 a EdUFSCar vem realizando alguns eventos:

- *Feira do Livro da UFSCar*: acontece no primeiro semestre do ano e oferece desconto de 30% em todos os livros vendidos na Feira.
- *Feira do “Bixo”*: parte da programação da Recepção dos Calouros do DCE, onde os livros da EdUFSCar são vendidos com 50% de desconto.
- *Feira das Editoras*: o evento acontece no mês de novembro; uma ou duas editoras comerciais são convidadas a expor suas publicações, oferecendo até 25% de desconto.

2.5.2.2 Sistema de Bibliotecas

Criado em 1996, o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), inicialmente, foi composto pela Biblioteca Comunitária – *Campus* São Carlos (Bco) e Biblioteca Setorial de Ciências Agrárias – *Campus* Araras (BSCA). Em 2006, passou a contar com a Biblioteca do *Campus* Sorocaba (Bso).

A Bco, inaugurada em 17 de agosto de 1995, é um projeto pioneiro que visa ser um centro referencial para garantir o acesso e uso de informações em todos os níveis e para todos os fins. Construída em 9.000 m², foi especialmente planejada para atender aos diversos tipos de usuários.

Tem como objetivo a democratização do espaço físico, acervo, serviços e produtos para atender à comunidade universitária e científica, comunidade de ensino fundamental e médio, comunidade em geral e grupos especiais de usuários. Visando tornar-se um centro referencial de informação e, mais ainda, um centro cultural, se tomada a visão mais ampla da informação, dispõe de infra-estrutura adequada para abrigar seu acervo, serviços e usuários.

Através de projetos de extensão, a Bco consolidou seu trabalho junto à comunidade através do seu Programa de Extensão da Biblioteca Comunitária e tem como principais programas: Programa de Incentivo à Leitura (PROLER) e Programa de Atendimento a Grupos Especiais de Usuários: deficientes visuais (PROVER), os quais compreendem cerca de treze projetos atualmente.

Ao mesmo tempo em que se integra à comunidade externa, continua sua missão de apoiar as atividades relacionadas ao ensino e pesquisa.

A BSCA foi criada em 1991, junto com o Centro de Ciências Agrárias, com a finalidade específica de atender alunos de graduação e docentes/pesquisadores daquele centro.

Em 2006, é criado o novo *campus* da UFSCar em Sorocaba, e simultaneamente, os alunos e docentes/pesquisadores passam a ser atendidos pelo Sistema de Bibliotecas da UFSCar, com acervo próprio, na Biblioteca do *Campus* da FACENS, onde se encontra instalada a UFSCar temporariamente.

Acervo

O acervo das Bibliotecas da UFSCar abrange todas as áreas do conhecimento e é composto de monografias (livros, teses, dissertações, manuais, dicionários, enciclopédias), periódicos (revistas técnico-científicas e informativas), bases de dados de textos integrais e referenciais em CD-ROM, títulos multimídia em CD-ROM (enciclopédias, almanaques, etc) e filmes em vídeos.

Cabe destaque ao programa BANCO DO LIVRO-TEXTO, criado em 1994, e que consiste na manutenção e atualização do acervo bibliográfico, priorizando a aplicação dos recursos na aquisição da bibliografia básica dos cursos de graduação. Esse acervo é constituído da bibliografia básica das disciplinas oferecidas pelos cursos de graduação da UFSCar, não sendo permitido o empréstimo para a comunidade externa.

Objetivos do programa:

- Criar um acervo para o aluno de graduação, preservando o direito ao empréstimo desta coleção prioritariamente a essa categoria de usuários.
- Fornecer subsídios para a aquisição da bibliografia básica e complementar dos cursos de graduação. Atualmente, com a modernização do sistema automatizado do Sistema, as solicitações de inclusão dos títulos da bibliografia básica no Banco do Livro-Texto podem ser realizadas **on-line** por cada docente responsável pelas disciplinas.

Serviço de orientação e produtos oferecidos à comunidade universitária e ao público externo.

O Sistema de Bibliotecas da UFSCar oferece vários serviços e produtos para toda sua comunidade de usuários, independente de sua categoria: alunos de graduação, pós-graduação, docentes, técnico-administrativos, ensino fundamental e médio, comunidade em geral.

a) Calourada Bco

Realizada todo início de ano letivo com o objetivo de acolher o calouro, informando-o e orientando-o sobre os produtos e serviços informacionais disponíveis, além das normas e procedimentos para uso do espaço físico e acervo da biblioteca, através de treinamento e distribuição de guia explicativo.

b) Curso de Orientação ao Usuário

Durante todo o período letivo, com o objetivo de preparar o aluno na pesquisa bibliográfica e produção de trabalhos acadêmicos, é oferecido o “Curso de Orientação ao Usuário”, organizado em três módulos: Fontes de Informação; Normas para Referenciar Fontes de Informação; Apresentação de Trabalhos Acadêmicos.

c) Serviço de Correção de Referências Bibliográficas e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos

Serviço de rotina executado a qualquer tempo pelos bibliotecários do Departamento de Referência.

d) Empréstimo entre Bibliotecas

Outra facilidade aos alunos da UFSCar é o convênio com outras bibliotecas do país, que possibilita o empréstimo de livros não existentes no acervo. Foi desenvolvido recentemente uma versão *on-line*, onde o aluno solicita o título desejado a partir de qualquer ponto remoto, não necessitando estar presente na biblioteca.

e) Serviço de Comutação Bibliográfica

É um serviço de localização e fornecimento de artigos de periódicos nacionais e estrangeiros, através de colaboração e convênio entre bibliotecas do país e exterior.

Além dos serviços acima, o Sistema de Bibliotecas da UFSCar disponibiliza o acervo *on-line* de Bases de Dados Referenciais e Periódicos Eletrônicos, mantidos pelo Portal CAPES, contando atualmente com mais de 11 mil títulos.

f) Conselho de Usuários da Biblioteca

Em 2004 foi criado o Conselho de Usuários da Biblioteca composto por representantes dos vários segmentos acadêmicos e da comunidade local.

Indicadores do Sistema de Bibliotecas da UFSCar.

Nomenclaturas:

- Bco – Biblioteca Comunitária
- BSCA – Biblioteca Setorial de Ciências Agrárias
- Bso – Biblioteca de Sorocaba

Tabela 15 – Alunos de graduação por unidade.

Ano	Total	Unidades do Sistema de Bibliotecas		
		Bco	BSCA	Bso
2000	1.628	1.371	327	-----
2001	1.636	1.261	375	-----
2002	1.960	1.537	423	-----
2003	1.870	1.401	469	-----
2004	1.792	1.275	517	-----
2005	1.890	1.328	562	-----
2006	2.164	1.370	618	176
Total Geral	12.940	9.543	3.291	176

Tabela 16 – Empréstimo por unidade.

Ano	Total	Unidades do Sistema de Bibliotecas		
		Bco	BSCA	Bso
2000	100.695	97.571	3.124	-----
2001	103.079	100.022	3.057	-----
2002	159.725	156.332	3.393	-----
2003	149.579	147.810	1.769	-----
2004	125.171	122.844	2.327	-----
2005	112.286	107.336	4.950	-----
2006(Jul.)	92.414	89.268	2.059	1.087
Total Geral	842.949	821.183	20.679	1.087

Tabela 17 – Empréstimo entre bibliotecas.

Ano	Total	Unidades do Sistema de Bibliotecas					
		Bco		BSCA		Bso*	
		Atendimento	Solicitação	Atendimento	Solicitação	Atendimento	Solicitação
2000	523	241	254	5	23	-----	-----
2001	570	291	243	7	29	-----	-----
2002	431	159	183	10	79	-----	-----
2003	510	107	387	5	11	-----	-----
2004	239	44	122	18	55	-----	-----
2005	380	96	257	15	12	-----	-----
2006(Jul.)	241	24	158	12	47	-----	-----
Total Geral	2.894	962	1.604	72	256	-----	-----

* Na BSo o serviço não está disponível.

Tabela 18 – Correção de referências.

Ano	Total	Unidades do Sistema de Bibliotecas		
		Bco	BSCA	BSO*
2002	5.900	5.895	5	-----
2003	2.229	2.226	3	-----
2004	2.944	2.940	4	-----
2005	5.711	5.705	6	-----
2006(Jul.)	3.465	3.459	6	-----
Total Geral	20.249	20.225	24	-----

*Na BSo o serviço não esta disponível.

Tabela 19 – Aquisição de Material Bibliográfico no período de 2000-2006.

Ano	Títulos	Exemplares	Valor
2000	328	546	21.903,06
2002	364	719	50.000,00
	59	92	14.991,20
2003	783	2.401	158.616,16
	480	1.162	67.467,84
2004	35	162	20.483,27
	277	667	41.349,42
2005	455	743	67.176,12
2006	258	1.172	105.951,98
Total	3.039	7.664	547.939,05

2.5.2.3 Secretaria de Informática

Ao longo do tempo, a Secretaria de Informática foi, gradualmente, melhorando a sua influência na melhoria do ensino de graduação. Suas ações mais recentes nesse sentido podem ser sintetizadas como segue:

Adoção do Moodle

Desde 1995, como ambiente de aprendizagem eletrônica de suporte aos cursos de graduação, a serviço da capacitação docente e discente, envolvendo: interação entre alunos e entre alunos e professores, recursos de avaliação do aluno com pronto retorno, recursos de suporte ao trabalho colaborativo, como edições compartilhadas, entre outros. Os cursos de apoio ao ensino presencial do *Moodle* contribuem para o processo de aprendizagem do aluno.

Informatização dos prédios de aulas teóricas (AT's)

Em agosto de 2006 a UFSCar iniciou processo de aquisição de equipamentos para os AT's da UFSCar:

- Rede sem fio para que alunos e professores possam utilizar seus computadores portáteis (de assistentes pessoais digitais a *lap-tops*) para acesso à *web*.
- Projetores multimídia e tela retrátil.
- Computadores portáteis que serão distribuídos aos departamentos para serem

utilizados nas salas dos AT's.

A informatização dos AT's irá permitir o acesso a recursos didáticos via *web* (e também via *softwares*, vídeos, animações, presentes no computador móvel pessoal), com o objetivo de contribuir para o processo de aprendizagem do aluno de graduação.

Melhoria dos Laboratórios de Informática para a Graduação (LIG's)

No início de 2005, mais de 120 computadores foram substituídos por novos nos LIG's da UFSCar. Ao longo do mesmo ano, a UFSCar aprovou a implantação de LIG's setorizados, a fim de mantê-los aberto por mais tempo e melhorar a assistência técnica. O objetivo dos LIG's setorizados é melhorar o apoio ao aluno em seus estudos e trabalhos didáticos.

Implantação de salas informatizadas para aulas que exigem a interação do aluno com o computador

A UFSCar estuda, no momento, a implantação de mais salas informatizadas (possui 5, atualmente) para as aulas em que há necessidade do aluno acessar o computador.

2.5.2.4 Assessoria Internacional

A Assessoria da Reitoria para Assuntos Internacionais (ARAI) foi criada em 1993, com o objetivo de promover e ampliar as atividades de cooperação internacional na UFSCar em vários níveis, como o intercâmbio de professores, estudantes e pessoal técnico-administrativo, projeto de cooperação científica e tecnológica e alternativas para o financiamento de projetos em órgãos internacionais, entre outros.

Os intercâmbios bilaterais de estudantes de graduação têm merecido especial atenção da Universidade, particularmente com países da América Latina.

No período 2000-2006, os intercâmbios foram feitos pelos 4 (quatro) programas seguintes:

- a) ESCALA, envolvendo todas as áreas com apoio financeiro da Organização dos Estados Ibero-Americanos, para a Educação, Ciência e Cultura (OEI), através do Programa de Intercâmbio e Mobilidade Acadêmica (PIMA) e também das instituições que integram a Associação das Universidades do Grupo de Montevidéu (AUGM), que reúne universidades do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.
- b) INSIDE (Ingenieria + Sinergia = Desarrollo), na área de Engenharia, com apoio também da OEI, entre Brasil, Argentina, Nicarágua, Bolívia e Guatemala.
- c) IAESTE (International Association for the Exchange of Students for Technical Experience), em diversas áreas, entre 70 países.
- d) AECI (Agencia Española de Cooperación Internacional).

Além dos programas de intercâmbio, anualmente as Jornadas de Jovens Pesquisadores da AUGM têm contado com a participação de alunos de graduação e pós-graduação da UFSCar.

A UFSCar participa também de quatro projetos no Programa ALFA (América Latina Formação Acadêmica) financiados pela União Européia. Um deles, o ACES (Ambientalização Curricular no Ensino Superior), criado em 2000, buscou interferir no tratamento da questão ambiental nos cursos de graduação, entre outras ações.

2.5.2.5 Programa de Capacitação Discente para o Estudo (ProEstudo)

O ProEstudo é uma iniciativa da Pró-Reitoria de Graduação e do Departamento de Psicologia da UFSCar, pela qual responde uma equipe formada por alunos do Curso de Psicologia (estagiários curriculares e extracurriculares e bolsistas treinamento), sob supervisão de uma docente. Este programa surgiu em 1998, com o objetivo de promover repertórios de estudo mais apropriados em alunos de graduação,

preparando-os não apenas para um melhor aproveitamento das atividades didáticas, mas para estudar de forma gratificante, de modo que esta prática seja mantida por suas próprias conseqüências e que perdure para além das exigências acadêmicas e alcance a vida profissional e pessoal destes alunos.

São várias as ações do ProEstudo: orientação de estudos individuais para os alunos; atendimento de estudantes via balcão de estudos, em sistema de plantão; palestras e estudos sobre comportamento de estudos; confecção da “agenda do estudante”, que contém informações relevantes para os alunos ingressantes e é distribuída gratuitamente; “Jogo do eu estudando”, recurso de capacitação e facilitação para o estudo; levantamentos periódicos de informações sobre necessidades da comunidade universitária no âmbito do estudo; avaliação dos produtos e serviços do Programa; produção de monografias, por parte dos alunos da psicologia, sobre o ProEstudo; prevenção de dificuldades em relação a comportamento de estudos de crianças e jovens, via preparação de agentes educativos (pais, professores etc) no âmbito do município de São Carlos; programa UniLeit (Unidade de Leitura), que funciona da Bco e atende crianças com história de fracasso escolar; atuação junto a instituições do município que recebem crianças em situação de riscos, especialmente moradores e trabalhadores de rua; capacitação de monitores para atuar no UniLeit, entre outras atividades.

2.5.2.6 Feira de Oportunidades

Desde 2004, por iniciativa da Coordenadoria de Ensino de Graduação, vinculada à ProGrad, começou a ser realizada anualmente na UFSCar a Feira de Oportunidades, visando aproximar os alunos de graduação e pós-graduação da UFSCar e de outras instituições universitárias das empresas, abrindo perspectivas de estágios ou mesmo empregos. O evento é realizado no segundo semestre, na área externa da Biblioteca Comunitária, contando com a colaboração de alunos que trabalham como monitores.

A Tabela 20 apresenta dados sobre os três eventos realizados.

Tabela 20 – Número de empresas participantes, de instituições convidadas e de visitantes, nas três Feiras de Oportunidades realizadas.

Ano			
Aspectos	2004	2005	2006
Número de empresas participantes	23	25	25
Número de instituições convidadas (aproximado)	30	30	30
Número de visitantes (aproximado)	2000	2000	3000

Fonte: ProGrad/UFSCar

2.5.2.7 Divulgação de oportunidades de estágio e emprego

A UFSCar recebe representantes de empresas para divulgação de Programas de estágios e Programas “Trainees” entre os alunos de graduação.

No período 2000-2006, o número de palestras e de eventos de divulgação foi de aproximadamente 590.

2.5.3 Análise do apoio acadêmico

Há uma preocupação da Instituição em apoiar as atividades acadêmicas voltadas à graduação, traduzida tanto nas diretrizes do PDI quanto nos recursos e

atividades oferecidos: Editora, Biblioteca, Secretaria de Informática, Assessoria Internacional e ProEstudo, como destacadas acima.

A discussão sobre o tema indicou a necessidade de se estimular ainda mais a política institucional de apoio acadêmico. Foram sugeridas algumas ações nessa direção:

- a) Disponibilização, pela Universidade, de uma página para a inserção e atualização de dados relativos às pesquisas e práticas pedagógicas desenvolvidas pelo corpo docente, cuja inserção dos dados deveria ser efetivada por um técnico-administrativo ou por um docente capacitado para tal operação;
- b) Estimulo à elaboração de materiais didáticos, impresso e eletrônicos, por um maior número de docentes, cuja colaboração da EdUFSCar garantirá os direitos autorais mediante a utilização do *copyright* e ISBN;
- c) Criação de novos mecanismos para a atualização/modernização dos materiais permanentes destinados às atividades de ensino e
- d) Incentivo à ampliação do acervo da Biblioteca Comunitária mediante aquisição de um maior número de livros eletrônicos por áreas, títulos e editoras.

2.6 Acesso e Permanência

2.6.1 Diretrizes do PDI

- *Ampliar de forma planejada e sustentável o número de vagas e cursos de graduação, pós-graduação e extensão, em consonância com o projeto acadêmico, a excelência e o caráter inovador dos cursos da UFSCar.*
- *Buscar o pleno aproveitamento da capacidade já instalada na UFSCar na ampliação do acesso à Universidade.*
- *Priorizar a ampliação dos cursos noturnos.*
- *Aperfeiçoar o processo de seleção de alunos para os cursos de graduação, em consonância com o perfil dos cursos e do profissional que se quer formar.*
- *Desenvolver e apoiar ações que ampliem as oportunidades de acesso e permanência dos estudantes na universidade e contribuam com o enfrentamento da exclusão social.*
- *Ampliar e aperfeiçoar programas de apoio aos alunos de graduação e pós-graduação.*
- *Buscar a garantia da permanência de estudantes sem condições financeiras na universidade, através de políticas e infra-estruturas que atendam a demanda.*

2.6.2 Ingresso e permanência de alunos de graduação na UFSCar

2.6.2.1 Ingresso por vestibular

Processo seletivo no decorrer do tempo

Ao longo dos anos, o acesso aos cursos de graduação se deu mediante a realização de exames vestibulares bastante diversificados. Houve modificações com relação à responsabilidade pela sua realização (UFSCar, CECSEM-CESCEA-MAPOFEI, FUVEST, VUNESP), ao período de sua ocorrência (início ou meio do ano), aos critérios (eliminatório-classificatório ou classificatório), à realização em uma ou duas fases, à consideração no desempenho final daquele da segunda fase ou das duas, ao estabelecimento de carreiras ou não, aos pesos atribuídos às provas, entre outras.

Historicamente, a UFSCar sempre esteve preocupada com a democratização do acesso à Instituição. A isenção de taxas nos vestibulares para alunos oriundos de camadas da população é uma das formas de permitir o acesso a uma formação de melhor qualidade. Outra tem sido a de preparar alunos dessas camadas para enfrentarem os exames. Após o ingresso, outros encaminhamentos são dados no sentido de garantir a permanência dos alunos nos cursos.

Também houve a preocupação, no decorrer do tempo, em evitar a ociosidade de vagas, por meio de várias medidas. Entre elas podem ser citadas: realização de dois exames seletivos; transformação do vestibular seletivo em classificatório; criação de mecanismos mais ágeis para localização e chamada dos vestibulandos em lista de espera para matriculá-los, em tempo hábil, até o preenchimento de todas as vagas; colocação de vários cursos em carreira única no vestibular ou em carreiras mais específicas para transferências, evitando o uso de certos cursos menos concorridos como trampolim para outros, por meio de transferência intercursos.

Vestibular Atual

Atualmente, o ingresso nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de São Carlos é feito mediante Processo Seletivo, realizado anualmente, no início do ano, destinado a selecionar e classificar candidatos segundo o desempenho nas avaliações realizadas. O Processo Seletivo é aberto aos candidatos que tenham concluído ou estejam cursando o Ensino Médio ou equivalente.

O desempenho é avaliado considerando-se a capacidade do candidato para: a) articular idéias de modo coerente e expressar-se com clareza; b) compreender idéias, relacionando-as; c) conhecer o conteúdo do currículo dos Ensinos Fundamental e Médio.

Vagas

A UFSCar possui, neste momento, 35 cursos de graduação distribuídos em três *campi*: vinte e oito cursos no *campus* São Carlos, dois cursos no *campus* Araras e cinco cursos no *campus* Sorocaba. A evolução do número de cursos, número de vagas e relação candidato/vaga é descrita na Tabela 21.

Tabela 21 – Evolução do número de cursos e vagas e da relação de candidatos por vaga no vestibular no período 2000-2007.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
no. De cursos	27	27	27	27	28	27*	33	35
no. De vagas	1090	1090	1090	1100	1120	1130	1375	1465
Relação candidato/vaga	21,5	20,4	20,5	21,6	19,6	18,8	22,06	-

Fonte: ProGrad/UFSCar

*Os 3 (três) cursos de Engenharia de Produção passaram a se constituir em apenas 1 (um).

Critérios e provas

As provas, desde 2000, são elaboradas, aplicadas e corrigidas pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – VUNESP.

O vestibular, organizado em uma única fase, é realizado em três dias consecutivos, com a aplicação de nove provas. No primeiro dia os candidatos fazem

as provas de Língua Inglesa, de Língua Portuguesa e de Redação; no segundo, as de Química, de Matemática e de História; no terceiro, as de Biologia, de Física e de Geografia.

A Prova de Língua Portuguesa consta de dez questões de múltipla escolha e oito questões discursivas, versando sobre gramática, literaturas brasileira e portuguesa e interpretação de textos. Para a Prova de Redação os candidatos elaboram uma dissertação sobre temas da atualidade com base em textos apresentados. A Prova de Língua Inglesa consta de seis questões de múltipla escolha e quatro questões discursivas a serem respondidas em língua portuguesa. As Provas referentes às disciplinas de Matemática, de Química, de Física, de Biologia, de Geografia e de História possuem dez questões de múltipla escolha e cinco questões discursivas para cada disciplina.

Os candidatos ao curso de Licenciatura em Música realizam uma Prova de Aptidão Musical. Até 2006, essa prova era composta por vinte questões objetivas e aplicada, exclusivamente, na cidade de São Carlos; a partir de 2007, constará de vinte e cinco questões objetivas e cinco questões discursivas.

Para o cômputo dos pontos nas diferentes provas, são conferidos valores diferentes por tipo de questão. Para as provas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Química, Matemática, História, Biologia, Física e Geografia, a pontuação em cada disciplina é calculada considerando os seguintes parâmetros: o valor máximo de cada questão de múltipla escolha é de 1 (um) ponto; o valor máximo de cada questão discursiva é de 2 (dois) pontos. Para a Prova de Redação, o valor máximo é de 30 pontos. Para a Prova de Aptidão Musical, a pontuação é calculada considerando os seguintes parâmetros: o valor máximo de cada questão de múltipla escolha é de 1 (um) ponto; o valor máximo de cada questão discursiva é de 3 (três) pontos.

A ponderação por disciplina difere para cada curso.

Os candidatos classificados são convocados para a matrícula considerando a ordem decrescente de pontuação final. O preenchimento das vagas obedece à ordem de classificação de todos os candidatos inscritos para esse curso. Para fins de classificação somente são considerados habilitados os candidatos que tenham obtido pontuação superior a zero na Redação e em cada uma das seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Química, Matemática, História, Biologia, Física e Geografia. Para o Curso de Licenciatura em Música, somente são considerados habilitados os candidatos que, além do critério estabelecido para as demais provas, possuírem nota superior ou igual a 30% dos pontos máximos da Prova de Aptidão Musical.

Ocorrendo empate na pontuação final, prevalece, em cada curso, para efeito de classificação, sucessivamente, o seguinte: 1º - total de pontos obtidos no conjunto das disciplinas de peso 2 (dois) para o curso; 2º - total de pontos obtidos na Prova de Redação; 3º - total de pontos obtidos na Prova de Língua Portuguesa.

Inscrição

Até o Processo Seletivo 2006, a inscrição era feita mediante Ficha de Inscrição que acompanhava o Manual do Candidato (autenticada com o valor da taxa de inscrição pelos bancos autorizados), ou pela Internet através da página www.vunesp.com.br, mediante o preenchimento da Ficha de Inscrição e o pagamento de taxa, por meio de boleto bancário. A partir de 2007, a inscrição será feita exclusivamente pela Internet.

Chamadas e matrícula

Os candidatos classificados são convocados para a matrícula de acordo com os critérios e o calendário estabelecidos no Manual do Candidato. Os candidatos constantes das listas de espera devem comparecer nas datas e horários estabelecidos para manifestar seu interesse por vaga, como, no horário determinado, para a

matrícula. Caso exista vaga, esta é preenchida de acordo com a ordem de classificação dos candidatos que manifestaram seu interesse.

A confirmação da matrícula é obrigatória para todos os candidatos matriculados em decorrência das chamadas.

Isenção

A UFSCar oferece o benefício da isenção de taxa de inscrição às pessoas que comprovam insuficiência de recursos financeiros para o pagamento das mesmas, de acordo com critérios e calendário previamente estabelecidos. A evolução do número de isenções integrais é mostrada na Tabela 22.

Tabela 22 – Número de isenção e taxa de inscrição (em reais) no vestibular, no período 2000-2007.

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Número de isenções integrais	743	690	652	1076	1510	3500
Taxa de inscrição (em reais)	55,00	65,00	65,00	80,00	90,00	90,00

Fonte: ProGrad/UFSCar

2.6.2.2 Outras formas de ingresso na Universidade

A Tabela 23 apresenta outras formas, que não o Vestibular, de ingresso de alunos nos cursos da Universidade, no período 2000-2005: transferência interna, transferência externa, transferência “ex-officio”, mobilidade acadêmica, convênio cultural, complementação de curso, aluno especial e decisão judicial.

Tabela 23- Número de alunos que ingressaram nos cursos da Universidade, no período 2000-2006, por outras vias que não o vestibular.

TIPO / ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Transferência Interna	22	17	62	21	12	41
Transferência Externa	80	52	74	112	44	80
Transferência Ex Officio	4	5	1	7	4	7
Mobilidade Acadêmica	0	0	0	0	5	5
Convênio Cultural	0	0	3	3	8	13
Convênio PIMA/AUGM	0	2	9	1	0	0
Complementação de Curso	175	136	187	253	257	245
Aluno Especial	38	0	3	1	8	4
Decisão Judicial	0	0	0	0	1	0
TOTAL	319	212	339	398	339	395

Fonte: DiCA/UFSCar

2.6.2.3 Acesso a portadores de necessidades especiais

Os portadores de necessidades especiais têm a possibilidade de realização de seu Vestibular em condições especiais e, após serem selecionados, de indicar, num campo específico do programa de controle acadêmico, as condições de que necessitam para cumprimento de seus compromissos acadêmicos. Isto orienta, por exemplo, a alocação de atividades em determinadas salas.

Além disso, há o Programa de Atendimento a Grupos especiais de Usuários: deficientes visuais (PROVER).

Do ponto de vista físico, a Universidade tem rampas de acesso e locais de estacionamento reservados em seus vários prédios, para atendimento a esses portadores.

2.6.2.4 Determinação do perfil sócio-econômico dos candidatos e dos ingressantes nos cursos de graduação

A partir de 1994, numa parceria entre o Departamento de Estatística, a Pró-Reitoria de Graduação e a Secretaria de Assuntos Comunitários, a UFSCar realiza a análise sócio-econômica e cultural dos candidatos e dos ingressantes a/em seus cursos de graduação.

O conhecimento do perfil dos estudantes permite um planejamento mais adequado de ações relacionadas à graduação e aos programas sociais.

Um estudo comparativo dos ingressantes no período 1994-2006, realizado em 2006, mostra pequenas variações ao longo do tempo.

Quanto à procedência, predominam alunos vindos das regiões de Campinas, Metropolitana de São Paulo e cidades de São Paulo, São Carlos e Campinas e, em 2006, 2,11% de Sorocaba, onde foi criado um novo *campus*.

As características pessoais dos alunos ingressantes têm se mantido praticamente constantes. Tem havido tendência a aumento do percentual de alunos do sexo feminino. Com relação à idade, a maioria se constitui em menores de 18 anos, sendo que, em 2006, acentuou-se tal tendência.

No que diz respeito à formação, tem havido presença crescente de alunos vindos de escolas particulares, tanto de ensino médio como fundamental, que cursaram o ensino médio no período diurno e que não freqüentaram cursos pré-vestibulares. Quanto ao conhecimento de línguas, tem-se mantido um padrão de bom domínio da língua inglesa nos últimos 4 (quatro) anos e da língua espanhola nos últimos 2 (dois) anos; para a língua francesa mantém-se um comportamento histórico de baixo grau de conhecimento. Também se consolida uma tendência de aumento do número de ingressantes que possuem computador e têm bom domínio dessa ferramenta, utilizando-a em atividades relacionadas à aprendizagem.

A análise da distribuição dos alunos por classes sociais, utilizando o Índice da ABIPEME, demonstra a predominância dos integrantes da classe B (Tabela 24), o que é verificado desde 2001. A renda familiar tem mantido, desde 2001, a tendência de queda da faixa acima de 20 salários mínimos e o aumento da faixa de 5 (cinco) a 10 (dez) salários mínimos. Permanece alto, com um suave aumento, o percentual de alunos que não trabalhavam antes de entrar na UFSCar. Durante o curso, a maioria pretende se manter com recursos dos pais, residir em repúblicas ou alojamentos estudantis. O objetivo de mais de 40% dos ingressantes é se manter com bolsas estudantis ou trabalhando durante a graduação.

Tabela 24 – Distribuição percentual dos alunos ingressantes nos cursos da UFSCar, no período 2000-2006, por classe social, determinada pelo Índice da ABIPEME.

Classe Ano	A	B	C	D	E
	%	%	%	%	%
2000	47.50	43.10	8.80	0.50	0.00
2001	12.83	60.78	22.40	3.58	0.42
2002	14.18	61.36	20.35	3.49	0.62
2003	12.91	63.36	19.17	4.30	0.26
2004	12.63	61.11	22.12	3.23	0.91
2005	13.41	59.47	23.47	3.45	0.20
2006	3.12	66.36	25.88	4.11	0.53

Fonte: ProGrad/UFSCar

O aproveitamento médio nas provas do exame vestibular foi aproximadamente o mesmo no decorrer de todo o período.

Como resultado da parceria supra-mencionada, além dos dados gerais para a UFSCar, há os específicos por curso e outros estudos, que não serão apresentados por terem sido feitos uma única vez. Como exemplo, pode ser citado, em 2000, o da caracterização dos alunos evadidos da UFSCar, no período de 1994-1998, ou o do acompanhamento, em 2001, do desempenho no primeiro e segundo semestres letivos dos alunos ingressantes no processo seletivo 2000 da UFSCar.

2.6.2.5 Permanência dos alunos nos cursos

As medidas visando diminuir a evasão de alunos dos cursos de graduação, por razões de natureza sócio-econômica, têm se constituído na disponibilização de bolsas (Tabela 25) e no oferecimento de atendimento médico-odontológico (Tabela 26). As bolsas são de diferentes tipos: bolsas-alimentação, bolsas-moradia, bolsas-atividade, bolsas Santander e bolsas Volkswagen.

O Alojamento Estudantil oferece 392 vagas para alunos da graduação e o Restaurante Universitário cerca de 2.000 mil refeições diárias, em sua maioria para estudantes desse nível de ensino.

A evasão por motivos acadêmicos tem sido tratada por meio de ações como análise do perfil sócio-econômico dos alunos dos diferentes cursos (item 6.1) e orientação de estudo para alunos com dificuldades (item 6.8.5).

Tabela 25 – Número de bolsas oferecidas aos alunos de graduação oriundos de camadas da população sócio-economicamente desfavorecidas, no período 2000-2006.

Ano Tipo de Bolsa	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 (1º semestre)
Campus São Carlos							
Bolsa-alimentação	486	654	552	438	599	609	471
Bolsa-moradia				305	398	397	313
Bolsa-atividade	338	387	242	296	305	265	176
Bolsa FAF (Fundação de Apoio Financeiro/MEC)	105	83	56	26	109	93	90
Bolsa UNIVOLKS (Volkswagen)					4	3	3
Bolsa Santander							35
Sub-Total	929	1124	850	1065	1415	1367	1088
Campus Araras							
Bolsa-alimentação	10	13	13	7	15	14	13
Bolsa-moradia				5	10	8	7
Bolsa-atividade	11	10	6	4	7	5	8
Bolsa FAF					1	1	
Sub-Total	21	23	19	16	33	28	28
Campus Sorocaba							
Bolsa-alimentação							12
Bolsa-moradia							7
Bolsa-atividade							10
Bolsa FAF							2
Sub-Total							31
Total	950	1147	869	1081	1448	1395	1147

Fonte: SAC/UFSCar

Tabela 26 – Número de atendimentos médicos e odontológicos para alunos de graduação e seus dependentes, no período 2000-2006.

Ano Atendimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 (1º semestre)
Médico	1265	1226	1842	1540	1138	1032	754
Odontológico	921	730	1070	939	848	619	520
Total	2186	1956	2912	2479	1986	1651	1274

Fonte: SAC/UFSCar

2.6.2.6 Cursinho Pré-vestibular

O Cursinho Pré-Vestibular da UFSCar tem procurado facilitar o acesso de pessoas mais desfavorecidas social e economicamente ao ensino superior público, ao mesmo tempo que tem contribuído para uma melhor formação de alunos da UFSCar.

Além do ensino gratuito, todos os alunos do Cursinho são liberados do pagamento de taxas do vestibular.

A média de aprovação nas universidades públicas paulistas dos alunos do Cursinho, nos últimos anos, está em torno de 20%.

Ele foi criado em 1999 e, desde então, seleciona anualmente, nos meses de outubro e novembro, cerca de 200 alunos. O processo seletivo se baseia na análise das condições sócio-econômicas dos candidatos e no desempenho em prova de conhecimentos gerais.

No 2º. semestre de 2006, além das vagas oferecidas no *campus* de São Carlos, o Cursinho passou a oferecer mais 90 num bairro distante da UFSCar, o Cidade Aracy, numa iniciativa que teve a parceria do Projeto “Conexões de Saberes” e da Prefeitura Municipal de São Carlos. A nova turma é aberta a toda a comunidade, mas preferência será dada aos moradores do bairro.

O Cursinho funcionará numa escola municipal (EMEB Artur Natalino Derigge).

O Projeto Conexões de Saberes é uma iniciativa do Ministério da Educação em parceria com a ONG Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. O projeto é dirigido a estudantes de graduação de baixa renda, moradores ou oriundos de favelas e comunidades de periferia. A UFSCar foi contemplada com 25 bolsas para o Projeto que desenvolverá outras iniciativas além do Cursinho.

2.6.2.7 Universidade Aberta

O evento Universidade Aberta começou a ser realizado em 1997, estreitamente vinculado ao Vestibular, mantendo tal conotação até 2005. Ele era realizado no segundo semestre do ano, em 1 (um) dia apenas, e destinado a estudantes do ensino médio e dos cursos preparatórios para o Vestibular.

A partir de 2005, passou a ser realizado no primeiro semestre, em 2 (dois) dias e destinado também a alunos das 7ª. E 8ª. Séries do ensino fundamental, com o objetivo de tornar a Universidade conhecida, sem preocupação direta com o Vestibular.

Em geral, nos eventos são realizadas palestras, apresentação dos cursos em estandes específicos, visitas a laboratórios e ao *campus*. Nos dois últimos anos, foi armado o Circo da Ciência, financiado pela FINEP, durante a Universidade Aberta.

A Tabela 27 apresenta alguns dados sobre os eventos realizados no período 2000-2006 e em 1997 (primeiro).

Nos anos de 1998 e 2001 o evento não ocorreu por falta de condições institucionais, em virtude de movimento grevista de funcionários.

Tabela 27 – Informações sobre o evento Universidade Aberta, no período 2000-2006 e em 1997 (1º).

Ano Aspectos	1997	2000	2001	2002	2003	2004	2005 (dois dias)	2006 (dois dias)
Número de escolas convidadas (aprox.)	100	150	-	170	170	170	200	280
Número de escolas participantes	22	47	-	38	32	28	46	83
Público atendido	1600	2800	-	2100	1800	1500	2430	4480
Número de monitores (alunos de graduação da UFSCar)	90	320	-	345	360	300	360	380

Fonte: ProGrad/UFSCar

2.6.3 Análise da questão de acesso e permanência de alunos de graduação da UFSCar

Acompanhando a evolução do sistema superior de ensino no Brasil, sobretudo nas duas últimas décadas, a UFSCar não tem se expandido na velocidade desejável, tendo em vista a demanda por vagas e até mesmo a capacitação de quadros especializados face ao novo contexto de evolução científico-tecnológica, especialmente na área produtiva. Não obstante, o desejo de expansão da Instituição fica evidenciado em algumas iniciativas até certo ponto arrojadas, como por exemplo, a criação de novos cursos de graduação (aumento de 29,6% no período de 2000 a 2007) e aumento de número de vagas (34,4%, no mesmo período). Tal ousadia, sem dúvida, tem acarretado alguns problemas. O principal deles tem a ver com a falta de recursos suficientes para dar conta das novas demandas geradas.

Em resumo, pode-se dizer que o crescimento da Instituição tem sido forçado pela ousadia de ampliar demandas para o Governo Federal, mas ao mesmo tempo essa expansão gera demandas internas nem sempre atendidas prejudicando o funcionamento normal da Instituição.

Outro problema, ainda relacionado a fatores externos à Instituição, está vinculado à política de contratação de pessoal e de remuneração do servidor público federal. Em função dos baixos salários muitos servidores, depois de capacitados no próprio exercício da função, deixam a UFSCar, atraídos por propostas de trabalho mais atraentes.

No que diz respeito ao acesso e permanência dos alunos na UFSCar há alguns destaques a serem feitos. O principal meio de acesso à Universidade é o exame vestibular, objeto de preocupação constante da Instituição, no sentido de efetiva-lo, haja vista as mudanças nele efetuadas ao longo dos anos. Apesar dos esforços empreendidos, há ainda o que se aprimorar, sobretudo levando-se em consideração aspectos relacionados à diversidade social brasileira. A “política de sistema de reserva de vagas”, recentemente aprovada na Instituição, é uma iniciativa voltada a esse aprimoramento.

Além do vestibular, a UFSCar também recebe alunos por meio de transferência de outras Instituições e convênios culturais. A respeito das transferências, há

ressalvas quanto à forma como tem sido feita. Sugere-se estudos relativos aos critérios utilizados para a classificação dos candidatos.

A Universidade Aberta e o Cursinho Pré-vestibular constituem-se em medidas de facilitação do acesso, seja por meio da difusão de informações a respeito da Instituição, no primeiro caso, seja por meio da preparação de jovens oriundos das camadas populares para o exame vestibular, no segundo caso. Soma-se a isso, a isenção da taxa de inscrição para candidatos oriundos de famílias de baixa renda (de 2002 para 2007 houve um aumento de 371% no número de isenções).

De um modo geral, a Universidade tem assumido, ao longo dos anos, uma política voltada para facilitar a permanência dos alunos na Instituição. Isso pode ser comprovado pelos diversos programas (auxílio moradia, diversas modalidades de bolsas, subsídios ao restaurante universitário, atendimento médico e odontológico etc), implantados inclusive com base em levantamento pormenorizado do perfil sócio-econômico dos alunos (bolsas: aumento de 46,8% no período de 2000 a 2005).

Os alunos portadores de necessidades especiais tem sido foco de atenção da Instituição a por meio de iniciativas como a adaptação do espaço físico e de alguns equipamentos facilitadores da aprendizagem.

Ainda no que diz respeito ao acesso e permanência, cabe destaque aos cursos noturnos, cuja expansão tem sido assumida como uma das prioridades da UFSCar há algum tempo. A ampliação de vagas no período noturno democratiza o acesso, na medida em que beneficia aqueles jovens que trabalham durante o dia. Porém, alguns problemas precisam ser enfrentados, em especial aquele relacionado à estrutura curricular. Há casos em que se exige dos alunos disponibilidade para cursar disciplinas em períodos matutino ou vespertino, como é o caso, por exemplo, de estágios. Isso resulta em dificuldades importantes para os alunos, que nem sempre conseguem compatibilizar estudo e trabalho.

II ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

1. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E SUA EVOLUÇÃO

1.1 Três Momentos de Expansão da Pós-Graduação da UFSCar

Em 2005, a UFSCar contava com 20 programas de pós-graduação que comportavam 35 cursos, sendo 20 de mestrado e 15 de doutorado. As metas propostas nas políticas governamentais para a pós-graduação, através do IV Plano Nacional de Pós-Graduação, de 1996, referiam-se ao objetivo de duplicar o número de pesquisadores qualificados em 10 anos. A UFSCar contribuiu para essa expansão dentro de seu ritmo. Em 1996, ela recebeu 237 alunos ingressantes no mestrado e 91 no doutorado. Em 2005, foram 384 novos mestrandos e 202 doutorandos. Como a maioria de seus cursos de mestrado consolidou-se na década anterior, a duplicação de ingressos só ocorreu no doutorado, havendo um aumento de 62% no mestrado. Em 1996, a UFSCar contava com 16 programas e 23 cursos (16 de mestrado e 7 de doutorado). Nesses dez anos, o número de cursos cresceu 52%. A década de 1986-1995 é que concentra a maior expansão dos cursos de mestrado e a década de 1996-2005 é a dos cursos de doutorado, como pode ser observado nas Tabelas 28, 29 e 30.

Tabela 28 – Programas criados entre 1976-1985 – Ano criação, conceito e bolsas produtividade.

Programa	Ano Criação		Conceito 1998-2000	Conceito 2001-2003	Bolsa Produtividade
	Mestrado	Doutorado			
Educação	1976	1991	5	5	7
Educação Especial	1978	1997	5	5	6
Ecologia e Recursos Naturais	1976	1985	5	5	17
Ciência e Engenharia de Materiais	1979	1987	7	7	30
Química	1980	1987	7	7	29
Engenharia Química	1982	1990	6	6	11
Total	*	*	*	*	100

Fonte: Relatório Anual PROPG 2005

Tabela 29 – Programas criados entre 1986-1995 – Ano criação, conceito e bolsas produtividade.

Programa	Ano Criação		Conceito 1998-2000	Conceito 2001-2003	Bolsa Produtividade
	Mestrado	Doutorado			
Matemática	1987	1997	5	5	7
Ciência da Computação	1988	-	3	3	2
Ciências Sociais	1988	2000	4	5	7
Filosofia	1988	2002	4	4	4
Física	1988	1991	5	5	19
Genética e Evolução	1991	1991	4	4	5
Engenharia de Produção	1992	1999	5	4	11
Ciências Fisiológicas	1994	1997	4	5	8
Engenharia Urbana	1994	-	4	4	2
Total	*	*	*	*	65

Fonte: Relatório Anual PROPG 2005

Tabela 30 – Programas criados entre 1996-2005 – Ano criação, conceito e bolsas produtividade.

Programa	Ano Criação		Conceito 1998-2000	Conceito 2001-2003	Bolsa Produtividade
	Mestrado	Doutorado			
Fisioterapia	1996	2001	5	5	6
Estatística	1997	2006	3	4	2
Construção Civil	2001	-	-	3	1
Biotecnologia	2004	2004	-	4	-
Linguística	2005	-	-	3	-
Total	*	*	*	*	9

Fonte: Relatório Anual PROPG/UFSCar 2005

Na última década foram criados os programas de Biotecnologia (com mestrado e doutorado), Linguística e Construção Civil (ambos com mestrado), e os cursos de doutorado em Filosofia e Fisioterapia. Aprovados em 2005, com início em 2006, têm-se o curso de doutorado em Estatística e o curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. O aumento de cursos de pós-graduação busca contemplar as áreas do saber mais deficitárias dessa formação na UFSCar, já se fazendo sentir a influência do Plano de Desenvolvimento Institucional, que a partir de 2004, orienta para buscar o equilíbrio entre as áreas de conhecimento, a expansão da oferta de cursos interdisciplinares e a diversificação e inovação da oferta de cursos de pós-graduação. Há ainda carência de cursos na área de saúde.

Quanto à avaliação feita pela CAPES, observa-se a manutenção da proporção de programas na faixa de conceitos 3-4 (45%) e de programas na faixa de conceitos 5-7 (55%) durante as duas últimas avaliações (1998-2000 e 2001-2003). Embora tenha havido melhora nos conceitos obtidos por três programas (Ciências Fisiológicas, Ciências Sociais e Estatística) apenas os dois primeiros mudaram de faixa e o Programa de Engenharia de Produção teve sua avaliação alterada de 5 para 4. A criação de novos programas também reforça a preservação dessa proporção entre as faixas, já que no sistema de avaliação da CAPES o tempo para a consolidação do programa pesa na pontuação obtida. Cursos e programas novos estão classificados na faixa 3-4.

Os dois programas com avaliação 7 (Ciências e Engenharia de Materiais – PPGCEM e Química – PPGQ) são da área de Exatas e Engenharias, consideradas campos “duros” do saber. Estão vinculados aos primeiros departamentos acadêmicos da UFSCar, criados no início da década de 1970, sendo que a Engenharia de Materiais foi o primeiro curso de graduação desta área no Brasil. Essa longevidade e precedência sobre outros cursos favorecem a capacidade de conquistar recursos institucionais e de poder profissional que reforçam a excelência de seu corpo docente, legitimando-os nas representações das instâncias que definem os critérios de avaliação da pós-graduação no país. São também programas com maior capacidade de atrair recursos financeiros de empresas, driblando parte das dificuldades econômicas que atingiu a universidade pública no Brasil. O PPGCEM conta com 41 docentes, todos doutores, sendo 16% de mulheres; 2/3 dos docentes possuem bolsa de produtividade do CNPq. O PPGQ tem 39 professores internos e 8 externos. Eles reúnem o segundo maior número de bolsas de produtividade em pesquisa da UFSCar e ainda elevam essa proporção com os docentes externos credenciados, todos bolsistas do CNPq. O corpo docente permanente é composto de 33% de mulheres.

O primeiro grupo de programas de pós-graduação da UFSCar foi organizado entre 1976 e 1985, com 6 cursos (Educação, 1976; Ecologia e Recursos Naturais, 1976; Educação Especial, 1978; Engenharia de Materiais, 1979; Química, 1980; e

Engenharia Química, 1982). Os três últimos programas são os únicos da UFSCar com os conceitos mais altos na CAPES (conceitos 6 e 7).

O Programa de Ecologia e Recursos Naturais também é pioneiro no Brasil e tem sido bem avaliado. Na área, o conceito 5 segue sendo o mais elevado.

Nesse grupo, os dois programas que apresentam indicadores mais baixos de poder profissional são os de Educação (PPGE) e Educação Especial (PPGEES). Todos os demais programas desse grupo tiveram representação nos comitês acadêmicos da CAPES, na avaliação de 2004. O Comitê de Educação hierarquizou 69 programas e nenhum deles obteve o conceito 7. Tanto o PPGE quanto o PPGEES foram promovidos ao conceito 5 na avaliação de 1998-2000. Eles não foram os primeiros a definir o campo do saber nem os critérios de avaliação da área. Ambos possuem elevada participação de docentes mulheres e têm uma proporção menor de bolsas de produtividade do CNPq.

No caso da Educação Especial, o curso ainda teve de lidar com os problemas típicos das “reservas profissionais”. Sendo a primeira pós-graduação em Educação Especial no Brasil, ela não deu o tom do “ranqueamento” da área, como ocorreu com outros cursos da UFSCar que foram pioneiros no país. Isso decorre do fato de estar vinculado à área da Educação, campo já consolidado no Brasil e na CAPES. Como o programa conta com vários docentes do Departamento de Psicologia, os problemas de fronteiras disciplinares e de monopólios do saber impuseram custos e crises ao grupo nas suas relações internas e externas, em especial com os critérios de avaliação do Comitê Acadêmico de Educação da CAPES. Na última avaliação o programa foi considerado “muito bom” em todos os quesitos, inclusive na produção intelectual, mas para o corpo docente obteve “bom” porque apenas 33% do NRD6 era titulada em Educação. A originalidade na forma de organizar o saber sempre se depara com a fortíssima resistência dos instrumentos de proteção e poder que as profissões superiores e o conhecimento científico organizaram internacionalmente.

O total do corpo docente desses primeiros cursos expande-se apenas 4%, entre 1999 e 2005 (Tabela 31). Entretanto, observa-se uma mudança substantiva no PPGE, que amplia em 35% sua equipe, encontrando novos caminhos para seu empoderamento interno e perante os órgãos externos de avaliação. A antiguidade desses 6 programas associa-se a seu porte. Se comparados aos programas criados nas duas décadas posteriores, eles congregam mais orientadores e mais alunos de pós-graduação. Esses programas também reúnem carreiras nas engenharias, nas biológicas e nas exatas que foram ampliando a participação feminina. No total, as mulheres representavam 38% dos docentes do grupo, em 2005.

Tabela 31 – Programas criados entre 1976-1985 – Total de docentes credenciados.

Programa	Docentes			
	1999 Total	2005		
		Homens	Mulheres	Total
Educação	26	13	22	35
Educação Especial	24	3	20	23
Ecologia e Recursos Naturais	43	26	11	37
Ciência e Engenharia dos Materiais	42	34	7	41
Química	43	33	14	47
Engenharia Química	22	20	5	25
Total	200	129	79	208

Fonte: Indicadores da pós-graduação e pesquisa da UFSCar (1996-2000) e Coleta CAPES 2005

A tabela 32 mostra que, em 1999, o primeiro grupo de cursos tinha 1050 alunos matriculados (para 200 docentes). Em 2005, teve 854 alunos em orientação para 208 orientadores, o que reflete o investimento coletivo em melhorar o fluxo discente, em especial no mestrado, com a conclusão mais rápida. A média de alunos por docente caiu de 5.25 em 1999, para 4.1 em 2005. Nesse conjunto, observa-se a maior mudança na redução do tempo médio de titulação verificada nos programas da UFSCar.

Tabela 32 – Programas Criados entre 1976-1985 – Total de discentes matriculados.

Programa	Mestrandos			Doutorandos		
	1999	2005/ 1º Sem	2005/ 2º Sem	1999	2005/ 1º Sem	2005/ 2º Sem
Educação	117	101	80	52	76	71
Educação Especial	66	47	44	5	44	42
Ecologia e Recursos Naturais	60	39	38	188	107	100
Ciência e Engenharia dos Materiais	102	70	57	129	71	63
Química	87	44	47	137	158	140
Engenharia Química	51	48	40	56	49	51
Total	483	349	306	567	505	467

Fonte: Indicadores da pós-graduação e pesquisa da UFSCar (1996-2000) e Coleta CAPES 2005

O segundo grupo de pós-graduação (Tabela 33) reúne aqueles programas organizados entre 1986 e 1995. É o período de maior expansão dos cursos de mestrado da UFSCar, que vão se desdobrar em cursos de doutorado no momento posterior. São 9 programas, a saber: Matemática, 1987; Ciência da Computação, 1988; Ciências Sociais, 1988; Filosofia, 1988; Física, 1988; Genética e Evolução, 1991; Engenharia de Produção, 1992; Ciências Fisiológicas, 1994; e Engenharia Urbana, 1994. Nesse bloco, predominam os conceitos 4 e 5. Entre seus docentes, 35% contam com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. A Física é o programa que se destaca no grupo pelo número de bolsas de produtividade. Tendo 23 docentes (22 homens), 83% possuem a bolsa. Nenhum programa desse grupo teve participação nos Comitês Acadêmicos da CAPES, na avaliação de 2004.

Tabela 33 – Programas criados entre 1986-1995 – Total de docentes credenciados.

Programa	Docentes			
	1999 Total	2005		
		Homens	Mulheres	Total
Matemática	14	16	2	18
Ciência da Computação	25	11	8	19
Ciências Sociais	18	18	8	26
Filosofia	8	10	3	13
Física	27	22	1	23
Genética e Evolução	23	11	8	19
Engenharia de Produção	25	29	5	34
Ciências Fisiológicas	14	10	9	19
Engenharia Urbana	13	13	1	14
Total	167	140	45	185

Fonte: Indicadores da pós-graduação (1996-2000) e Coleta CAPES 2005

Embora esse grupo reúna 9 programas, ele conta com menos docentes que o anterior, que tinha 6 programas. A participação feminina é bem menor (24%). O crescimento absoluto no número de docentes entre 1999 e 2005 foi de 18 professores, o que corresponde a um aumento de 11%. Nenhum dos cursos criados contou com predominância feminina, embora haja uma proporção semelhante entre os gêneros nas Ciências Fisiológicas. O segundo grupo concentra uma parte significativa dos alunos matriculados na pós da UFSCar, em especial no mestrado, com destaque para os cursos de Engenharia de Produção e Ciência da Computação.

O total de alunos matriculados nos programas (Tabela 34), em 1999, foi de 575 para 167 orientadores; em 2005 chegou a ter 766 no primeiro semestre para 185 orientadores. Observa-se a mesma média de 4.1 alunos por docente em 2005, que encontrado no primeiro grupo, mas há nesse bloco de programas maior disparidade na relação docente / discente. O valor mais baixo foi obtido para a Física, com 2.7 alunos por docente e o mais alto para a Engenharia de Produção, com 5.8.

Tabela 34 – Programas Criados entre 1986-1995 – Total de discentes matriculados.

Programa	Mestrandos			Doutorandos		
	1999	2005/ 1º Sem	2005/ 2º Sem	1999	2005/ 1º Sem	2005/ 2º Sem
Matemática	22	13	15	6	15	14
Ciência da Computação	94	104	83	-	-	-
Ciências Sociais	35	52	53	-	39	29
Filosofia	21	36	36	-	59	58
Física	27	15	15	45	45	47
Genética e Evolução	55	20	18	35	28	25
Engenharia de Produção	122	123	106	9	75	65
Ciências Fisiológicas	24	33	30	22	34	32
Engenharia Urbana	58	75	53	-	-	-
Total	458	471	409	117	295	270

Fonte: Indicadores da pós-graduação e pesquisa da UFSCar (1996-2000) e Coleta CAPES 2005.

O terceiro grupo na pós-graduação (Tabela 35) vai de 1996 a 2005, com 5 novos programas: Fisioterapia, 1997; Estatística, 1997; Construção Civil, 2002; Biotecnologia, 2004; e Lingüística, 2005. Entre os programas mais novos predominam os conceitos 3 e 4. A proporção com bolsa de produtividade é de 15%. Apenas a Fisioterapia participou do Comitê Acadêmico da CAPES, que é na área de Educação Física. Enquanto conjunto temático, o maior conceito obtido nesse comitê foi 5.

No último período observa-se um crescimento mais lento dos programas de pós-graduação, que é compensado pela maciça criação dos cursos de doutorado da UFSCar. Dos quinze cursos existentes, nove iniciaram suas atividades nesses anos.

Tabela 35 – Programas criados entre 1996-2005 – Total de docentes credenciados.

Programa	Docentes			
	1999	2005		
	Total	Homens	Mulheres	Total
Fisioterapia	11	7	10	17
Estatística	5	7	3	10
Construção Civil	-	10	2	12
Biotecnologia	-	9	5	14
Linguística	-	3	6	9
Total	16	36	26	62

Fonte: Indicadores da pós-graduação e pesquisa da UFSCar (1996-2000) e Coleta CAPES 2005

A presença feminina é mais forte no corpo docente desse terceiro grupo, com destaque para a Linguística e a Fisioterapia (Tabela 36). Os dois cursos que existiam em 1999 (Fisioterapia e Estatística) conseguiram se expandir significativamente, dobrando o número de docentes do PPGEst e ampliando o PPGFt, em 55%.

Essa leva é a que mais expande o corpo docente entre 1990 e 2005, já que foram criados 3 novos programas. São 46 professores a mais em 2005, quase triplicando a equipe de orientadores do grupo.

Tabela 36 – Programas criados entre 1996-2005 – Total de discentes matriculados.

Programa	Mestrandos			Doutorandos		
	1999	2005/ 1º Sem	2005/ 2º Sem	1999	2005/ 1º Sem	2005/ 2º Sem
Fisioterapia	26	25	22	-	29	31
Estatística	12	29	27	-	-	-
Construção Civil	-	49	46	-	-	-
Biotecnologia	-	7	7	-	8	7
Linguística	-	16	16	-	-	-
Total	38	126	118	-	37	38

Fonte: Indicadores da pós-graduação e pesquisa da UFSCar (1996-2000) e Coleta CAPES 2005.

1.2 Situação Atual dos Cursos de Pós-Graduação

A Tabela 37 apresenta os atuais Cursos de Pós-Graduação da UFSCar, alocados em seus respectivos Centros Acadêmicos.

Tabela 37 – Atuais Cursos de Pós-Graduação e seus respectivos Centros Acadêmicos

CENTROS	CURSOS	
	Mestrado	Doutorado
Centro de Ciências Agrárias	• Agroecologia e Desenvolvimento Rural	
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde	• Ciências Fisiológicas • Ecologia e Recursos Naturais • Fisioterapia • Genética e Evolução	• Ciências Fisiológicas • Ecologia e Recursos Naturais • Fisioterapia • Genética e Evolução
Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia	• Ciência da Computação • Ciência e Engenharia de Materiais • Construção Civil • Engenharia de Produção • Engenharia Química • Engenharia urbana • Estatística • Física • Matemática • Química	• Ciência e Engenharia de Materiais • Engenharia de Produção • Engenharia Química • Engenharia Urbana • Estatística • Física • Matemática • Química
Centro de Educação e Ciências Humanas	• Antropologia Social • Ciências Sociais • Educação • Educação Especial • Filosofia • Linguística	• Ciências Sociais • Educação • Educação Especial • Filosofia
Interdisciplinar	• Biotecnologia	• Biotecnologia

2. DIRETRIZES E AÇÕES INSTITUCIONAIS

2.1 Diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para a Pós-Graduação

- Expandir a oferta de cursos interdisciplinares de graduação e pós-graduação.
- Definir o perfil do profissional a ser formado pela pós-graduação da UFSCar.
- Definir e implementar uma política institucional de formação na pós-graduação, considerando todas as modalidades contemporâneas.
- Expandir, diversificar e inovar a oferta de cursos de pós-graduação.
- Implantar um processo institucional de avaliação da pós-graduação da UFSCar.
- Fomentar a integração entre pós-graduação e graduação.
- Avaliar o impacto das atividades realizadas pela pós-graduação nos cursos de graduação.
- Promover o equilíbrio entre a formação científica, a formação docente e a formação gerencial nos cursos de pós-graduação.
- Rever os requisitos para o acesso aos diferentes níveis e os prazos de conclusão da formação na pós-graduação.
- Definir e implementar uma política para ensino a distância na UFSCar.

- Fortalecer as coordenações de modo a facilitar sua ação e garantir maior envolvimento com a promoção da qualidade, do aprimoramento constante e da inovação dos cursos de graduação e pós-graduação da UFSCar.
- Ampliar de forma planejada e sustentável o número de vagas e cursos de graduação, pós-graduação e extensão, em consonância com o projeto acadêmico, a excelência e o caráter inovador dos cursos da UFSCar.
- Priorizar a ampliação dos cursos de formação e atualização de professores.
- Priorizar a ampliação dos cursos noturnos.
- Fomentar a cooperação institucional, interinstitucional, nacional e internacional em redes de alta complexidade.
- Aprimorar e ampliar o processo de avaliação do desempenho docente, tendo como referência o perfil do profissional que a Universidade quer formar.

2.2 Acesso à Pós-Graduação e Titulação de Novos Mestres e Doutores

As Tabelas 38, 39 e 40 acompanham o movimento recente de ingresso e de defesa nos programas de pós-graduação da UFSCar, identificando o fluxo de aluno em 2004 e 2005 juntos. A soma dos dois anos permite visualizar melhor o impacto dos programas, principalmente em termos de defesas, já que a variação de um ano a outro é muito grande.

Tabela 38 – Programas criados entre 1976-1985. Número de ingressos e defesas.

Programa	Mestrado		Doutorado	
	2004-2005		2004-2005	
	Ingressos	Defesas	Ingressos	Defesas
Educação	81	67	44	31
Educação Especial	42	37	16	15
Ecologia e Recursos Naturais	42	26	43	51
Engenharia de Materiais	55	63	31	47
Química	52	42	59	77
Engenharia Química	37	34	29	21
Total	309	269	222	242

Fonte: Relatórios Anuais da PROPG 2004 e 2005

Tabela 39 – Programas criados entre 1986-1995. Número de ingressos e defesas.

Programa	Mestrado		Doutorado	
	2004-2005		2004-2005	
	Ingressos	Defesas	Ingressos	Defesas
Matemática	16	13	10	7
Ciência da Computação	79	62	-	-
Ciências Sociais	40	33	19	13
Filosofia	33	10	33	4
Física	15	13	27	15
Genética e Evolução	18	20	15	15
Engenharia de Produção	75	60	35	27
Ciências Fisiológicas	20	19	13	17
Engenharia Urbana	51	56	-	-
Total	347	286	152	98

Fonte: Relatórios Anuais da PROPG 2004 e 2005

Tabela 40 – Programas criados entre 1996-2005. Número de ingressos e defesas.

Programa	Mestrado		Doutorado	
	2004-2005		2004-2005	
	Ingressos	Defesas	Ingressos	Defesas
Fisioterapia	25	23	20	7
Estatística	30	21	-	-
Construção Civil	35	21	-	-
Biotecnologia	10	-	10	-
Linguística	16	-	-	-
Total	116	65	30	7

Fonte: Relatórios Anuais da PROPG 2004 e 2005

O segundo grupo totaliza 499 novos alunos e 384 defesas, revelando maiores dificuldades quanto ao fluxo discente. Isso foi particularmente acentuado para a Filosofia, programa que iniciou o doutorado em 2002 e não teve tempo suficiente para formar as primeiras turmas desse nível, mas a diferença também aparece para o curso de mestrado, que duplicou o número de vagas em 2004. A Engenharia de Produção contribuiu com 110 ingressantes, respondendo por 22% do total do grupo. A Ciências Fisiológicas e a Genética e Evolução tiveram as melhores performances no movimento de entrada e conclusão de curso pelos mestrandos e doutorandos, e a Engenharia Urbana teve esse mesmo desempenho para o mestrado. Tal grupo oferece 16 cursos nos dois níveis, colaborando cada um deles com uma média de 31 novos alunos para a expansão do corpo discente de pós-graduação da UFSCar.

O grupo de programas mais recentes da UFSCar teve 146 ingressantes em seus cursos e 72 defesas em 2004-2005. A Fisioterapia se destacou no fluxo discente de mestrado, mas como abriu a primeira turma de doutorado em 2001, isso reduziu o desempenho do programa em termos da titulação total. No conjunto, essa terceira leva reúne 7 cursos, que geraram uma média de 21 novos alunos para a pós-graduação da UFSCar, no período. Há potencial de expansão do número de ingressantes, da melhoria do fluxo de alunos, como da criação de novos cursos de doutorado, o que já se concretizou para a Estatística.

O total de bolsas usufruídas pelos pós-graduandos da UFSCar entre 2004 e 2005 cresceu em 15%. As bolsas da CAPES e do CNPq para o mestrado tiveram uma ampliação de 12%. Já o número de bolsas de mestrado obtidas na Fapesp em 2005 foi 42% maior que em 2004. No doutorado, as diversas modalidades de bolsas da CAPES e do CNPq recebidas pelos doutorandos foi 16% superior. Já a participação da Fapesp na concessão de bolsas de doutorado em 2005 foi menor que em 2004, reduzindo-se em 4%.

A primeira geração de cursos de mestrado da UFSCar sentiu novamente a redução das bolsas da demanda social da CAPES, o que foi compensado pelo aumento da cota de bolsas do CNPq, como também das concessões da Fapesp às solicitações dos mestrandos. No doutorado, tanto o CNPq quanto a CAPES ampliaram o número de bolsas para esse grupo, observando-se redução apenas na Fapesp. A Química foi o programa com crescimento mais significativo no número de bolsas de mestrado e doutorado do CNPq e da CAPES (34%), embora tenha obtido menos bolsas junto à Fapesp. Já a Educação Especial e a Engenharia Química tiveram redução na sua cota de bolsas da CAPES, entre 2004 e 2005, em 10% e 8% respectivamente (Tabela 41).

Tabela 41 – Programas criados em 1976-1985 – Bolsas discentes.

Curso	2004			2005		
	CAPES	CNPq	FAPESP	CAPES	CNPq	FAPESP
Mestrado						
Educação	19	2	-	19	3	2
Educação Especial	13	8	6	11	9	7
Ecologia e Recursos Naturais	12	12	2	11	11	-
Ciência e Engenharia de Materiais	14	15	8	14	17	12
Química	18	16	5	20	26	8
Engenharia Química	13	18	-	-	18	1
Total	91	71	21	75	84	30
Doutorado						
Educação	7	10	-	8	10	4
Educação Especial	10	7	5	7	7	3
Ecologia e Recursos Naturais	26	25	9	27	28	4
Ciência e Engenharia de Materiais	21	26	10	17	28	12
Química	27	42	40	40	52	30
Engenharia Química	10	20	8	17	21	8
Total	101	130	72	116	146	61

Fonte: Relatórios Anuais da PROPG 2004 e 2005

No conjunto dos programas do segundo grupo, observa-se aumento constante no total de bolsas entre 2004 e 2005, das diversas agências nos dois níveis de formação (Tabela 42). A Engenharia de Produção quase dobrou o número de bolsas de mestrado e doutorado da CAPES e do CNPq (96%), seguida da Matemática com 45% de ampliação de sua cota de bolsas. As Ciências Sociais triplicaram o número de bolsas obtidas na Fapesp. Nenhum programa desse grupo teve redução no seu total de bolsas.

Tabela 42 – Programas criados entre 1986-1995 – Bolsas discentes.

Curso	2004			2005		
	CAPES	CNPq	FAPESP	CAPES	CNPq	FAPESP
Mestrado						
Matemática	7	4	2	10	7	2
Ciência da Computação	21	5	2	21	5	1
Ciências Sociais	9	3	2	11	2	10
Filosofia	7	2	1	7	2	3
Física	11	6	2	9	4	-
Genética e Evolução	10	6	2	10	6	-
Engenharia de Produção	12	1	4	27	1	9
Ciências Fisiológicas	7	5	4	8	10	6
Engenharia Urbana	13	1	3	13	1	1
Total	97	33	22	116	38	31
Doutorado						
Matemática	11	-	3	14	1	3
Ciência da Computação	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais	4	5	4	5	5	8
Filosofia	6	1	6	6	1	12
Física	15	7	10	19	8	10
Genética e Evolução	8	7	9	9	7	2
Engenharia de Produção	8	5	5	16	7	4
Ciências Fisiológicas	5	6	6	6	7	6
Engenharia Urbana	-	-	-	-	-	-
Total	57	31	43	75	36	45

Fonte: Relatórios Anuais da PROPG 2004 e 2005

O terceiro grupo de programas expandiu seu número de bolsas de mestrado e doutorado da CAPES e do CNPq em 33%, entre 2004 e 2005 (Tabela 43). Junto à Fapesp esses programas obtiveram uma concessão 70% superior. Dos programas que existiam em 2004, a Biotecnologia triplicou o número de bolsas, já que contava com 2 e passou a ter 6. Agrupando as três agências de fomento, a Fisioterapia aumentou em 35% as bolsas.

Tabela 43 – Programas criados entre 1996-2005 – Bolsas discentes.

Curso	2004			2005		
	CAPES	CNPq	FAPESP	CAPES	CNPq	FAPESP
Mestrado						
Fisioterapia	12	4	1	12	5	1
Estatística	8	1	1	9	1	1
Construção Civil	4	-	3	5	-	4
Biotecnologia	2	-	-	3	-	-
Linguística	-	-	-	4	-	-
Total	26	5	5	33	6	6
Doutorado						
Fisioterapia	5	2	2	8	3	6
Estatística	-	-	-	-	-	-
Construção Civil	-	-	-	-	-	-
Biotecnologia	-	-	-	3	-	-
Linguística	-	-	-	-	-	-
Total	6	2	2	10	3	6

Fonte: Relatórios Anuais da PROPG 2004 e 2005

2.3 Pesquisa e Pós-Graduação

Sobre a pesquisa na UFSCar, estão disponíveis três indicadores: os grupos de pesquisa no Diretório do CNPq, os projetos de pesquisa em desenvolvimento na pós-graduação e o número de alunos envolvidos nesses projetos. Utiliza-se como referência comparativa o ano de 1999, para o qual havia dados de todos os programas. Na UFSCar o número de projetos de pesquisas em 1999 e em 2005 sofreu pouca alteração, crescendo 9%, mas a oscilação nos números dentro dos programas revela a diversidade na forma de se organizar as informações e a influência da CAPES procurando padronizar a coleta desses indicadores. Os avaliadores externos mencionaram o registro equivocado de projetos já concluídos como estando ainda em desenvolvimento, projetos da pós-graduação sem mestrandos e doutorandos vinculados e outras inconsistências.

Para os programas consolidados do primeiro grupo observa-se o maior impacto no rearranjo dos dados (Tabela 44). Nota-se a redução de 36% no total de projetos em desenvolvimento, o que reflete a necessidade de os programas mais antigos fazerem maiores adequações aos critérios estabelecidos pela CAPES. A diminuição mais significativa foi na Ecologia e Recursos Naturais, que encolheu os projetos em 87%, entre 1999 e 2005, obtendo melhor avaliação na CAPES para a adequação de linhas, projetos de pesquisa e participação discente e docente neles. Destaca-se a expansão da Educação, com um crescimento de 192%, entretanto houve redução na proporção de projetos financiados entre 2004 e 2005 (de 62% para 41%). Dos seis programas desse grupo, três contraíram o número de projetos e três tiveram aumento. Em geral, as reduções estão associadas às sugestões formuladas pelos avaliadores da CAPES, para adequar os projetos em desenvolvimento às dimensões do programa.

Tabela 44 – Programas criados entre 1976-1985. Projetos em desenvolvimento.

Programa	Projetos	
	1999	2005
Educação	24	70
Educação Especial	37	30
Ecologia e Recursos Naturais	260	35
Ciência e Engenharia de Materiais	191	124
Química	68	87
Engenharia Química	57	62
Total	637	408

Fonte: Indicadores da pós-graduação e pesquisa da UFSCar (1996-2000) e Coleta CAPES 2005

Os programas do segundo grupo expandiram os projetos em 49%, mas há muita variação, com 5 programas ampliando e 4 programas reduzindo esse número (Tabela 45). A Engenharia de Produção apresentou um “boom” quintuplicando seus projetos, entre 1999 e 2005. Já a Engenharia Urbana e a Genética e Evolução retraíram-se em quase 70% no período. Tanto esses dois programas quanto a Filosofia haviam recebido sugestões da CAPES para fazer adequações em seus projetos, considerando o corpo docente, as linhas de pesquisa e as áreas de concentração.

Tabela 45 – Programas criados entre 1986-1995. Projetos em desenvolvimento.

Programa	Projetos	
	1999	2005
Matemática	26	25
Ciência da Computação	24	57
Ciências Sociais	30	62
Filosofia	16	08
Física	54	83
Genética e Evolução	109	35
Engenharia de Produção	24	125
Ciências Fisiológicas	45	164
Engenharia Urbana	59	18
Total	387	577

Fonte: Indicadores da pós-graduação e pesquisa da UFSCar (1996-2000) e Coleta CAPES 2005

Há menos oscilação entre os programas do terceiro grupo, que também quintuplicou seu total de projetos (Tabela 46). A maioria deles não existia em 1999. Eles se organizaram sob as regras de padronização da CAPES. A Fisioterapia, que é mais antiga no grupo, triplicou o número de projetos entre 1999 e 2005.

Tabela 46 – Programas criados entre 1996-2005. Projetos em desenvolvimento.

Programa	Projetos	
	1999	2005
Fisioterapia	28	90
Estatística	4	5
Construção Civil	-	17
Biotecnologia	-	18
Linguística	--	33
Total	32	163

Fonte: Indicadores da pós-graduação e pesquisa da UFSCar (1996-2000) e Coleta CAPES 2005

A ampliação dos grupos de pesquisa da UFSCar entre 2000 e 2005 foi de 43% (Tabela 47). Todas as áreas cresceram o número de grupos de pesquisa registrados no CNPq, exceto as Ciências Agrárias. Entre 2004 e 2005, houve uma contração de 4% nos grupos de pesquisa das Engenharias. As áreas do conhecimento que mais cresceram depois de aprovado o Plano de Desenvolvimento Institucional foram a Linguística, Letras e Artes (38%), as Ciências da Saúde (17%) e as Ciências Humanas (13%).

Tabela 47 – Grupos de Pesquisa da UFSCar, segundo a área do conhecimento.

Áreas	2000	2004	2005
Linguística, Letras e Artes	1	8	11
Ciências Agrárias	12	8	9
Ciências Sociais Aplicadas	2	11	11
Ciências da Saúde	16	23	27
Ciências Biológicas	22	26	27
Ciências Exatas e da Terra	44	54	58
Ciências Humanas	33	48	54
Engenharias	44	54	52
Total	174	232	249

Fonte: Indicadores da pós-graduação e pesquisa da UFSCar (1996-2000) e Relatórios Anuais da ProPG 2004 e 2005

Quanto ao número de alunos envolvidos nos projetos em desenvolvimento (Tabela 48), observa-se que uma parte relevante da integração entre graduação e pós-graduação passa por essa atividade. Ela é particularmente expressiva nas Humanidades, destacando-se a Educação, a Linguística, a Educação Especial e as Ciências Sociais.

Tabela 48 – Alunos envolvidos nos grupos de pesquisa, UFSCar, 2005.

Programa	Alunos envolvidos nos grupos de pesquisa			Total
	Especialização	Graduação	Pós-graduação	
Educação	13	182	177	372
Educação Especial	-	100	110	210
Ecologia e Recursos Naturais	-	44	182	226
Ciência e Engenharia Materiais	4	84	225	313
Química	-	-	56	56
Engenharia Química	-	57	112	169
Matemática	-	2	22	24
Ciência da Computação	4	62	139	205
Ciências Sociais	1	97	127	225
Filosofia	-	-	11	11
Física	-	27	84	111
Genética e Evolução	12	64	74	150
Engenharia de Produção	-	165	228	393
Ciências Fisiológicas	1	82	154	237
Engenharia Urbana	-	35	78	113
Fisioterapia	-	50	105	155
Estatística	-	9	44	53
Construção Civil	-	19	61	80
Biotechnology	-	7	29	36
Linguística	-	59	30	89
Total	35	1145	2048	3228

Fonte: Coleta CAPES 2005

Embora a Química e a Filosofia não tenham registrado informações sobre envolvimento de alunos nos projetos de pesquisa, esses programas informam a existência de integração com a graduação nessa atividade. A Química teve 78 alunos em Iniciação Científica em 2005, e a Filosofia vinha desenvolvendo tal integração principalmente com a Psicologia, tendo orientando 40 monografias. Com a criação da graduação em Filosofia, essa relação agora prioriza este curso.

O total de alunos de pós-graduação envolvidos nos projetos de pesquisa, obtidos no relatório Coleta CAPES de cada programa, é superior ao número de alunos matriculados na pós-graduação da UFSCar, em 2005. Além da possível inconsistência no preenchimento dos formulários, (do tipo orientando já titulado incluído entre os discentes), há alunos registrados em vários projetos, o que multiplica sua contagem. Como o procedimento de entrada do dado não parece ter sido o mesmo em todos os programas, a comparação entre eles fica prejudica. Assim, sugere-se que a informação seja trabalhada como indicativa da integração da graduação e pós-graduação em atividades de pesquisa nos grupos, laboratórios e núcleos da UFSCar, já que todo o corpo discente da pós faz alguma pesquisa para sua dissertação ou tese.

No que se refere à base de dados sobre a pesquisa na UFSCar, ela encontra-se menos sistematizada do que as demais informações obtidas para a pós-graduação. O Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq agrupam os dados por instituição ou por grandes áreas do conhecimento, não possibilitando a análise para cada programa. Por outro lado, o preenchimento dos dados no relatório Coleta CAPES sobre projetos em desenvolvimento e alunos envolvidos na pesquisa não estão suficientemente padronizados para refletir uma comparação criteriosa dos dados. As informações sobre projetos financiados não estão sistematizadas.

Outras formas de integração entre pós-graduação e graduação, implementadas na UFSCar, são: o PESCD (Programa de Estágio Supervisionado e Capacitação Docente), que é ativo nos programas; a realização de encontros, seminários, *workshops* e palestras, a participação conjunta em atividades de extensão e os Congressos da UFSCar de Iniciação Científica e de Pós-Graduação da UFSCar.

2.4 Divulgação da Pesquisa e a Editora da UFSCar

Quanto à disseminação do conhecimento, a UFSCar estabeleceu em suas diretrizes específicas do Plano de Desenvolvimento Institucional, “apoiar a divulgação da produção da UFSCar” e “aprimorar o papel da EdUFSCar como canal efetivo para a divulgação do conhecimento produzido na instituição”.

Em 2005, a UFSCar realizou a VI Jornada Científica da UFSCar, que reuniu 4 eventos: XIII Congresso de Iniciação Científica, V Encontro de Extensão, III Congresso de Pós-Graduação e II *Workshop* de Grupos de Pesquisa, sendo a principal atividade de divulgação dos projetos desenvolvidos na universidade. Em 2006 foi criado os Anais de Eventos da UFSCar, publicado em CD e *on line* contendo os resumos de todos os trabalhos apresentados na Jornada Científica e no Congresso de Iniciação Científica. Vários outros congressos e seminários foram organizados pelos programas, entretanto as formas de disseminação de conhecimento registradas em publicações, particularmente livros, são mais permanentes que os eventos e é o objetivo da EdUFSCar. A tabela abaixo apresenta o total de produtos que a editora lançou.

Tabela 29 – Evolução das publicações da EdUFSCar, 1993-2005.

Ano	Livros	Reimpressão	Apontamento	CD	2ª Edição	DVD	Total
1993	4	0	0	0	0	0	4
1994	6	0	0	0	0	0	6
1995	13	2	0	0	0	0	15
1996	16	0	0	0	0	0	16
1997	10	1	0	0	0	0	11
1998	12	0	0	0	0	0	12
1999	7	0	0	0	0	0	7
2000	10	1	0	0	0	0	11
2001	10	0	9	1	0	0	20
2002	16	1	8	0	1	0	26
2003	13	2	0	0	1	0	16
2004	10	4	4	1	1	0	20
2005	13	1	9	0	1	5	29
Total	140	12	30	2	4	5	193

Fonte: EdUFSCar

A Editora apresentou uma média de 11 livros por ano, não conseguindo ampliar significativamente o número desses lançamentos nos últimos dez anos. É principalmente na diversificação de produtos que se observa a expansão de sua produção. De 2001 em diante, há um incremento nessas publicações, com destaque para 2005. Houve também a organização das livrarias da EdUFSCar e a ampliação da distribuição, que possibilitou um crescimento de 65% na quantidade de exemplares vendidos em relação à 2004. Registra-se um impacto do PDI em relação ao aumento do investimento na divulgação do conhecimento, mas ele ainda não se distingue na quantidade de livros publicados no ano. Observa-se a melhoria na distribuição comercial desses títulos, mas ela requer uma estrutura profissionalizada que permita a chegada dos produtos às principais livrarias.

2.5 Análise da Pós-Graduação da UFSCar

O grupo que debateu o documento elaborado para a avaliação da pós-graduação da UFSCar procurou vincular as diretrizes específicas do Plano de Desenvolvimento Institucional com os indicadores analisados no texto – base. As diretrizes destacadas no PDI foram agrupadas em aspectos centrais para a pós-graduação e para a pesquisa. Quanto à pós-graduação deu-se ênfase à:

- 1) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- 2) interdisciplinaridade;
- 3) integração graduação e pós-graduação,
- 4) expansão, diversificação e inovação dos programas de pós-graduação;
- 5) perfil do formando e equilíbrio entre as dimensões científica, docente e gerencial;
- 6) acesso, prazos de titulação e fluxo de alunos;
- 7) apoio aos alunos da pós-graduação; e
- 8) processos de avaliação da pós-graduação. No que diz respeito à pesquisa, avaliou-se a política institucional e o apoio à divulgação.

Vários indicadores que permitiam realizar tal avaliação foram identificados no documento-base, levando à conclusão de uma avaliação positiva da pós-graduação da UFSCar na maioria dos aspectos descritos acima. Destaca-se a expansão, diversificação e pioneirismo de alguns cursos, embora se registre carência de programas nas áreas de saúde. Outros princípios do PDI como a “excelência acadêmica”, a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, a “universidade compromissada com a sociedade” e “a integração graduação e pós-graduação” já se estabeleceram como valores consolidados no campo.

Há diretrizes do PDI que não se generalizaram no sistema de pós-graduação brasileiro, mas se expandem com sucesso na UFSCar. É o caso das abordagens “interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares”. A criação do programa de Biotecnologia, as ACIEPEs (Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão) partilhadas por docentes de distintos cursos de pós-graduação e as disciplinas comuns entre programas são evidências disso, e fundamentam a boa avaliação.

Sobre as diretrizes do PDI em relação ao corpo discente, a situação da pós-graduação da UFSCar também configura avanço, como apontam os indicadores vistos acima (matrículas, fluxo de alunos, tempo médio de titulação). Houve sugestão de se ponderar esse tempo de titulação tomando como referência o desempenho específico das áreas de conhecimento, bem como uma relativização e flexibilização das exigências de tempo de conclusão dos cursos.

Quanto ao perfil do formando na pós e o equilíbrio entre a formação científica, docente e gerencial, reconheceu-se a necessidade de definir o perfil desejado, como já ocorre para a graduação e desenvolver um sistema de acompanhamento de egressos. Em relação ao apoio aos alunos de pós-graduação identificaram-se os existentes, como o restaurante universitário, a assistência médico-odontológica e a moradia, e apontaram-se as carências no número de bolsas, na oferta de disciplinas de línguas estrangeiras e no transporte interno ao campus.

Embora a pesquisa seja peça-chave para a excelência acadêmica, neste aspecto a avaliação é que a política institucional da UFSCar está menos estruturada. O grupo entendeu que é preciso definir e implementar essa política, com a organização da Pró-Reitoria de Pesquisa, que deve atuar para padronizar os critérios de caracterização de projetos de pesquisa nos diversos campos do saber. Foram assinalados como problemas nesta área: ausência de uma estrutura de apoio que facilite a obtenção e gestão de informações, bem como auxilie o pesquisador nas atividades administrativas e de gestão financeira de projetos.

Para se atingir a meta de tornar a EdUFSCar o canal efetivo de divulgação da produção científica da universidade, o grupo entende ser necessária uma infra-estrutura que viabilize o aumento do número de títulos produzidos e profissionalize a distribuição.

Finalmente, sobre a avaliação da pós-graduação foi ressaltada a forte influência da CAPES nessa atividade e seu impacto nos processos internos. Mencionou-se a falta de estrutura de apoio, sobretudo de pessoal, para auxiliar a gestão de informação de avaliação, e a necessidade de estímulos aos docentes que incentivem o fornecimento de dados.

III EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

1 EVOLUÇÃO DA EXTENSÃO

No processo de construção do PDI, a Pró-Reitoria de Extensão recuperou algumas informações fundamentais para fazer um histórico da extensão na UFSCar. É este histórico, com pequenas alterações, que aqui foi retomado.

A instalação dos Conselhos Superiores da UFSCar (Conselho Universitário e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) só foi autorizada pelo Conselho de Curadores durante o ano de 1978 em função da exigência legal de se formar o Colégio Eleitoral Especial para compor a lista sextupla para reitor. Assim, é apenas em 16/10/1978 que ocorre a primeira reunião da atual Câmara de Extensão (CaEx), sob a denominação de Câmara de Extensão de Serviços à Comunidade (CESC) e composta por oito conselheiros – quatro membros do CEPE e quatro membros da comunidade. Em 1984, portanto, seis anos depois, essa Câmara vai ter seu Regimento Interno aprovado passando a ter a seguinte composição: três representantes do CEPE, dois docentes por Centro, um representante da Divisão de Informação e Difusão Cultural, outro da Divisão de Educação Física e dois do Corpo Discente.

Até o final da década de 80, são poucas as diretrizes estabelecidas para as atividades de extensão. Em 1981 passa a vigorar a Sistemática para Instrução e Encaminhamento de Processos de Cursos de Extensão (Ato 015/81-SOC), complementada, em anos subsequentes, por duas resoluções do CEPE (014/85 e 023/86) que regulamentam a cobrança de taxas e a oferta dos cursos. Em 82, por meio do Ato 22/82-SOC tem-se o estabelecimento de normas para convênios universidade/empresa que, apesar do nome, não se restringem apenas às empresas, referindo-se a “qualquer acordo firmado entre a Universidade e uma Instituição Contratante: Instituição de Ensino Superior, Empresa (Estatal ou Particular), Instituto de Pesquisa ou outra Entidade que não seja Órgão Financiador de Pesquisa (FINEP, CNPq, etc.) e pode contar com um ou mais projetos”. Em complemento a este, o Ato 04/83-SOC estabelece normas para os “serviços universidade-empresa”, entendidos como serviços que, fazendo uso das capacidades já existentes na UFSCar, fossem de curta duração. Na verdade, este ato, prevendo que os serviços de maior porte continuariam sendo objetos de convênios, apenas estabelece uma tramitação mais ágil para os serviços de pequeno porte, que seriam analisados periodicamente pela CESC.

Há que se ressaltar, ainda, a previsão nessas normas que todas as atividades têm que ser inicialmente aprovadas pelas Câmaras Departamentais e que, embora seja facultada a cobrança, se estipula a distribuição dos recursos.

Cabe aqui uma ponderação, pois tanto o nome da Câmara (Extensão de Serviços à Comunidade) como a própria definição das atividades de extensão nos Estatutos e Regimento da UFSCar podem induzir a uma visão bastante restrita (cursos e prestações de serviço), e até mesmo equivocada, do que vem a ser extensão. Não é esta a visão, no entanto, que já se depreende das propostas que são submetidas à CESC a partir de 1978. Durante o ano de 1979, por exemplo, já são submetidas à CESC sete propostas de convênio: um com a EMBRAPA, relativo a estágios remunerados para nossos alunos; dois com empresas; dois outros, também na área tecnológica, mas com o Ministério da Indústria e Comércio e com a Comissão de Energia Nuclear; um com a Secretaria Estadual de Educação e o último com a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-SC). Em suma, já se observa um grau razoavelmente efetivo e diversificado de interação da UFSCar com a sociedade, não ficando esta interação restrita à prestação de serviços, mas sim a diferentes atividades de interação com diversos setores da sociedade. A questão da diversidade é também observada nas oito propostas de cursos de extensão que são submetidas naquele ano: um para alunos da UFSCar na área tecnológica, outro para graduados em Ciências e Engenharia, dois para técnicos da UFSCar e comunidade,

um para uma empresa, outro na área de microbiologia e, por fim, um na área de humanas.

Embora a análise das atividades de extensão desenvolvidas pela UFSCar ao longo da década de 80 ainda precise de um maior detalhamento, pode-se, sem dúvida alguma, afirmar que a partir de então as atividades se proliferam, com a consolidação dos cursos e departamentos criados na década de 70 e também com o vigoroso processo de capacitação dos docentes da UFSCar.

Há que se ter claro, no entanto, que o patamar alcançado pela UFSCar é fruto não só da qualidade de seus cursos graduação e pós-graduação e das suas linhas de pesquisa, mas também dos benefícios que a perspectiva da extensão traz tanto para o ensino como para a pesquisa e, portanto, para o papel social da universidade.

No que diz respeito ao ensino, ou melhor, ao processo de ensino-aprendizagem, parece razoável se inferir que nossos professores, ao realizarem projetos de extensão, ganham uma experiência maior, adquirindo assim condições muito melhores para trabalhar com os alunos; é a prática, em suma, que enriquece o processo de ensino e aprendizagem. Ganham assim nossos alunos com a maior experiência dos nossos professores; ganham, além disso, porque ao se envolverem com as atividades extensionistas adquirem condições não só de avaliar na prática o que estão aprendendo como também de questionar os conteúdos que lhes estão sendo ministrados.

Ganha também a pesquisa, não só porque é através da extensão que se testa a adequação dos conhecimentos produzidos às necessidades sociais, dando seqüência ao processo interminável de construção e reconstrução do conhecimento, mas também porque é por meio da extensão que se pode identificar novos, emergentes e socialmente relevantes temas de pesquisa.

Consciente do grande desafio que requer uma revisão profunda da estrutura da universidade para facilitar ao mesmo tempo, a especialização – entendida aqui como a produção de conhecimento novo e contribuição para a ciência – e a interdisciplinaridade – vista na perspectiva da estruturação dos problemas sociais e da contribuição ao desenvolvimento local e regional -, a UFSCar veio ao longo da última década se preparando para efetivá-lo. Em 1989 são finalmente implantadas as Pró-Reitorias que criam um espaço mais adequado para a discussão das políticas acadêmicas. Do ponto de vista da extensão, dá-se início à implementação de uma política para o fortalecimento, intensificação e institucionalização das atividades de extensão; e, após um rico período de discussão, a CAEX e o CEPE aprovam a Portaria GR 220/93 que não só regulamenta, mas também conceitua com muita propriedade o papel da extensão na universidade.

Esta é uma portaria, cabe salientar, que vem sendo utilizada como referência pelo conjunto das universidades públicas brasileiras e que se coaduna com o pensamento contemporâneo. A visão que se estabeleceu e que consta com muita propriedade da Portaria GR 220/93 é a de que o ensino, a pesquisa e a extensão não são objetivos ou funções da universidade, mas atividades por meio das quais a universidade dá concretude a “seus objetivos de produzir o conhecimento e torná-lo acessível” (art. 2º). Observe-se que o uso do termo tornar acessível reflete uma preocupação em não ser interpretado como a mera disseminação de informações, mas como também consta da portaria, com as atividades relativas à “... apropriação do conhecimento disponível, por todos que compõem a sociedade” (art. 3º).

Esta visão contemporânea nos leva então a favorecer o movimento da universidade para uma atuação definida institucionalmente, enfatizando também a extensão. Não, no entanto, numa perspectiva de uma terceira função da universidade, mas sim de uma atividade que de forma indissociada do ensino e da pesquisa compromete a universidade não só com a produção de conhecimentos, mas com criação e recriação de conhecimentos que potencializem as transformações sociais. Uma universidade, em suma, onde os conceitos de qualidade, de excelência

acadêmica não se esgotam na produção científica de seus pesquisadores (entendida aqui na sua forma restrita – artigos científicos), mas dependam também da gênese e do destino desse conhecimento.

A extensão, nesse entendimento, para usar a terminologia do Plano Nacional de Extensão, é “dimensionada como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básicas e aplicadas, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta”.

É esse conjunto de diretrizes que passa a permear a política de extensão da UFSCar. Instrumentos como os Programas de Apoio às Atividades de Extensão e às Atividades Culturais inserem-se na perspectiva de incrementar a atuação extensionista da UFSCar, em especial nas áreas em que os parceiros, a comunidade ou a população alvo não têm capacidade de auxiliar no financiamento dos projetos. Já a implantação dos seis Núcleos de Extensão (Cidadania, Escola, Empresa, Município, Saúde e Sindicato) e a implementação da metodologia de Programas de Extensão procuram não só estimular e ampliar a proposição de projetos de extensão, mas fomentar uma atuação extensionista como a mencionada acima, ou seja, com objetivos estritamente acadêmicos (ligada ao ensino e à pesquisa), mas também voltada de uma forma plural para os problemas oriundos da nossa sociedade.

Há que se ter claro que, ao se implementar uma política de estímulo à atuação extensionista corre-se o risco do estímulo às prestações de serviço, de caráter assistencialista ou daquelas que apenas busquem compensações financeiras. Não se trata aqui de abandonar o caráter social da universidade, mas tão somente de reconhecer que a prestação de serviços, como está previsto na Portaria 220/93, só se justifica em situações especiais: “a) for condição para treinamento de alunos na realização de tarefas profissionais; b) for meio para testar técnicas, procedimentos e equipamentos resultantes da produção de conhecimento da Universidade; c) for meio para coletar dados e informações sobre assuntos relacionados ao serviço; d) tal tipo de serviço não existir na comunidade ou, existindo, não for acessível; neste caso, deve ser de duração temporária, até que o serviço esteja disponível e acessível; e) a prestação de serviço for uma condição ou um procedimento para desenvolver uma agência da comunidade para que esta passe a realizar tal prestação de serviços”. Daí a exigência de que, na proposição dos programas e projetos de extensão, os proponentes explicitem os ganhos acadêmicos e sociais esperados, a ligação dos mesmos com suas atividades de ensino e pesquisa e o envolvimento de alunos.

Essa política de fomento à atuação extensionista, ao que parece, tem sido bem sucedida. Afinal, de 1992 para cá o número de projetos de extensão submetidos à CaEx salta de uma centena para cerca de quatrocentos projetos ao ano. Considere-se, além disso, que todos esses projetos são analisados quanto ao mérito pela CaEx, estando de acordo portanto com as diretrizes apresentadas acima. É oportuno aqui observar que, embora o crescimento do número de projetos seja fruto também da Portaria 677/94 que possibilita aos docentes e funcionários envolvidos com a realização de projetos de extensão receber remuneração, cresce também o número de projetos em que não há remuneração. Cresce não só o número de projetos com parceiros que têm condições financeiras, mas também aquele relativo aos projetos que são auxiliados com recursos ou bolsas para alunos pela CaEx.

É também importante observar, que estes recursos são oriundos dos Programas de Apoio já mencionados que são financiados com recursos próprios da UFSCar e com recursos do Fundo de Equalização das Atividades de Extensão, criado em 1999 com a Portaria GR 664/99 que dá nova redação à Portaria GR 220/93. Esta Portaria, que, na verdade, acrescenta à Portaria 220/93 tanto a Portaria GR 677/94 como a regulamentação dos Programas de Extensão, ao distinguir os projetos de caráter esporádico dos projetos regularmente inseridos nos Programas, possibilitou que se viabilizasse a concessão de bolsas acadêmicas para os docentes envolvidos

em Programas cujos parceiros tivessem capacidade de efetivá-las. O compartilhamento dos ganhos advindos dessa possibilidade viabilizou então a criação do Fundo de Equalização que faz uso de um mecanismo “hobinhoodiano”, uma vez que aplica os recursos oriundos desse compartilhamento em projetos cujos parceiros não têm nenhuma capacidade de financiamento.

Mesmo sendo cada projeto avaliado quanto ao seu mérito acadêmico, há a necessidade de se dar continuidade ao processo de avaliação da atuação extensionista da UFSCar no seu todo. Não obstante os ganhos que desse processo deve advir, a questão a ser colocada agora é a de como avançar no sentido de fazer com que a Extensão se torne parte inquestionável do fazer acadêmico (ensino e pesquisa) de qualidade.

O movimento que o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras vem empreendendo para a consolidação deste novo paradigma propiciou algumas condições bastante favoráveis, cabendo aqui destacar a inclusão no Plano Nacional de Educação de um artigo que prevê a implantação do “... Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior, no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no Ensino Superior no país será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas”; e a criação de uma Comissão Conjunta dos Fóruns de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa, e Extensão para propor diretrizes para a implantação não só desse programa mas das atividades de pesquisa na formação dos alunos das IFES.

2. DIRETRIZES E AÇÕES INSTITUCIONAIS

2.1 Diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para a Extensão

- *Implantar procedimentos facilitadores da integração entre ensino, pesquisa e extensão.*
- *Ampliar a oferta dos cursos e o número de vagas nos cursos de extensão.*
- *Incentivar, apoiar e priorizar atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a sustentabilidade ambiental em seus aspectos mais amplos.*
- *Ampliar de forma planejada e sustentável o número de vagas e cursos de graduação, pós-graduação e extensão, em consonância com o projeto acadêmico, a excelência e o caráter inovador dos cursos da UFSCar.*
- *Consolidar a política de extensão vigente e expandir as atividades extensionistas.*
- *Intensificar a formação de parcerias com a sociedade e entre os diferentes setores da UFSCar.*
- *Valorizar, consolidar e ampliar os núcleos de extensão e suas respectivas atividades.*
- *Prover infra-estrutura, equipamentos e pessoal para os programas de extensão, núcleos e unidades já existentes e a serem criados.*
- *Avaliar o impacto dos programas e projetos de extensão.*
- *Aprimorar a política de avaliação dos programas e projetos de extensão.*
- *Avaliar a regulamentação vigente para as atividades de extensão.*
- *Estimular, valorizar e fortalecer as funções administrativas de modo a promover a qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.*

2.2 Avaliação da Extensão

Como já explicitado no histórico da extensão, a política de extensão implementada nos últimos anos na UFSCar tem como perspectiva fundamental o cumprimento da função da universidade – produzir, sistematizar e difundir conhecimento – função entendida tanto como avanço da ciência e das artes, quanto busca de soluções para problemas sociais, políticos, econômicos e tecnológicos da sociedade. A universidade, ao desenvolver suas atividades de pesquisa e ensino, interliga-as com as demandas dos setores externos – vários segmentos da população – por meio de ações de extensão.

As ações de extensão possibilitam o atendimento mais imediato das atuais necessidades sociais e fornecem elementos para novas reflexões e críticas que impulsionam as atividades de ensino e pesquisa, gerando novos conhecimentos. A indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão é o princípio que potencializa a geração de saber colocado à disposição da sociedade, viabilizando ações coletivas e transformadoras entre a universidade e a sociedade.

A UFSCar buscou desde a criação da Pró-Reitoria de Extensão implementar uma política de fortalecimento, intensificação e institucionalização das atividades de extensão. Nesse processo a avaliação das atividades de extensão tem desempenhado um papel fundamental.

As normas de extensão (Portaria GR 220/93 em sua nova redação de abril de 1999 – Portaria GR 664/99) prevêm formas de avaliação tanto das propostas como dos relatórios das atividades de extensão. Os Departamentos são a primeira instância avaliativa, responsável por apreciar as propostas de atividades apresentadas pelos docentes a eles vinculados; pelo acompanhamento e avaliação da execução das atividades propostas; e pela avaliação dos relatórios destas atividades de extensão, quanto ao cumprimento dos objetivos propostos, resultados obtidos, contribuição da atividade ao ensino, à pesquisa e ao acesso ao conhecimento (Art. 14). O Conselho Interdepartamental, quando as propostas envolvem docentes de dois ou mais Departamentos, também analisa e aprova as propostas de atividade de extensão encaminhadas pelas chefias dos departamentos (Art. 15). A Câmara de Extensão é o órgão superior da UFSCar responsável, em última instância, pela análise e aprovação quanto ao mérito tanto das propostas quanto dos relatórios das atividades de extensão (Art. 18 – III e IV). Na UFSCar, mesmo as propostas de atividades de extensão financiadas por parceiros externos como empresas, associações, prefeituras etc. são avaliadas quanto ao mérito acadêmico, pelas várias instâncias mencionadas, antes de seu envio à Fundação de Apoio Institucional para gerenciamento.

Em 1999, com aprovação da Portaria GR 664/99 que dá nova redação à Portaria GR 220/93, e que reuniu todas as normas anteriores, houve a retomada da idéia dos Programas de Extensão. Os Programas constituem-se não só como elemento propiciador de maior visibilidade do potencial extensionista da UFSCar, mas, principalmente, como elemento estimulador dessa forma de praticar a extensão, vinculando-a indissociavelmente ao ensino e à pesquisa. E estimulador ainda, da proposição de projetos institucionais multi e interdisciplinares que, integrando professores, alunos e funcionários das diferentes áreas de conhecimento, propiciam uma relação mais orgânica da UFSCar com a sociedade.

As propostas e relatórios de Programas também são analisados e aprovados pelos Departamentos, Centros e Câmara de Extensão (Art. 33, 39 e 40). O art. 40 prevê que a apreciação do relatório das atividades do Programa de Extensão será efetuada tendo em conta a proposta inicial apresentada pelo Departamento e a sua coerência com as pretensões esboçadas quando da sua aprovação, observados especialmente: os ganhos acadêmicos para a área específica de ensino e pesquisa dos docentes envolvidos; o envolvimento de discentes na realização das atividades que o integram; a produção científica dos docentes envolvidos; a frequência de realização das atividades previstas e mérito acadêmico destas. As normas prevêm

ainda que após avaliação criteriosa pela Câmara de Extensão os Programas sejam classificados em: I – Programas em Experiência; II – Programas em Consolidação; III – Programas Consolidados (Art. 41).

A Pró-Reitoria de Extensão e a CaEx já realizaram uma primeira avaliação dos Programas de Extensão relativa ao período de 1999 a 2002, e está na fase final da avaliação relativa ao período de 2003 e 2004.

Na análise empreendida naquela primeira avaliação foram valorizados, tanto pelos pareceristas da CaEx, pela Comissão Assessora como pela ProEx, os ganhos acadêmicos para a área específica de ensino e pesquisa dos docentes envolvidos – participação em reuniões científicas, projetos financiados por agências de fomento como FAPESP, CNPq, FINEP e outras –, o envolvimento de alunos de graduação e pós-graduação e a produção científica, não apenas a estritamente vinculada às atividades de extensão realizadas no período, mas também aquelas afins à temática do Programa.

Embora nas normas de extensão (Art. 41), conforme referido acima, a metodologia classifique os programas Em Experiência, Em Consolidação e Consolidados, no primeiro relatório optou-se pela expansão destes critérios agregando-se aos mesmos a possibilidade de Readequação. Assim, um Programa em Experiência é um programa em fase inicial no qual o grupo responsável não tem ainda uma tradição na área. Já um Programa em Consolidação, mesmo estando em fase inicial, foi assim classificado se o grupo responsável tiver alguma tradição na área, seja do ponto de vista do ensino, ou da pesquisa; podendo requerer readequação caso ainda não tenha apresentado de forma completa os requisitos de indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. O mesmo raciocínio vale para os Programas Consolidados, sendo que neste caso o grupo já deve ter tradição na área. Uma modalidade superior a esta é a do Programa Exemplar e Consolidado, no qual o grupo tem tradição e o conjunto de atividades preencheu de forma adequada os requisitos de indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

Naquela primeira avaliação foi realizado um parecer de mérito para cada programa, uma apresentação dos resultados financeiros daqueles programas que fizeram captação de recursos externos e a classificação obtida pelos programas. Dos 115 programas avaliados, 62 (54%) já se encontravam consolidados, sendo que 32 destes (28%) foram classificados como exemplares. Foram considerados como Em Consolidação 30 Programas (26%) e 4 Em Experiência. Os demais 19 (16,5% do total) foram Programas cancelados por solicitação de seus coordenadores ou pela ProEx, devido a não entrega de relatório, motivada ou pela aposentadoria, ou saída do docente envolvido da UFSCar, ou, ainda, pela mudança da temática de interesse.

Os resultados daquela avaliação global dos programas de extensão, concluída no final de 2003, demonstraram que a qualidade da atuação acadêmica da UFSCar, ao ter como elemento balizador a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, caracteriza-se tanto pela excelência acadêmica como pelo compromisso social do conhecimento que é produzido e transferido à sociedade.

Quanto aos aspectos financeiros, dentre os programas que realizaram atividades envolvendo captação de recursos externos, verificou-se um equilíbrio entre o dispêndio destes recursos em benefícios – bolsas e pró-labore – (34,38%), a parcela relativa à execução das atividades (34,42%) e o montante gasto com investimentos (31,20%), ou seja, os gastos com a aquisição de equipamentos, material bibliográfico e a contribuição dos programas para a composição dos recursos da UFSCar por meio do recolhimento das taxas. Este resultado desmistificou a idéia de que haveria envolvimento excessivo dos docentes com atividades remuneradas em detrimento das demais atividades acadêmicas.

O relatório de avaliação de programas em execução atualmente pela ProEx pretende, além dos aspectos enfocados na primeira avaliação, avaliar os programas em relação aos recursos concedidos pela ProEx e também apresentar o número de

atividades desenvolvidas em 2003 e 2004 desvinculados de Programa, chamadas pelas normas da UFSCar de atividades esporádicas (Art. 47), para que se evidencie a proporção em relação àquelas realizadas na perspectiva da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

O processo de avaliação, visando consolidar a política de extensão vigente e expandir as atividades extensionistas, deve ter continuidade e ser aperfeiçoado. A meta é aprimorar a metodologia de avaliação da extensão, buscando avaliar o impacto dos programas e atividades de extensão e consolidar o sistema de informações – ProExWeb – que atualmente está na fase de teste para uso dos coordenadores de atividade de extensão.

2.3 Política Atual de Extensão

A política atual de extensão vem sendo desenvolvida em consonância com os princípios do PDI – em especial: Excelência acadêmica; Universidade compromissada com a sociedade; Indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; Livre acesso ao conhecimento e Gestão democrática, participativa e transparente – e as diretrizes do PDI – especialmente: consolidar a política de extensão vigente e expandir as atividades extensionistas; avaliar o impacto de programas e projetos de extensão; aprimorar a política de avaliação dos programas e projetos de extensão; e valorizar a produção artística como atividade acadêmica.

A ProEx desde o início desta gestão tem empreendido esforços para implantar o sistema de informação – ProExWeb – que vem sendo desenvolvido desde a gestão anterior em parceria com a Secretaria de Informática da UFSCar.

O ProExWeb foi desenvolvido tendo como base os princípios defendidos e esboçados no PDI e a integração dos dados da UFSCar a uma base de dados nacional sobre atividades de extensão das universidades públicas brasileiras. Em síntese, procurou-se desenvolver um sistema de dados e informações:

1. que fosse compatível e considerasse o Sistema de Dados e Informações da Extensão (SIEEX), já debatido e aceito pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, e, portanto, pela maioria das Universidades Públicas e pelo MEC (Censo/INEP);
2. que permitisse o gerenciamento das atividades de extensão da UFSCar de modo ágil e eficiente e tivesse uma interface amigável para o usuário;
3. que fosse também um instrumento de avaliação das atividades de extensão da UFSCar;
4. que propiciasse a democratização das informações, possibilitando o fácil acesso às atividades desenvolvidas por todos os servidores e coordenadores de atividades de extensão, em atenção à transparência e ao aprimoramento do fluxo de informações;
5. que permitisse busca e consulta aos dados de forma a possibilitar e facilitar ações interdisciplinares e parcerias entre os docentes, departamentos e grupos de pesquisa;
6. que agilizasse a tramitação de propostas e relatórios de extensão e permitisse o acompanhamento on-line pelo coordenador e pelos vários setores envolvidos.

Com base nestas diretrizes foi desenvolvida uma plataforma que permite propor novos programas e atividades de extensão, reofertar atividades de extensão, consultar programas e atividades do próprio coordenador e de outros coordenadores, inserir relatórios, informar a apresentação de palestras e organização de eventos e fazer a tramitação de propostas e relatórios.

Para propor programa e atividade, ou informar palestras e eventos, ou apresentar relatórios, será preenchido um formulário eletrônico semelhante aos de

outras plataformas como *Lattes*, Imposto de Renda, etc. Para reofertar uma atividade o sistema copiará automaticamente as informações que constam no banco, com exceção das datas inicial e final que obrigatoriamente serão modificadas e o coordenador poderá mudar qualquer outra informação que na reoferta seja diferente da proposta inicial da atividade que foi copiada pelo sistema. Espera-se que o sistema tenha, de fato, uma interface amigável, e os professores não apresentem dificuldades para preencher os formulários.

As consultas ao banco de dados poderão ser feitas pelo título ou por parte dele, pelo número do processo, pelas palavras chaves, por coordenador ou pelo departamento ou setor da UFSCar. A consulta aos programas, além das informações sobre o programa propriamente dito, apresenta ainda a listagem de todas as atividades já realizadas e vinculadas a ele, e a previsão do número total de público atendido. Espera-se que ao disponibilizar as informações sobre programas e atividades, possa-se facilitar trabalho conjunto de professores, departamentos e grupos de pesquisa e dar acesso democrático a todas as atividades de extensão realizadas pela UFSCar.

A tramitação será totalmente eletrônica e acompanhada pelo coordenador da atividade que receberá e-mail informando onde se encontra o processo (departamento, parecerista, diretor de centro) e o número do código de acesso. O chefe do departamento, parecerista e diretor de centro também receberão via e-mail o aviso sobre a participação na tramitação e o número do código de acesso. Ao chegar à ProEx. – ou PJ e FAI, quando for o caso – o sistema automaticamente informará ao coordenador via e-mail, mas não haverá acesso ao código, pois estes setores terão páginas próprias no sistema específicas para tramitação, não havendo risco de perda da informação. Tanto o coordenador como os setores envolvidos terão acesso à tramitação, sabendo localizar o processo e tendo informação sobre data e horário da recepção e envio do mesmo. Espera-se que a tramitação eletrônica seja mais ágil, rápida e transparente quanto ao tempo que cada processo fica nos setores envolvidos.

O ProExWeb é também um instrumento de avaliação, permitindo emitir relatórios estatísticos que informam, por exemplo, número de atividades de extensão por área temática, vinculados e desvinculados de programa, número de docentes, técnico-administrativos e alunos envolvidos nas atividades, número de cursos de extensão com determinada carga horária, número de concluintes por curso e pelo total deles, etc. Além dos dados estatísticos é possível obter listagem com determinadas características para uma análise mais qualitativa dos dados. O sistema atende toda a demanda de dados agregados solicitados pela planilha eletrônica do Censo MEC/INEP que a ProEx precisa preencher anualmente.

O sistema ProExWeb está implantado na secretaria da ProEx desde agosto de 2005 e durante todo este ano foram feitas correções, ajustes e manutenção do sistema para o seu melhor funcionamento.

No final de agosto, a ProEx fez uma apresentação do sistema aos membros da CaEx e disponibilizou-o para teste, visando dar oportunidade aos coordenadores de atividade de extensão e demais servidores da UFSCar para se familiarizarem com o sistema e poderem fazer sugestões e esclarecer dúvidas.

Iniciou-se, também, o agendamento de visitas aos departamentos para apresentação do sistema. A prioridade é daqueles departamentos que com mais frequência solicitam recursos à ProEx, pois a implantação do sistema de envio on-line de propostas e reofertas será iniciada para aquelas atividades que solicitarem recursos à ProEx em 2007. O Prazo para entrega destas propostas é 23/11, segundo calendário da CaEx, e pretende-se marcar uma data em outubro para o início do envio pelo sistema ProExWeb.

Após esta primeira experiência, a implantação será estendida para envio das demais propostas, inclusive daquelas que fazem captação de recursos externos e, obrigatoriamente, devem tramitar pela PJ e pela FAI.

Finalmente, a implantação será finalizada com o preenchimento de relatórios para aquelas propostas enviadas à ProEx via ProExWeb. Não é possível analisar relatórios pelo sistema das propostas que não foram enviadas também pelo ProExWeb. Isto porque no sistema, atualmente, os dados preenchidos referem-se às informações gerais correspondentes à primeira parte do formulário da ProEx que eram aquelas que se encontravam no antigo banco de dados da Pró-Reitoria. Houve uma transposição das informações do antigo sistema, bem mais simples e que continha menor quantidade de informações para o ProExWeb. E, portanto, elas são parciais, não contemplando tudo que existe no processo que tramita no papel. Não há ainda no sistema de informações, por exemplo, o detalhamento da proposta e a parte referente aos recursos. Sem estas informações não é possível analisar os resultados frente aos objetivos, metodologia, e orçamento da proposta. O que está no banco de dados hoje são as informações necessárias para o gerenciamento das atividades pela ProEx e importantes para as estatísticas do MEC (Censo).

Hoje, além de o sistema estar com dados incompletos, há também algumas imprecisões, pois se deparou com problemas técnicos ao fazer a transposição de dados para o ProExWeb. Por exemplo, as atividades que tinham dois coordenadores foram transpostas com o nome do primeiro docente que aparecia na lista da equipe de trabalho e que nem sempre era um dos coordenadores. Até agora só foi possível corrigir e atualizar os dados referentes ao ano de 2005. Os dados de anos anteriores estão ainda com imprecisões. Algumas com possibilidade de serem corrigidas e outras não, pois não se tem o processo em mãos para confrontar os dados. A previsão é deixar os dados referentes ao período da atual gestão atualizados.

O sistema ProExWeb, mesmo com dados parciais, agilizou e aumentou a eficiência do gerenciamento de dados e informações da ProEx e melhorou as condições do processo de avaliação das atividades de extensão. Com a implantação total do sistema e, portanto, com a informatização completa das atividades, as consultas e as análises permitirão o aperfeiçoamento da metodologia de avaliação de atividades e programas de extensão e a democratização de acesso às informações.

O livre acesso às informações sobre os programas e as atividades de extensão será promovido quando o sistema ProExWeb for interligado à página da ProEx, possibilitando à comunidade interna e ao público em geral acessar as informações básicas sobre cada uma das atividades de extensão desenvolvidas na UFSCar num determinado momento.

Quanto à valorização das atividades artístico-culturais como atividades acadêmica, a ProEx tem também empreendido esforços neste sentido.

Durante o ano de 2005 foram desenvolvidos 47 projetos culturais, destacando-se os projetos Música na Cidade, Fórum de Debates, Teatro e Áudio Visual e Orquestra Experimental da UFSCar. Foi também realizada uma programação cultural para o campus de Araras, que incluiu a presença da *Orquestra Experimental* e do grupo *Hamilton e seus Estados*.

Outra iniciativa foi o projeto Cine UFSCar, inaugurado em final de agosto de 2005 e instalado no Teatro Florestan Fernandes, o que fez dele o maior cinema da região, com 420 lugares. Com uma tecnologia digital, o Cine UFSCar mantém uma programação semanal, registrando uma média de público de mais de 200 pessoas.

Há que se destacar também, as iniciativas para a instalação da Rádio e TV da UFSCar. Em 2005 foi concluída a construção do módulo para abrigar a TV da UFSCar e, em 2006, a conclusão do prédio da Rádio. Foi publicada a concessão do canal da Rádio UFSCar em final de 2005 e a ProEx vem trabalhando no sentido de prover as condições necessárias para a rádio entrar em funcionamento assim que autorizada.

Para isso, vários equipamentos já foram adquiridos e questões relacionadas à sua missão, conteúdo, administração e tecnologia vêm sendo trabalhados. Em 2006, também se iniciaram as atividades da Rádio UFSCar Web.

Além disso, a ProEx tem empreendido ações para aproximar a universidade da comunidade e fortalecer a imagem da UFSCar junto à população, dando a ela maior visibilidade. Parte desse esforço se traduziu na participação da UFSCar em feiras e eventos, mostrando sua produção. Em 2005, destacam-se a Brasiltec, II Mostra de Ciência e Tecnologia, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Em 2006, está prevista a participação nos seguintes eventos e feiras: Inovatec, III Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Mostra de Tecnologia em Saúde e Brasiltec.

Destaque também para a continuidade dos Encontros de Extensão. Em 2005 foi realizado o V Encontro de Extensão, que se inseriu na VI Jornada Científica da UFSCar. O V Encontro possibilitou a divulgação dos programas de extensão da UFSCar, bem como das atividades de extensão desenvolvidas. O evento contou com 128 trabalhos aceitos nas áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho. Pela primeira vez, foram propostos e aprovados 17 mini-cursos e oferecidas 610 vagas.

No mesmo sentido de divulgar as atividades de extensão da UFSCar ao público interno e externo, a ProEx está providenciando a publicação de dois catálogos: de Programas de Extensão e de ACIEPEs.

2.4 Análise da Extensão na UFSCar

Considerou-se de início que o documento elaborado para a avaliação da extensão da UFSCar dava conta de toda a trajetória percorrida pela UFSCar no que diz respeito à construção de sua política de extensão. Na sua discussão, um dos aspectos de maior convergência foi o reconhecimento de como a política atual de extensão tem se desenvolvido de acordo com as diretrizes do PDI-UFSCar, em particular no que diz respeito ao estímulo à prática da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, onde esta última, embora com suas especificidades, é estimulada a ser vista como uma perspectiva que deve permear o ensino e a pesquisa.

Destacou-se, em função disso, os mecanismos criados para o estímulo à ampliação da atuação extensionista da universidade; ou seja, os Núcleos e Programas de Extensão e as Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPEs). Embora enquanto os primeiros tenham como foco principal os processos de produção e aplicação do conhecimento e as ACIEPEs os processos de formação dos alunos, ponderou-se serem estes mecanismos os principais indutores da prática da indissociabilidade existentes hoje na UFSCar. Ressaltou-se neste sentido a necessidade de se conduzir avaliações não só de resultados, mas também dos impactos que estes mecanismos possam vir a ter sobre as práticas acadêmicas da universidade.

Observou-se, também, que o novo Sistema ProExWeb, em processo de implementação, deve, além de implicar no aumento e agilização do gerenciamento de dados e informações assim como da tramitação e avaliação dos projetos de extensão, facilitar em muito os processos avaliativos.

Ressaltou-se, no entanto, que independentemente dos resultados deste Sistema, seria fundamental para a Universidade ter como conhecer já alguns indicadores da implementação da sua política de extensão. Assim é que entre outros foram destacados as monografias, trabalhos de conclusão de curso e dissertações e teses que se derivaram de projetos e programas de extensão; a quantidade de alunos de graduação e pós-graduação que vêm se envolvendo com os projetos e programas de extensão; a quantidade de recursos próprios ou externos que vem sendo utilizada para o fomento à atividade extensionista; a forma como a atuação extensionista está

contemplada nos projetos pedagógicos dos cursos; a forma como a universidade reconhece o esforço extensionista de seus técnicos e professores; etc.. Naturalmente incluem-se aqui a continuidade das práticas avaliativas já implementadas em relação aos Núcleos e Programas de Extensão e as ACIEPEs.

Um último ponto que merece destaque diz respeito à atuação artístico-cultural da UFSCar para a qual também se recomendou a implementação de uma política mais integrada, tendo em vista inclusive o envolvimento mais recente da UFSCar com Rádio e TV universitárias.

IV INFRA-ESTRUTURA E MEIO-AMBIENTE

1. EVOLUÇÃO DAS QUESTÕES INFRA-ESTRUTURAIS E AMBIENTAIS NA UFSCar

Desde a sua criação, a UFSCar vem apresentando uma expansão permanente das infraestruturas necessárias para a realização de suas atividades. Embora as carências sempre ocorram, em função de novas demandas que surgem, tem-se observado um crescimento físico significativo das instalações ao longo do tempo.

Evidentemente, ao lado da expansão física, é necessário que as infraestruturas sejam compatíveis com a manutenção da qualidade das inúmeras e diferentes atividades executadas no ambiente universitário. Da mesma forma, a qualidade do entorno, seja em termos de ambiente natural, seja de vizinhança construída, deve ser considerada.

A Universidade tem uma política de implantação e manutenção das infraestruturas que busca ser clara e adequada à sua realidade e à do contexto externo, o que normalmente pode ser concretizado na forma de Planos Diretores, elaborados de forma participativa e atualizados periodicamente. Nesse sentido, o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional pode ser considerado um marco importante, estabelecendo princípios e diretrizes que deverão ser atendidos com relação aos diversos aspectos das atividades da UFSCar (administrativas, de ensino, pesquisa e extensão), estando aí incluídas as ações relativas às infraestruturas existentes e a implantar.

A Universidade Federal de São Carlos possui, em sua estrutura administrativa, órgãos encarregados de prever, propor e acompanhar a implantação das infraestruturas, bem, como zelar pelo seu bom funcionamento. Em termos de espaço físico em geral, o primeiro conjunto de atividades mencionado está a cargo do Escritório de Desenvolvimento Físico – EDF, diretamente subordinado à Reitoria. A operação e manutenção da maioria dos sistemas de infraestrutura implantados estão a cargo da Prefeitura Universitária – PU, também ligada à Reitoria. Em igual nível de subordinação, destacam-se ainda outros órgãos que cuidam de aspectos específicos, como: a Biblioteca Comunitária – Bco, a Secretaria de Informática – Sin e a Coordenadoria Especial de Meio Ambiente – CEMA.

A UFSCar foi implantada em São Carlos em 1970 em área previamente ocupada por atividades agropecuárias. No momento de sua implantação, além de algumas novas construções, foram adaptadas e ocupadas edificações previamente existentes, algumas em condições bem precárias. Embora ainda existam algumas dessas edificações (inclusive como marco histórico da implantação da universidade), a maioria delas foi substituída por novas construções, cuja implantação precisa ser acompanhada pela execução dos demais sistemas de infraestrutura (abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, circulação viária, drenagem de águas pluviais, resíduos sólidos, iluminação pública, comunicação, segurança, entre outros).

Os recursos para que as edificações e as demais infraestruturas sejam viabilizadas são em geral obtidos por meio de programas e projetos específicos, uma vez que o orçamento regular não permite tais investimentos (seja por restrições legais, seja pelos valores insuficientes). Nesse sentido, a UFSCar tem buscado elaborar projetos que são submetidos a diferentes fontes de financiamento (linhas de financiamento de infraestrutura de agências de fomento como CNPq/MCT, FAPESP, FINEP; emendas parlamentares ao orçamento da União; convênios com empresas públicas ou privadas), tendo sido bem sucedida em diversas dessas iniciativas.

No presente relatório, não será ainda possível detalhar todas os sistemas de infraestrutura existentes ou necessários, sendo dada atenção principalmente à situação da ocupação física dos *campi* (São Carlos e Araras), traduzida em termos de áreas construídas. A evolução histórica tem mostrado um crescimento bastante significativo no primeiro *campus*, observando-se que na década de 90 a expansão foi

de 67% (59.311m² em 1990 para 98.758m² em 1998, com uma média de 6% ao ano). A taxa de expansão manteve-se na faixa de 6% ao ano nos 7 anos seguintes (1999-2005), quando se observou um acréscimo do 47% , atingindo-se o valor de 145.288m². Cabe destacar que no ano de 2006 a UFSCar criou um novo *campi* em Sorocaba.

A Universidade Federal de São Carlos também tem uma política ambiental clara e adequada à sua realidade, que estabelece princípios e norteia as suas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, visando a sua sustentabilidade.

Assim, ao longo de sua história a UFSCar tem demonstrado uma constante preocupação com o meio ambiente, que está expressa na própria configuração dos *campi* de São Carlos, Araras e, mais recentemente, Sorocaba. Mais de 80% de sua área de 645 hectares (*campus* São Carlos) abrigam áreas verdes: 253ha de reflorestamento de eucaliptos, 172ha de vegetação nativa averbado como Reserva Legal. Somados ao Parque Ecológico Municipal de São Carlos ao lado da Universidade são 300ha de vegetação nativa, com algumas áreas em franca recuperação. Assim, a preocupação com o meio ambiente faz parte do cotidiano, bem como das atividades de ensino, de pesquisas e de extensão desenvolvidas na UFSCar.

Para isso a Universidade vem desenvolvendo oficialmente uma política ambiental desde 1993, quando foi criada a CEMA pela Resolução no. 201/93 do Conselho Universitário, tendo como função planejar e coordenar as atividades relacionadas a: desenvolvimento de uma política ambiental para a UFSCar; ocupação racional dos *campi*; apoio e/ou desenvolvimento de assuntos ambientais; programas de conservação de energia; programas de educação ambiental; explorações agro-florestais; programas de controle de resíduos; controle da utilização de produtos tóxicos nos *campi* da UFSCar; entre outras atividades.

2. DIRETRIZES E AÇÕES INSTITUCIONAIS

2.1 Diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para as Questões Infra-Estruturais e Ambientais

2.1.1 Diretrizes de ocupação dos *campi*: zoneamento do *campus* de São Carlos

- *Implantar as ações de expansão física em São Carlos no sentido Norte, com ocupação do extremo norte do campus.*
- *Assegurar a criação do “corredor de cerrado” (na expansão), ampliando a Área de Reserva Legal e proporcionando a interligação no sentido Leste-Oeste entre as duas áreas de Reserva (deixando apenas passagens ecologicamente cuidadas para veículos e pedestres).*
- *Implantar, a médio e longo prazos, todas as áreas acadêmicas no setor Norte do campus, para possibilitar uma maior interação entre as áreas acadêmicas e facilitar deslocamentos, com a seguinte configuração:*

Área Sul: extensão e outros.

Área Norte: CCET, CCBS e CECH.

Extremo Norte: Parque Esportivo (para comunidade interna e externa), Centro de Eventos, Vivência e Moradia Estudantil.

- *Transferir, no curto prazo, a área de Saúde para a Área Norte. Manter o CCET e a área biológica do CCBS nos locais atuais, preservando-se amplas condições de crescimento. Educação Física permanece na área sul, enquanto não tiver laboratório didático na área norte.*

2.1.2 Diretrizes de desenvolvimento físico-ambiental

- *Manter um índice mínimo de área verde de 30m² por habitante (mais que o dobro do recomendado pela ONU para áreas urbanas).*
- *Preservar os fragmentos de vegetação nativa, ainda que as áreas urbanizadas possam ter vegetação exótica.*
- *Elaborar um Plano de Arborização para as áreas urbanizadas, preferencialmente com o uso de espécies nativas e frutíferas, para a atração de pássaros e pequenos animais.*
- *Incentivar o uso de transporte coletivo para o acesso às áreas urbanizadas dos campi, com o objetivo de diminuir o fluxo de automóveis e a crescente demanda por estacionamentos.*
- *Implantar sistema de gestão eficiente de resíduos urbanos, efetuando a reciclagem dos resíduos sólidos e, futuramente, o encaminhamento das águas residuárias a uma estação de tratamento própria, caso necessário.*
- *Manter a remoção de resíduos sólidos e varrição adequada nas áreas urbanizadas.*
- *Implementar programas de racionalização/redução do uso de energia, de água e de demais insumos/materiais, principalmente os não renováveis.*
- *Criar “Parques Urbanos”, que serão ocupados predominantemente por áreas verdes, mas que poderão abrigar equipamentos urbanos de lazer e esportivos, prevendo-se medidas claras de segurança, particularmente em finais de semana.*

2.1.3 Diretrizes gerais de urbanização e infra-estrutura

- *Incorporar o conceito de execução “plena”, com implantação de edifícios e sua infra-estrutura de redes elétricas, água, esgoto, águas pluviais, lógica e telefone, sistemas de segurança, entornos, acessos principal e secundários, indispensáveis para o funcionamento de todo o conjunto edificado.*
- *Incorporar padrões de acessibilidade, conforme a legislação atual, desde a infra-estrutura viária até as edificações.*
- *Incorporar uma perspectiva ambiental que compatibilize edificações e a vegetação.*
- *Implantar equipamentos urbanos (passarelas, estacionamentos de bicicletas e motos, pequenas praças e ambientes de vivência).*
- *Determinar áreas de expansão para os serviços já existentes – lanchonetes, livraria/papelaria e restaurante – junto aos principais eixos de circulação de pedestres.*
- *Adequar equipamentos urbanos não-conformes.*
- *Promover um adensamento na implantação das edificações nos campi, resguardando, porém, um índice mínimo a ser estabelecido para as áreas verdes e condições de crescimento dos departamentos construídos.*
- *Estabelecer, no campus de São Carlos, eixos de circulação de pedestres no sentido Leste-Oeste, incorporados nas edificações. Onde não houver essa possibilidade.*
- *Implantar passarelas cobertas que proporcionem o sombreamento e proteção dos principais percursos.*

2.1.4 Diretrizes gerais de urbanização e infra-estrutura: sistema viário principal

- *Aprimorar o acesso aos campi, monitorando demanda, capacidade e segurança.*
- *No campus de São Carlos, no curto prazo, utilizar os acessos à Universidade pela rodovia Washington Luís, pela rodovia de Ribeirão Preto e pela rodovia Guilherme Scatena (Babilônia).*
- *Viabilizar, no campus de São Carlos, no médio e longo prazo, o acesso nas proximidades do Parque Ecológico.*

2.2 Infra-Estrutura: Situação Atual

São apresentados a seguir dados relativos às áreas construídas ao final de 2005, obtidos a partir de informações do EDF e PU. Tentou-se fazer uma subdivisão das áreas conforme proposto pelo MEC, embora nem sempre isto tenha sido possível. Para alguns tipos de instalações, foi feita também uma pequena avaliação qualitativa, a partir da percepção de usuários, embora sem critério científico. As informações obtidas relativas ao *campus* de Araras precisam ser ainda revistas e o de Sorocaba está em fase de implantação e construção não sendo apresentadas neste momento.

a) Salas de Aula

De acordo com os dados coletados, estima-se que existem 4% de área construída de salas de aulas teóricas, ou seja 10207,17 m².

Nos seis prédios destinados a essa finalidade (Ats) há um total de 87 salas de aula em uso, sendo três preparadas para aulas de desenho técnico e de projetos e quatro informatizadas.

Não existem documentos oficiais que analisem qualitativamente as condições das salas de aula. Mas infere-se, empiricamente, que as condições da maioria das salas de aula são regulares.

b) Instalações Administrativas

As instalações administrativas compreendem os setores da Administração Central e outros não diretamente ligados aos departamentos acadêmicos; representam 2,2% da área construída, ou seja, 5579 m².

c) Departamentos Acadêmicos

Compreendem as instalações de Ensino e Pesquisa, além de administrativas, incluindo gabinetes de professores e salas de reuniões. As instalações de Ensino e Pesquisa totalizam 85870,56m², representando 33% da área construída.

d) Teatros e Auditórios

As áreas que compreendem os teatros e os auditórios correspondem a 1% do total da área construída, ou seja, 1962,485m². Existem 4 auditórios de aproximadamente 80 lugares cada e dois teatros, sendo que um deles tem 420 lugares (Teatro Universitário Florestan Fernandes). Além desses auditórios e teatros de uso comum, há vários outros alocados em departamentos acadêmicos cuja prioridade de uso é da área específica. De modo geral, pode-se dizer que os teatros e auditórios possuem boa qualidade.

e) Instalações sanitárias

Embora não haja dados oficiais sobre as instalações sanitárias, a estimativa é que haja 2.960m² dessas edificações, e que correspondem a 2% da área construída. A distribuição dessas instalações nas diferentes edificações do *campus* foi estimada como segue:

- 1) Prédios de aulas teóricas → 50m² por prédio;
- 2) Restante dos prédios → 20m² por prédio.

Existem banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais somente nos prédios recém construídos (vide tópico “acesso a portadores de necessidades especiais”).

f) Áreas de Convivência e Restaurante Universitário

Nas Áreas de Convivência incluem-se as lanchonetes dos quiosques.

A área compreendida das Áreas de Convivência e Restaurante Universitário (RU) corresponde a 1,4% da área total construída, o equivalente a 3532 m².

g) Acesso a portadores de necessidades especiais

Os prédios do *campus* UFSCar – São Carlos que contém acesso a portadores de necessidades especiais estão listados a seguir, bem como seus respectivos acessos:

- 1) AT2 → plataforma elevatória (em implantação).
- 2) AT4 e AT5 → rampas de acesso ao piso superior.
- 3) Biblioteca e Restaurante Universitário → rampas de acesso.
- 4) Todos os prédios possuem rampas de acesso no pavimento térreo.
- 5) Todos os prédios recém construídos possuem sanitários adaptados.

h) Biblioteca

A Biblioteca Comunitária (Bco) corresponde a 3,1% da área total construída o que representa 7.951 m². Verifica-se também os seguintes aspectos com relação à biblioteca: acessos a bases de dados: 16; postos de leitura: 600; cabines de estudo em grupo: 13; cabines de estudo individuais: 18; salas de projeção: 5; microcomputadores: 128; impressoras: 33; Scanners: 3; leitores de código de barras: 9; número de filmes: 563; Multimeios (CD, FV, DK): 544.

Há especial preocupação com a atualização do banco de livro-texto que atende prioritariamente os alunos de graduação. A relação livro-texto por aluno é hoje de 1x5, o que, comparativamente a outras IFES, é uma boa relação.

Apesar disso, percebe-se que ainda é insuficiente a quantidade de títulos para algumas áreas e falta atualização para alguns periódicos, embora se verifique um bom serviço *online* de renovação de alguns livros.

Observa-se que o conforto termo-acústico é regular e há áreas para trabalho em grupo.

Como a Biblioteca caracteriza-se, também, pelo atendimento à comunidade externa, observa-se um bom acervo de gibis e literatura diversa, além de jornais.

i) Apoio Complementar

Entende-se por Apoio Complementar: DeAMO (Departamento de Assistência Médica e Odontológica); UAC (Unidade de Atendimento à Criança); Alojamentos; DeSS (Departamento de Serviço Social); SAC (Secretaria de Assuntos Comunitários); Gráfica.

O Apoio Complementar compreende a 3% da área total construída, representando 6682,24 m².

No alojamento são oferecidas cerca de 400 vagas para os estudantes. Quando as vagas na moradia estudantil (alojamento) não são suficientes, os alunos são atendidos através de alguns imóveis alugados nas proximidades da Universidade.

Com relação ao DeAMO verifica-se boa qualidade no atendimento, porém não são atendidas emergências, necessitando assim marcar horário para ser atendido.

j) Unidade Saúde Escola (USE)

Compreende a área da USE 2% da área total construída, com 3.393 m². Nessa Unidade desenvolvem-se atividades de ensino, pesquisa e extensão sob a responsabilidade de servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade, vinculados a seis departamentos e cursos: Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia, Terapia Ocupacional e os recém-criados departamento e curso de Medicina. Ainda, encontram-se implementados na USE os programas de Avaliação Inicial, Saúde Mental, do Idoso, da Pessoa com Necessidades Especiais e Pólo de Capacitação em Saúde.

k) Laboratórios

Compreendem 16% da área total construída, ou seja, 23.159,06m². Especificamente com relação aos Laboratórios de Informática existem 18 LIG's vinculados às coordenações dos cursos de graduação. Na Secretaria Geral de Informática, há também um LIG com 49 máquinas com funcionamento ininterrupto (24h). Além disso, há outras 45 máquinas que são utilizadas no período diurno para aulas de graduação, e quando ociosas no período noturno funcionam também como LIG's.

Em cada um dos LIG's existem específicos dos cursos há, em média, 15 computadores.

Há ainda duas salas de aulas informatizadas que atendem os blocos de salas de aula na área Sul (AT1 e AT2) com, aproximadamente, 60 microcomputadores, e outra sala no AT4 com mais 30 máquinas. Essas salas são utilizadas prioritariamente para o ensino de graduação, mas também podem ser utilizadas como LIG's nos horários disponíveis. Há ainda mais duas salas de aulas informatizadas no AT3, também com 30 computadores cada, de uso preferencial dos cursos de Engenharia Química e de Engenharia de Materiais, e que podem ser utilizados por outros cursos quando não utilizados por aqueles.

Verifica-se também a existência de, no mínimo, um computador por docente.

Apesar do investimento que a instituição vem fazendo na aquisição de novos computadores, foram identificados problemas de diferente natureza, tais como: ausência de leitores de CD, número insuficiente de impressoras na Sin e em alguns LIG's, existência de teclados desconfigurados, desregulagem e ou ausência de aparelhos de ar condicionado.

Há necessidade de reposição constante das máquinas uma vez de sua duração média é de três anos. A baixa durabilidade dos equipamentos deve-se pela sua grande utilização. A título de exemplo pode-se citar a média de utilização dos LIG's da Sin que é de 300 alunos/dia.

Além dos laboratórios de informática, há vários outros utilizados para ensino, dos quais 11 exclusivamente para essa atividade; 107 para essa atividade e para a pesquisa; cerca de 80 para atividades de ensino, pesquisa e extensão e um para ensino e extensão.

Em alguns desses laboratórios, particularmente nos mais utilizados para atividades de ensino e extensão, há, entre outros, problemas de pouco espaço individual nas bancadas e equipamentos obsoletos, embora haja boa assistência técnica para estes. O uso intensivo associado à inexistência de financiamento externo para montagem e manutenção desses laboratórios pode ser apontada como principal causa desses problemas, apesar da Universidade ter aberto, com recursos próprios, editais visando investimentos nesse sentido.

Síntese das Áreas Construídas

A distribuição aproximada das áreas construídas no *campus* de São Carlos da UFSCar ocorre de acordo com a Tabela 50 apresentada a seguir.

Tabela 50 – Distribuição aproximada das áreas construídas no *Campus* de São Carlos.

Discriminação	Área (m²)
Administração	5.778,79
Serviços Gerais	6.845,80
Área Esportiva	1.557,02
Apoio Complementar	6.682,24
Apoio Acadêmico	10.634,48
Diversos	1.557,02
Salas de Aula	10.217,07
Departamentos Acadêmicos	59.057,50
Auditórios	865,49
Teatros	1.097,00
Biblioteca	7.951,11
Laboratórios	23.159,06
USE (Unidade Saúde Escola)	3.393,80
Áreas de convivência	1.095,88
Restaurante Universitário	2.436,00
Sanitários	2.960,00
Total de área construída	145.288,26

Urbanização e infra-estrutura: sistema viário principal

No *campus* de São Carlos, estão concluídas as obras de acesso à Universidade pelas rodovias Washington Luis, Ribeirão Preto e Guilherme Scatena (Babilônia), conforme era previsto no PDI.

2.3 Desenvolvimento Físico-Ambiental: Situação Atual

A gestão ambiental da UFSCar tem como prioridades dois aspectos básicos, que pelas características da Universidade possuem forte influência em seu meio ambiente e entorno – as áreas verdes, compreendendo as áreas urbanizadas, agrícolas e de preservação, e os resíduos gerados nos *campi*, que se referem aos resíduos recicláveis, os potencialmente perigosos e os esgotos.

Além desses dois aspectos procura-se, ainda, gerenciar outros aspectos importantes do ponto de vista ambiental, como o uso racional da água, a conservação de energia, a prevenção de incêndios e a proteção da fauna nos *campi*.

No processo de gestão, são fundamentais a educação ambiental e ambientalização das atividades universitárias, que devem ser permanentemente desenvolvidas e incidir de forma transversal ao mesmo.

2.3.1 Gestão de áreas verdes

2.3.1.1 Áreas urbanas

Nas áreas urbanizadas, onde ocorrem as atividades acadêmicas, administrativas e de recreação, busca-se um enfoque mais estético para a gestão de áreas verdes, com a utilização tanto de espécies vegetais exóticas como nativas, no sentido de manter a harmonia paisagística dos *campi*.

Tem-se mantido também um elevado índice per capita de área verde (m²/hab), para garantir a qualidade de vida e ambiental para suas comunidades. Os fragmentos de vegetação nativa bem como as espécies isoladas têm sido preservados, buscando-se possibilitar a permanência da biodiversidade nessas áreas.

As atividades de manejo nas áreas urbanas, voltadas basicamente para a manutenção de parques e jardins, têm utilizado preferencialmente práticas conservacionistas, que causem menores impactos ambientais.

2.3.1.2 Áreas agrícolas

As áreas de uso agrícola dos *campi* caracterizam-se pela exploração econômica, com plantio de *Eucalyptos* no *campus* de São Carlos e de cana-de-açúcar, predominantemente, no *campus* de Araras.

O manejo dessas áreas, a exemplo das áreas urbanas, tem sido feito mediante a utilização de práticas conservacionistas, com a finalidade de se atenuar potenciais impactos ambientais. Neste sentido, deve ser ainda incentivado o desenvolvimento de pesquisas em práticas agrícolas de conservação e minimização de impactos ambientais.

2.3.1.3 Áreas de preservação

As áreas de preservação compreendem as áreas de Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente (APPs) nos termos da Legislação Federal pertinente – Código Florestal, e outras áreas de interesse de preservação, educação e pesquisa ambiental.

Nessas áreas, a gestão ambiental deve ser voltada para a manutenção das condições naturais e da biodiversidade, com a devida proteção da flora e da fauna. As atividades a serem nelas desenvolvidas devem ser compatíveis com a sua função, voltadas exclusivamente para pesquisas em preservação e para a educação ambiental, sob autorização da CEMA e quando for o caso, dos órgãos ambientais competentes (DEPRN, Polícia Florestal e IBAMA).

2.3.2 Programas e atividades desenvolvidas

Nos últimos anos tem sido uma prática comum desta Universidade:

- 1) Participação como representante da CEMA, em atividades e reuniões dos seguintes órgãos: COMDEMA-Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São Carlos; Conselho Consultivo da FLONA – Floresta Nacional de Ipanema; Comitê da Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré.
- 2) Participação do projeto e campanha de racionalização e economia de energia, em parceria com a PU, com financiamento da FINEP/PERENE.
- 3) Apoio a projeto dos departamentos de Botânica e de Química, para o manejo e controle de pragas de espécies nativas nobres (mogno e cedro), com plantio de árvores na área da Casa do horto da CEMA.
- 4) Atividades contínuas de formação e fornecimento de mudas para paisagismo do *campus*.
- 5) Elaboração e acompanhamento de processo de averbação de uma nova área de reserva legal de aproximadamente 13ha, ampliando a reserva de cerca de 23 para 25% da área total do *campus* de São Carlos.
- 6) Reflorestamento da área das cabeceiras e margens do lago Sul do *campus* de São Carlos, como plantio de 1540 mudas.
- 7) Adaptações e equipagem do Laboratório da UGR-Unidade de Gestão de Resíduos da CEMA/UFSCar, em parceria com DQ, através de recursos do projeto Infra IV da FAPESP, no valor de R\$337.041,00 (equipamentos de análises de laboratório, vidraria, ar condicionado, compressor, destilados etc.).

- 8) Conclusão de adaptações e equipagem do Laboratório do UGR-Unidade de Gestão de Resíduos da CEMA/UFSCar, em parceria com o DQ, através de recursos do projeto Infra IV da FAPESP, no valor de R\$337.041,00 (equipamentos de análises de laboratório, vidraria, ar condicionado, compressor, destilados etc.).
- 9) Levantamento e remoção do passivo ambiental de aproximadamente 22t de resíduos químicos perigosos dos *campi* de São Carlos e de Araras da UFSCar.
- 10) Elaboração de uma norma para manejo de substâncias e resíduos químicos nos laboratórios e setores da UFSCar.
- 11) Licenciamentos ambientais de trevo de acesso norte ao *campus* de São Carlos na Rodovia SP-318 e dos cortes de árvores, especialmente de *Eucaliptos*, na Pista de Saúde e na Via do Bosque.
- 12) Manejo da população de capivaras da área do Lago Sul (represa do Monjolinho), em conjunto com o IBAMA, sendo capturados cerca de 40 animais.
- 13) Prevenção e combate a incêndios, em parceria com a PU e a RIPASA, com a construção de aceiros e manutenção dos existentes.
- 14) Realização/patrocínio dos seguintes eventos: Semana do Meio Ambiente e Sustentabilidade I, II e III do Grupo Gaia da UFSCar, nos anos 2003, 2004 e 2005; 2º Encontro Anual do Instituto de Ciências e Tecnologia em Resíduos – ICTR e Desenvolvimento Sustentável, novembro de 2005, UFSCar.
- 15) Coordenação e conclusão de projeto de reflorestamento de parte da área de reserva da UFSCar, de 27ha, com a manutenção de cerca de 30.300 mudas de espécies nativas da região, através de projeto financiado pelo FEHIDRO-Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Elaboração de relatórios de prestação de contas ao FEHIDRO.
- 16) Manejo da área de cerrado em regeneração, com aproximadamente 60ha, com a desbrota de *Eucaliptus*, a fim de evitar seu crescimento e competição com a vegetação nativa do local.
- 17) Implantação e conclusão de uma estufa de 160m², com irrigação automatizada, próxima à Casa do Horto da CEMA/UFSCar, através de projeto financiado por emenda parlamentar, em convênio com o IBAMA.
- 18) Supervisão de corte e poda de árvores que apresentavam problemas de segurança às pessoas e à rede elétrica da UFSCar.
- 19) Elaboração de estudos para a implantação de uma estação de tratamento dos esgotos da UFSCar e de seus impactos ambientais, com a colaboração do Departamento de Engenharia Civil e da prefeitura Universitária.
- 20) Coordenação dos aspectos ambientais do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSCar e elaboração da parte ambiental do documento final do Plano.
- 21) Acompanhamento e instrução de processos ambientais junto ao DEPRN e à Curadoria do Meio Ambiente do Ministério Público – Comarca de São Carlos.
- 22) Prevenção e combate a incêndios, em parceria com a PU e a RIPASA, com a construção de aceiros e manutenção dos existentes.

- 23) Coordenação do levantamento planimétrico do *campus* de São Carlos da UFSCar, com a colaboração do Departamento de Engenharia Civil.
- 24) Implementação da coleta seletiva de resíduos recicláveis no *campus* de São Carlos da UFSCar em parceria com a Prefeitura Municipal de São Carlos.
- 25) Preservação da Floresta Nativa e projeto de reflorestamento.

2.3.3 Termo de ajuste de conduta

Compensação ambiental dos danos causados pela construção do Trevo Norte e dispositivo de retorno – SP 318 (SP).

Áreas atingidas: Reserva Legal (cerrado) e Área de Proteção Permanente (mata ciliar).

Compensação: aumento de 10,25ha de Reserva Legal Florestal na Gleba F e de 3,19ha na Gleba G. Assim, o total de Reserva Legal atual é de 162,98ha.

Atualmente na UFSCar *campus* São Carlos – do total de 645ha 25% é reserva legal de floresta nativa, a área urbanizada é de 150-200ha, ou seja, apenas 1/3 do *campus* é urbanizado.

Através da PORTARIA GR Nº 183/05, de 24 de agosto de 2005 o Reitor da Universidade Federal de São Carlos, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral desta Universidade, considerando os termos da Resolução CEPE nº 504, de 23/08/05, criou a Comissão de Ética Ambiental da UFSCar (CEA-UFSCar). A CEA é um órgão subordinado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, a qual tem por finalidades assessorar, fornecer consultoria, analisar e emitir pareceres e certificados quanto aos aspectos éticos de todos os procedimentos científicos e didáticos a serem desenvolvidos na UFSCar envolvendo a geração de resíduos químicos ou radioativos, considerando a legislação vigente, a relevância do propósito científico ou didático e os impactos de tais atividades sobre o meio ambiente e a saúde pública.

2.3.4 Gestão de recursos naturais utilizados pela comunidade

2.3.4.1 Sistema de abastecimento de água

Toda a água consumida no *campus* de São Carlos é extraída de três poços artesianos profundos, mediante outorga pelo Departamento de Água e Energia do Estado de São Paulo (DAEE) e submetidos ao controle da Vigilância Sanitária, sendo classificado como “solução alternativa de abastecimento de água para consumo humano” regulamentada pela Resolução SS 4 de 10 janeiro de 2003.

A rede de água do *campus* foi executada e é mantida pela própria UFSCar, através de sua equipe de manutenção; são 12 reservatórios, com volume total de 860m³ que abastece cerca de 8mil pessoas; possui 16.596m e 116 ligações; consumo médio de 700 a 800 m³/dia; tratamento da água: desinfecção por cloração, mediante aplicação de solução de hipoclorito de sódio com uso de ejetores.

Há um Programa para Gestão Sustentável da Água na UFSCar – PROGESA <www.ufscar.br/progesa>, sob responsabilidade conjunta do Departamento de Engenharia Civil e da Prefeitura Universitária.

2.3.4.2 Rede de esgoto e água pluvial

A rede de esgoto do *campus* São Carlos coleta integralmente todos os efluentes, possui características físicas, químicas e biológicas de esgoto doméstico,

fazendo sua condução até pontos de lançamento na rede de esgoto pública do Serviço Autônomo de Água e Esgotos do Município de São Carlos – SAAE.

As redes de água pluvial do *campus* foram executadas e são mantidas pela própria UFSCar, através de suas equipes de manutenção, abrangem toda a área urbanizada do *campus* e apresentam uma extensão de 13.635m.

Assim, pode-se observar que a preocupação ambiental caminha paralelamente com o crescimento desta Universidade.

2.4 Análise das Questões Infra-Estruturais e Ambientais na UFSCar

No que diz respeito às questões infra-estruturais, há significativa expansão da área construída com adequada infra-estrutura, mas ainda são identificados problemas sérios em determinados setores. Cada vez mais, há a preocupação com a procura de soluções qualitativas.

Com relação às questões ambientais a UFSCar é pioneira nessa preocupação, como demonstra a história da criação de seus cursos. No início da década de 90, foi criado um órgão interno para cuidar dessas questões em âmbito institucional. Desde então a UFSCar tem tomado maior número de atitudes positivas, particularmente nos últimos anos, com relação ao ambiente. São exemplos a adequação das instalações mais antigas e das novas construções no sentido de diminuir o consumo de energia elétrica e de água, através de reformas e programas de conscientização da comunidade que a frequenta, embora isto ainda se dê de forma um tanto restrita.

Outro aspecto importante é a preocupação com o destino adequado e os produtos tóxicos gerados em laboratórios diversos, especialmente aqueles de ensino e pesquisa. Para isto ressalta-se a construção da Unidade de Gestão de Resíduos, mas o que se constata é que, apesar dos grandes investimentos, o setor ainda não tem capacidade de atender a toda a Universidade.

Assim, observa-se que, mesmo com os esforços crescentes nas questões ambientais, a UFSCar ainda está longe das condições ideais e para isto deve estabelecer, entre suas prioridades, uma política ambiental clara, forte e adequada à sua realidade, com princípios que norteiem as atividades administrativas, de ensino, de pesquisa e de extensão, buscando a sustentabilidade nos três *campi*.

V COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

1 EVOLUÇÃO

No início de suas atividades, a UFSCar não contava com uma estrutura formal para a área de Comunicação. As atividades de divulgação não eram desenvolvidas sistematicamente. Há registros informais (orais) de atividades nesse sentido desempenhadas no início da década de 1970 por um funcionário vinculado diretamente ao Gabinete da Reitoria (GR) e, depois, por um jornalista não vinculado a uma estrutura formal de assessoria de imprensa ou Comunicação. Em outubro de 1988, o GR instituiu um Grupo de Trabalho (GT) para estudos visando a implantação da Assessoria de Comunicação Social da Reitoria. Após a finalização dos trabalhos do GT, em dezembro de 1988, o Conselho Universitário emitiu parecer criando oficialmente a Divisão de Comunicação Social (DiCom) que, além das atividades de assessoria de imprensa, desenvolvia tarefas de apoio multimídia para a área acadêmica, apoio à organização de eventos e cerimoniais e documentação. No ano seguinte, foi contratado o jornalista Laurindo Leal Filho (docente da Escola de Comunicações e Artes da USP) como consultor para apresentar um projeto de implantação de Assessoria de Imprensa para a UFSCar. No mesmo ano é realizado o primeiro concurso público para preenchimento de uma vaga de jornalista profissional.

Em fevereiro de 1991, na implantação da reorganização administrativa da UFSCar, a estrutura de Comunicação Social é definida com a existência de duas unidades distintas: a Coordenadoria de Comunicação Social (CCS), vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, com a atribuição de divulgar e comunicar iniciativas gerais da Instituição e das áreas científicas e acadêmicas; e a Coordenadoria de Imprensa da Reitoria (CIR), com a responsabilidade de divulgar e comunicar iniciativas da Reitoria. Em agosto de 1991 é apresentada uma proposta para reestruturação do Sistema de Comunicação Social da UFSCar, considerando a constatação de sobreposição de tarefas entre CIR e CCS. No ano seguinte é fundida a CIR com a CCS, com a conseqüente extinção da primeira.

Desde então dirigiram a CCS quatro jornalistas distintas, sendo que a Diretora atual foi empossada em abril de 2001. Ao longo desses anos, foram sendo extintas as vagas para jornalistas no quadro de servidores da Instituição. Atualmente, a equipe da CCS conta com quatro jornalistas (nenhum vinculado ao Regime Jurídico Único), um produtor audiovisual, uma secretária-executiva (única servidora do quadro da Universidade lotada na unidade), uma publicitária e dois estagiários administrativos, além de um bolsista responsável pelo registro fotográfico das atividades da Universidade.

Ainda que as atividades de Comunicação na UFSCar sejam desenvolvidas já há alguns anos, a fragmentação das ações e descontinuidade de projetos levaram a atual gestão da CCS a desenvolver, desde o início de seu trabalho, uma reestruturação da área, pautada na busca pela criação de condições que permitissem a implantação e consolidação de uma política de informação e comunicação. Essa política envolve, necessariamente, outros setores da Universidade diretamente ligados às iniciativas empreendidas, entre os quais se destacam: a Pró-Reitoria de Extensão (responsável pelo projeto de implantação das Rádio e TV da UFSCar), o Sistema de Bibliotecas da UFSCar, a Editora da UFSCar e a Secretaria Geral de Informática,

dentre outros. A necessidade de construção de uma política integrada de informação e comunicação está, inclusive, expressa no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar, publicado em 2004.

Embora ainda não haja uma política formalizada, as discussões e reflexões apresentadas neste documento e a descrição dos produtos de Comunicação em andamento na Universidade – com suas respectivas funções e objetivo – certamente contribuem para mais um passo importante nesse sentido. O momento é extremamente propício para essa reflexão, considerando não só a importância que a atividade comunicacional assume no período contemporâneo, mas também a identificação da possível necessidade de nova reorganização do sistema de Comunicação Social da UFSCar, considerando as novas atividades, conjunturas e produtos surgidos nos últimos anos.

2 AÇÕES E DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

2.1 Diretrizes do PDI

Além da diretriz já mencionada anteriormente, o PDI da UFSCar traz inúmeras outras que se relacionam à atividade de Comunicação Social. Mais diretamente, relacionam-se diretamente à área os seguintes princípios e diretrizes:

- *Universidade compromissada com a sociedade (Princípio).*
- *Indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão (Princípio).*
- *Livre acesso ao conhecimento (Princípio).*
- *Universidade promotora de valores democráticos e da cidadania (Princípio).*
- *Construir uma política integrada de informação e comunicação (Diretriz).*
- *Promover e incentivar a inclusão da metodologia digital em todos os níveis da Instituição (Diretriz).*

Para tanto, a construção de uma política de informação e comunicação implica na criação de estruturas – físicas e tecnológicas –, na construção de procedimentos, na formação e capacitação de equipes e na produção de instrumentos (veículos de comunicação, peças de divulgação e planejamento de ações de comunicação). A descrição realizada no item seguinte permite um diagnóstico da situação atual nesse sentido. No entanto, todas essas ações necessitam de tempo para emergir e, ainda mais fundamental, de um período razoável para que se enraízem junto aos seus públicos, encontrem seus formatos e linguagens adequados e possam se consolidar com credibilidade e permanência produzindo efeitos na medida e na direção demandadas pela Universidade.

2.2 Atividades e Produtos Desenvolvidos

Buscando atingir as metas e objetivos expostos acima, a Coordenadoria de Comunicação Social tem, particularmente desde 2001, buscado a estruturação de atividades e produtos que possibilitem o cumprimento das demandas e expectativas associadas à área colocadas pelas comunidades interna e externa à Universidade. As ações ultrapassam em muito o cotidiano de uma assessoria de imprensa. A CCS atua, portanto, dentro da concepção de uma assessoria de Comunicação, seguindo o princípio da comunicação integrada e desempenhando funções em diferentes frentes. O atendimento a essas necessidades vai muito além da produção de textos jornalísticos – embora o corpo de profissionais da CCS seja formado quase que exclusivamente por jornalistas (à exceção de um produtor audiovisual, contratado recentemente tendo em vista a implantação em um futuro próximo das Rádio e TV da Universidade) –, requerendo habilidades de produção, administração, publicidade,

marketing e relações públicas. Passamos, a seguir, à descrição das atividades e produtos desenvolvidos, explicitando as funções e objetivos previstos para cada um deles.

2.2.1 Relação com a imprensa

O relacionamento da CCS com a imprensa local, regional e nacional acontece por meio do atendimento à demanda espontânea desses veículos, da indução de pautas por meio de *releases* e da organização de entrevistas coletivas. Nos âmbitos local e regional, a inserção da Universidade na pauta dos veículos impressos e eletrônicos é bastante grande, devido à importância atribuída à Instituição nas cidades em que está localizada (São Carlos, Araras e Sorocaba) e arredores. Já em relação à imprensa nacional, a situação enfrentada é de busca constante e permanente pela ampliação da inserção. Isto é devido à especificidade desta instituição federal de ensino superior, localizada em um Estado em que as universidades estaduais são as maiores e de maior qualidade reconhecida no País, o que resulta, na maioria das vezes, em uma atitude viciada dos veículos de Comunicação Social de somente procurar – e reconhecer como relevantes – essas instituições estaduais. Assim, ao longo dos últimos anos, tem-se buscado mecanismos de aprimoramento dessas relações, com o envio sistemático de *releases* ligados à divulgação científica – menos condicionados à localização da Instituição e geralmente dotados de maior penetrabilidade na mídia – e do estabelecimento de contatos periódicos com os jornalistas responsáveis. Com isto, busca-se ampliar as possibilidades de disseminação do conhecimento produzido e armazenado na Universidade, a aproximação com a sociedade na qual ela está inserida (visando, com isso, inclusive colaborar com a democratização do acesso à Universidade, por meio da diluição de barreiras físicas e afetivas existentes) e, também, consolidar a imagem institucional da UFSCar.

Os *releases* enviados diariamente pela Coordenadoria (em uma média de 10 por semana) tratam dos mais variados assuntos ligados às áreas de atuação da Universidade (como eventos, lançamentos editoriais, cursos, prêmios recebidos, projetos estabelecidos etc.). Além disso, alguns temas recebem tratamento especial, como, por exemplo, a divulgação científica (já referida anteriormente) e o processo seletivo anual (para o qual se busca, além de divulgar informações sobre o processo em si, fazer uma disseminação constante mais específica sobre cada uma das áreas de conhecimento contempladas e cursos oferecidos).

Em relação à demanda espontânea, diariamente, a CCS atende solicitações (telefônicas, por e-mail e, até mesmo, pessoalmente) de veículos de imprensa das mais variadas localidades do País, que demandam informações sobre pesquisas, sugestões de pauta e, também, auxílio para conclusão de matérias sobre os mais diversos temas (abarcando desde temas ligados diretamente às atividades desenvolvidas pela Universidade até assuntos de caráter mais geral, aos quais pretendem acrescentar a visão do especialista). Para dimensionar esse tipo de atividade, é realizado o registro – há aproximadamente um ano – de cada solicitação recebida. Finalmente, há cerca de um ano, a Coordenadoria tem desenvolvido um trabalho de assessoria específico junto aos seus *campi* avançados (Araras e, mais recentemente, Sorocaba), visando não só uma relação mais estreita com a imprensa dessas localidades mas, também, uma maior integração entre os *campi* e o fortalecimento do sentimento, nos *campi* não localizados em São Carlos, de pertencimento à Universidade (e não a configuração de faculdades isoladas).

O resultado de todo esse trabalho pode ser acompanhado pela confecção de *clipping* diário de notícias (até o momento, é possível realizar o *clipping* de veículos impressos), que é enviado aos setores interessados e, também, arquivado na Coordenadoria desde 1988 (abarcando não apenas assuntos diretamente ligados à UFSCar, mas também aqueles considerados de potencial interesse da comunidade universitária).

2.2.2 Comunicação interna

A UFSCar, desde os seus primórdios, foi marcada pelo exercício de importantes níveis de democratização, de crítica interna e social responsável e de gestão, além de democrática, participativa. Assim, é atribuída extrema relevância à comunicação interna na Instituição, visando não só otimizar o fluxo de informações administrativas e acadêmicas mas, também, fomentar a participação informada de todos os membros da comunidade em processos decisórios e aproximar departamentos e unidades naturalmente distantes mas que podem ter suas ações potencializadas pela ação articulada.

Um dos principais veículos de comunicação interna é o boletim impresso *Informando*, veiculado quinzenalmente. Embora seja um dos principais canais de comunicação da administração superior da Universidade com a comunidade universitária (e, portanto, composto por diversas informações administrativas), busca-se utilizar no *Informando* uma linguagem não burocrática (com o objetivo de aproximar as pessoas do dia-a-dia da Instituição, e não afastá-las pelo estranhamento ou desinteresse) e, principalmente, incluir pautas relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos mais diversos setores da UFSCar, com ênfase no reconhecimento e compartilhamento de experiências exitosas. O Boletim, bem como todas as demais publicações impressas produzidas, também está disponível em formato pdf no Portal UFSCar (www.ufscar.br) e na página da CCS na Internet (www.comunicacao.ufscar.br).

Outro meio importante de comunicação interna é o informativo eletrônico *Notícias UFSCar*, veiculado diariamente por e-mail para listas de e-mails institucionais de docentes, servidores técnico-administrativos e alunos de graduação e pós-graduação. O informativo foi criado com o objetivo de organizar a comunicação eletrônica na Universidade, concentrando o envio de e-mails institucionais em um momento diário, evitando com isso a proliferação de mensagens eletrônicas, excessivas nos dias atuais, e, assim, tornar mais eficaz esse meio de comunicação. Além de informações relacionadas ao dia-a-dia da Universidade, o *Notícias* reúne informações sobre oportunidades para a comunidade universitária (editais de financiamento para pesquisa e extensão; cursos; estágios; prêmios etc.) e serviços de utilidade pública (seção de achados e perdidos; campanhas educativas e de solidariedade, quando pertinente; dentre outras). As informações veiculadas têm origem tanto na atividade de prospecção da CCS quanto em contribuições da comunidade universitária, em número expressivo a cada dia.

O Portal UFSCar também é um meio de comunicação importante com a comunidade interna, embora não seja restrito a ela em relação a público-alvo (está no planejamento da CCS, em parceria com a Secretaria Geral de Informática (Sin), a criação de uma *Intranet* – ou, no mínimo, de um espaço no Portal destinado especificamente à comunidade interna, o que visa solucionar problemas gerados pela heterogeneidade atual do público do Portal UFSCar). Neste caso, também há diferentes mecanismos estabelecidos para que a comunidade acadêmica possa contribuir com informações para o Portal (Fale Conosco; e-mails individuais de cada jornalista; telefone e audiências presenciais). Atualmente, a gerência direta da CCS acontece apenas na página de abertura do Portal (constituída pelos menus e quadro de notícias) e pelas páginas dos setores administrativos. No entanto, além de já prestar assessoria à construção de outras páginas (de acordo com a capacidade de recursos humanos instalada), há planos de criar, também em parceria com a Sin, metodologias para uma padronização mínima de outros níveis do Portal (como páginas de departamentos, cursos de graduação e pós-graduação etc.). Com isto, objetiva-se não o controle ou fiscalização, mas sim a otimização da disponibilização de informações para todas as pessoas que, de alguma maneira, se relacionam com a Universidade.

Por fim, em momentos particulares (como, por exemplo, quando da realização de eventos ou da necessidade de pautar debates específicos na comunidade

universitária), a CCS assessora a administração superior da Universidade e todos os demais setores da Instituição na elaboração e execução de planos de Comunicação e divulgação, com a realização de atividades e confecção de produtos específicos (*sites*, cartazes, folhetos, cartilhas etc.).

2.2.3 Produtos institucionais

A divulgação das atividades realizadas na Universidade, bem como ações de reforço de sua imagem, também são realizadas através da confecção de produtos institucionais gerais ou específicos, produzidos com diferentes periodicidades. Embora haja o componente institucional nesses produtos (o que, guardadas as devidas ressalvas, assemelha-se ao *marketing* de instituições privadas), também aqui se busca cumprir o compromisso de disseminação ampla do conhecimento produzido e armazenado na Universidade e, portanto, com os princípios de compromisso com a sociedade, livre acesso ao conhecimento e gestão transparente expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSCar.

Dentre esses produtos está a *Revista da Universidade*, editada bianualmente, com versões em português, inglês e espanhol. Este é menos específico dos produtos, com informações sobre toda a estrutura da UFSCar e a explicitação de suas características principais e princípios de atuação. Por essas características, o público da Revista também é bastante heterogêneo, sendo a publicação disponibilizada para distribuição por todos os membros da comunidade universitária (em visitas, viagens, eventos etc.). Em 2006, a *Revista da Universidade* está sendo complementada pela realização de um vídeo institucional e de uma apresentação institucional eletrônica interativa, com objetivos similares, embora destinados à exibição em contextos diferenciados.

Além da *Revista*, são produzidos diversos outros produtos institucionais dedicados a temas mais específicos. Dentre eles estão: *Catálogo de programas de extensão* (que, em sua mais recente edição busca, além da explicitação de seus méritos acadêmicos e sociais, atingir o público que potencialmente se beneficiaria de suas atividades, ampliando assim a abrangência desses programas); *Catálogo de Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão – ACIEPEs*; *Revista do Candidato* (ligada à divulgação do Vestibular); *Catálogo de Programas de Pós-Graduação* (ao qual se somarão, em 2006, diversos produtos ligados à comemoração dos 30 anos da pós-graduação na UFSCar); relatórios parciais e finais de gestão (de prestação de contas das administrações superiores da Universidade); *Revista da Unidade Saúde-Escola*; lista telefônica da UFSCar; *Caderno do Calouro* (para recepção e orientação dos novos alunos); mapas de localização na Universidade; folhetos e cartazes informativos.

2.2.4 Divulgação científica

A UFSCar é reconhecida pela qualidade do ensino e pesquisa que desenvolve e, também, por uma atuação intensa junto à sociedade na qual está inserida – caracterizada, primordialmente, em seus projetos e programas de extensão. A Instituição tem também como princípio o livre acesso ao conhecimento, pelo que tem buscado, nos últimos anos, multiplicar e aprimorar mecanismos de difusão e popularização da Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, além das iniciativas já mencionadas anteriormente, a Coordenadoria de Comunicação Social, em parceria com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, publica desde 2002 a revista de divulgação científica *Univerciência*. Em seu projeto editorial, a missão expressa para a publicação é de colocar em debate a Ciência e Tecnologia produzida no Brasil. Assim, *Univerciência* não se restringe à divulgação das pesquisas realizadas na UFSCar, dedicando igual atenção ao trabalho realizado em outras instituições de pesquisa do País. A divulgação praticada busca contribuir para um modelo de divulgação científica (e, mais especificamente, jornalismo científico) mais eficaz em termos de formação de uma cultura científica no Brasil. *Univerciência* busca retratar o cotidiano da comunidade científica, seus processos, concepções, métodos e, inclusive,

idiossincrasias, buscando com isto a desmistificação da atividade de pesquisa e conseqüente aproximação do público em geral. Além disso, parte do princípio de que a atividade de divulgação científica ganha muito em qualidade e eficácia com a aproximação entre comunicadores e pesquisadores: em *Univerciência*, além de todo o percurso de elaboração de reportagens jornalísticas ser realizado com estreita colaboração entre jornalistas e suas fontes, há espaço destinado para a publicação de artigos de divulgação elaborados pelos próprios cientistas, submetidos à aprovação de pareceristas.

Uma iniciativa recentemente implantada pela CCS, em parcerias com diversos departamentos acadêmicos da UFSCar (Física, Química, Metodologia de Ensino, Artes e Comunicação e Computação) é a constituição do Laboratório Aberto de Interatividade – Disseminação do Conhecimento Científico e Tecnológico (LabI). Em fase inicial de constituição (com financiamento do CNPq e com projeto de financiamento em análise pela Fapesp), o LabI visa articular e consolidar as diversas iniciativas de divulgação científica já existentes na Universidade, reunindo os esforços empreendidos por departamentos acadêmicos e unidades administrativas diferentes e, assim, otimizando os trabalhos e potencializando os resultados de cada uma dessas ações em termos da educação científica da população atingida.

2.2.5 Implantação da Rádio e TV da UFSCar

O envolvimento da UFSCar com a radiodifusão universitária remete ao momento em que, por meio de projetos especiais, membros da comunidade universitária colaboraram com a Rádio Universitária de São Carlos (emissora da Fundação Teodoro Souto que hoje retransmite a programação da Rede USP de Rádio, com pouca produção local). Em 2002, o término da parceria entre a UFSCar e a Universidade de São Paulo (*campus* de São Carlos) motivou um pedido de concessão próprio, cujo processo foi iniciado em 2003.

A partir de então, a administração superior da UFSCar começou a empreender esforços para a construção de um edifício que pudesse abrigar adequadamente os novos veículos (concluído em maio de 2006). Além disso, recursos financeiros passaram a ser destinados à compra dos equipamentos e materiais de consumo necessários. Em setembro de 2005, a Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) e a CCS uniram esforços para dar início a esse processo de reflexão e ação visando a implantação dos veículos, que inicialmente deveriam ser transmitidos via *Web*. O objetivo desse movimento foi a concretização de um projeto conceitual e de implantação. O plano de ação elaborado permitiu a instalação de grupos temáticos de trabalho (Conteúdo, Tecnologia e Administração) e de um Comitê Gestor para o processo. Logo no início dos trabalhos, o foco passou a ser a implantação da Rádio UFSCar, uma vez que havia sido anunciada pelos órgãos competentes a concessão para operação de uma emissora educativa pela Universidade. Das atividades realizadas resultaram até agora um documento com as diretrizes editoriais para a Rádio UFSCar (já aprovado pela Câmara de Extensão da Universidade); a produção programas-piloto e vinhetas; a produção de documentos que têm subsidiado o Comitê Gestor¹ em diversas ações relacionadas à implantação da Rádio (proposta de organograma, descrição de perfis profissionais e propostas para a formação dos conselhos gestores); e a elaboração de uma sistemática para recepção e análise de propostas de programas elaboradas por membros da comunidade universitária e da sociedade local e regional.

As diretrizes editoriais definidas para a Rádio UFSCar têm o objetivo de garantir a independência do veículo e a coerência e consistência de seu projeto. Visam também constituir um documento de referência que permita o debate e acompanhamento constante pelas comunidades interna e externa à Universidade,

¹ Constituído por representantes da Pró-Reitoria de Extensão, da Coordenadoria de Comunicação Social e do Departamento de Artes e Comunicação.

tornando a Rádio assim um meio de comunicação verdadeiramente democrático e que atenda às expectativas e demandas da sociedade.

De acordo com essas diretrizes, a Rádio UFSCar tem como objetivo geral cumprir seu papel de meio de comunicação público, de acordo e defensor dos princípios da universidade pública, gratuita e de qualidade, e atuante no movimento de democratização da Comunicação no Brasil e no mundo. O público da Rádio UFSCar está definido como toda a população dos municípios de sua abrangência (convencional e *Web*), sem distinção de faixa etária, classe social e outras características.

Considerando que a função primordial da Universidade é a produção, sistematização e disseminação do conhecimento, a Rádio UFSCar assume um papel central no cumprimento dessa função, uma vez que caracteriza um canal extremamente abrangente para a disseminação do resultado das atividades empreendidas na Universidade e para a aproximação desse saber do cotidiano dos cidadãos. A Rádio UFSCar será também um veículo com grande potencial de prestação de serviços de interesse público, tanto em ações realizadas exclusivamente pela Universidade, quanto em parcerias com outros órgãos governamentais e da sociedade civil organizada. Entre essas ações de prestação de serviços estão: realização de campanhas educativas, discussão com especialistas sobre temas emergentes, agendas, entre outras.

O veículo se configura também como um espaço de experimentação de novas linguagens, formatos e soluções tecnológicas, devendo, para isto, ter um quadro de profissionais em constante atualização e com um perfil de criatividade e abertura para novos desafios. É inclusive espaço privilegiado de formação tanto dos alunos de graduação e pós-graduação da Universidade, no nível do ensino formal, quanto para diferentes membros da sociedade, considerando suas possibilidades de ensino informal e formação para a cidadania.

2.2.6 Sistema de apoio à comunicação integrada

Com a ampliação e aprimoramento das atividades ligadas à Comunicação Social na UFSCar – resultantes do apoio a essas atividades dispensado pela administração superior da Universidade, ciente da importância estratégica da área; da reestruturação e treinamento da equipe da CCS; do amadurecimento do trabalho realizado ao longo dos últimos cinco anos; e, por outro lado, pelo conseqüente aumento das demandas – tornou-se necessária implantação de algumas iniciativas que organizassem mais sistematicamente os procedimentos diários empreendidos, bem como possibilitassem a constituição e alimentação de bancos de dados que facilitassem o armazenamento e recuperação das informações produzidas e veiculadas.

Nesse sentido, será de fundamental importância a implantação do Sistema de Apoio à Comunicação Integrada (SACI), atualmente em fase de construção. O SACI, especialmente desenvolvido para a UFSCar (por servidor da CCS, em seu curso de especialização em computação na área de desenvolvimento de *software para a Web*), consiste em ferramenta digital para gerenciamento de informações relativas a toda produção de conhecimento, fatos e realização de atividades diversas nos *campi* da Universidade, bem como para disponibilização de produtos artísticos e culturais como filmes, músicas e fotos. O Sistema controlará desde a recepção de informações e sugestões de pautas oferecidas pelas comunidades interna e externa, passando pela produção de meios textuais, visuais e audiovisuais oriundos de solicitações realizadas ou não, até a disseminação dinâmica e armazenamento dessas informações em meios de comunicação adequados e hipermídia que possibilitem a interação com os usuários. Dessa maneira, o SACI possibilitará não só o aprimoramento do trabalho de Comunicação Social realizado na UFSCar, mas também a aproximação com diferentes públicos – tanto para disseminação quanto para a produção de conteúdo – e a consolidação de processos de registro histórica das atividades da Universidade.

2.3 Análise das Atividades Relacionadas à Comunicação

O avanço obtido na área de comunicação e informação da instituição tem possibilitado não apenas uma circulação mais eficiente das informações no espaço interno da Universidade como tem possibilitado uma presença mais freqüente da UFSCar na mídia regional.

Efetivamente pode-se, hoje, falar num processo de constituição de uma política de comunicação e informação para a instituição, entretanto há a preocupação da não garantia de continuidade do processo, visto que não existem no quadro da Coordenadoria de Comunicação Social, funcionários efetivos.

Há o reconhecimento da necessidade de um trabalho retrospectivo e de uma recuperação da história da UFSCar, sendo que a organização de registros não foi priorizada como política institucional. É necessário identificar ou criar setores que possam se responsabilizar por essa tarefa. Aponta-se a ausência de uma preocupação, na política de informação, da perspectiva de uma construção histórica na Universidade. O reconhecimento de que o fazer hoje será história amanhã deve fazer parte do horizonte das ações comunicativas.

A partir da discussão sobre as atividades desenvolvidas pelos setores responsáveis pela comunicação na UFSCar constatou-se que a universidade não possui um veículo impresso de informação. Esse instrumento possibilitaria elementos para o reconhecimento, pela comunidade universitária, das atividades diferenciadas dos diversos *campi* da UFSCar e dos projetos e pesquisas desenvolvidas na instituição. O *Informando*, embora procure sanar a ausência de um veículo impresso universitário, efetivamente ele é um informativo da reitoria. Com referência ao Sistema de Apoio à Comunicação Integrada (SACI), em processo de elaboração, este deveria ser pensado de forma mais ampla, gerenciando a informação gerada nos diferentes âmbitos da universidade.

Dentre as iniciativas já consolidadas, foi dado destaque ao Portal UFSCar que tem cumprido seu papel na difusão de informações da universidade, contudo, seria importante ter uma política de sensibilização dos diferentes setores da UFSCar no sentido de manterem atualizados seus *sites*.

O envolvimento de toda a comunidade é fundamental para o desenvolvimento de uma política de informação eficaz. O grupo identifica a existência de uma proposta de política de informação. Algumas ações no sentido de começar a efetiva-la já estão em desenvolvimento, mas esse é apenas o início de um processo. As mediações para que isso ocorra são compostas por um planejamento estratégico e investimento adequado no setor.

VI REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior, **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras**, Brasília: 1994.

BRASIL, Ministério da Educação, Lei nº. 10.861/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 15 de abril de 2004, p. 3.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria nº. 2051/2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 9 de julho de 2004, p. 131.

BRASIL, Ministério da educação, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior (SINAES), Diretrizes e Instrumento**. Brasília: 2006.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADE PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão**. Ilhéus: Editus, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Cursos Recomendados e reconhecidos – Coleta de dados** PPGBiotec, PPGCC, PPGCEM, PPGCF, PPGCSo, PPGCiv, PPGERN, PPGE, PPGEES, PPGEF, PPGEQ, PPGEU, PPGEst, PPGFil, PPGF, PPGFt, PPGGEv, PPGL, PPGGM, PPGQ. São Carlos: UFSCar, 2005. CDROM.

SANTOS, J.E.; HAYASHI, M. C. P. I. (Org). **Indicadores da Pós-Graduação e Pesquisa da UFSCar (1996-2000)**. São Carlos: UFSCar.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, Comissão Própria de Avaliação (CPA). **Projeto de Avaliação Institucional do Ensino Superior (SINAES)**. São Carlos: UFSCar, 2005. 20p + Anexo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Documento-Base-Aspectos Acadêmicos. Subsídios para discussão**. São Carlos: UFSCar, 2002. 27 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Documentos internos consultados**, em ordem cronológica:

Atos SOC 015/81, 22/82 e 04/83. São Carlos: UFSCar, 1981, 1982 e 1983.
Resoluções do CEPE 014/85 e 023/86 – São Carlos: UFSCar, 1985 e 1986.
Portaria GR 220/93 de agosto de 1993. São Carlos: UFSCar, 1993.
Portaria GR 667/94 de setembro de 1994. São Carlos: UFSCar, 1994.
Portaria GR 485/98, de 14 de julho de 1998. São Carlos: UFSCar, 1998.
Portaria GR 220/93 com a nova redação dada pela Portaria GR 664/99 de abril de 1999. São Carlos: UFSCar, 1999.
Parecer CEPE nº. 776/2001, de 30 de março de 2001. São Carlos: UFSCar, 2001.
Portaria GR 771/04, de 18 de junho de 2004. São Carlos: UFSCar, 2004.
Portaria GR 461/06, de 07 de agosto de 2006. São Carlos: UFSCar, 2006.
Portaria GR 552/06, de 10 de novembro de 2006. São Carlos: UFSCar, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, Editora. **Relatório Anual**. São Carlos: UFSCar, 2004, mimeo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, Editora. **Relatório Anual**. São Carlos: UFSCar, 2005, mimeo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Informações Oferecidas por Órgãos da UFSCar**: Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Coordenadoria Especial para o Meio Ambiente, Prefeitura Universitária, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Unidade de Gestão de Resíduos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Planejamento de Desenvolvimento Institucional**. São Carlos: UFSCar, 2004. 48 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, Pró-Reitoria de Extensão. **Avaliação dos programas de Extensão da UFSCar: Período 1999-2002**. São Carlos: UFSCar, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório de Gestão 2005**. São Carlos: UFSCar, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, Pró-Reitoria de Extensão/Secretaria de Informática – Sistema ProExWeb – 2005 – www.proexweb.ufscar.br -. São Carlos: UFSCar, agosto de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, Pró-Reitoria de Graduação. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB)**. São Carlos: UFSCar, s/data. CDROM.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Nexos – www.nexos.ufscar.br - São Carlos: UFSCar, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, Pró-Reitoria de Graduação. Sistema ProGradWeb – www.progradweb.ufscar.br - São Carlos: UFSCar, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Relatório Anual**. São Carlos: UFSCar, 2004, mimeo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Relatório Anual**. São Carlos: UFSCar, 2005, mimeo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Relatório de Gestão 2000-2004**. São Carlos: UFSCar, 2004.

VII ANEXO

Relação dos integrantes dos quatro grupos que se responsabilizaram pela auto-avaliação institucional.

GRADUAÇÃO

- **Docentes coordenadores de sub-grupos**

Celso Aparecido Conti – Departamento de Educação

Edemilson Nogueira – Departamento de Engenharia de Produção

Maria Helena Antunes de Oliveira e Souza – Pró-Reitoria de Graduação

- **Docentes membros dos sub-programas**

Clélia Maria de Paula Marques – Departamento de Química

Clóvis Wesley O. de Souza – Departamento de Morfologia e Patologia

Estevam Rafael Hruschka Júnior – Departamento de Computação

João Virgílio Tagliavini – Departamento de Educação

Luciana Thie Seki Dias – Departamento de Biotecnologia Vegetal

Márcia Ogata – Departamento de Enfermagem

Maria Inês Salgueiro Lima – Departamento de Botânica

Rosa Maria M. A. de Oliveira – Departamento de Metodologia de Ensino

Sérgio Luís da Silva – Departamento de Ciência da Informação

Sissi Marília dos Santos Forghieri Pereira – Departamento de Medicina

- **Funcionárias de nível superior, auxiliares da coordenação**

Meire Moreira Cordeiro – Pró-Reitoria de Graduação

Patrícia Lourenço - Pró-Reitoria de Graduação

Regina Melchiades - Pró-Reitoria de Graduação

Sandra Maria Navascues - Pró-Reitoria de Graduação

- **Funcionária de nível médio, membro de um sub-grupo**

Sílvia S. Fracola da Silva – Divisão de Informação e Controle Acadêmico

- **Aluno de curso de graduação**

Joeversson D. Evangelista – Curso de Ciências Sociais

Observação: Além dos integrantes do grupo acima referidos, foram convidados mais dois docentes, um funcionário e uma aluna, que aceitaram participar, mas não compareceram.

PÓS-GRADUAÇÃO

- **Docente coordenadora do grupo**

Maria da Glória Bonelli – Departamento de Ciências Sociais

- **Docentes membros do grupo**

Bento Prado Neto – Departamento de Filosofia e Metodologia da Ciência

Cláudio Alberto Torres Suazo – Departamento de Engenharia Química

Enicéia Gonçalves Mendes – Departamento de Psicologia

Flávio Henrique da Silva – Departamento de Genética e Evolução

Heloisa Sobreiro Selistre de Araújo – Departamento de Ciências Fisiológicas

Márcio José Martins – Departamento de Física

Odete Rocha – Departamento de Ecologia e Biologia Evolutiva

- **Alunas dos programas de pós-graduação**

Ana Maria Suficiél Bertollo – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Carmem R. de Oliveira Farias – Programa de Pós-Graduação em Educação

Maísa Sanches Georgetti – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana

Melissa Ottoboni Segura – Programa de Pós-Graduação em Genética

Observação: Além dos integrantes do grupo acima citados, foram convidados mais três, sendo uma docente, uma funcionária e uma aluna, que aceitaram participar, mas não compareceram.

EXTENSÃO

- **Docente coordenador do grupo**

Targino de Araújo Filho – Departamento de Engenharia de Produção

- **Docentes membros do grupo**

Antonio Riul Júnior – *campus* de Sorocaba

Ioshiaqui Shimbo – Departamento de Engenharia Civil

Jane Maria Faulstich de Paiva – *campus* de Sorocaba

Leonilia C. Queiroz Passos – Departamento de Fisioterapia

Luiz Gonçalves Júnior – Departamento de Educação Física e Motricidade Humana

Maria Teresa Mendes Ribeiro Borges – Departamento de Tecnologia Agroindustrial Sócioeconomia Rural

Paulo Antonio Silvano Caetano – Departamento de Matemática

- **Funcionário**

Raymundo Garbelotti Filho – Biblioteca Comunitária

- **Aluno de curso de pós-graduação**

Fúlvio C. Garcia Severino – Cursinho Pré-Vestibular

Observação: Além dos integrantes do grupo acima mencionados, foram convidados mais uma docente e uma aluna de pós-graduação, que aceitaram participar, mas não compareceram.

ADMINISTRAÇÃO

- **Docente coordenadora do grupo**

Alice Helena Campos Pierson

- **Docentes membros do grupo**

Alaíde Aparecida Fonseca Gessner – Departamento de Hidrobiologia

Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira – Departamento de Engenharia Civil

Caetano Brugnara – Departamento de Tecnologia Agroindustrial
Sócioeconomia Rural

Nelci Adriana Cicuto F. Rocha – Departamento de Fisioterapia

Pedro Ferreira Filho – Departamento de Estatística

Valter Roberto Silvério – Departamento de Ciências Sociais

Waldemar Marques – *campus* de Sorocaba

- **Técnicos Administrativos**

Alda Maria Napolitano Sanches – Pró-Reitoria de Administração

Maria do Céu Ramos de Andrade – Secretaria da Coordenação do Curso de
Educação Física

Maria Cristina Netzsche – Gabinete da Reitoria

Rafael Bellan Rodrigues – Coordenadoria de Comunicação Social

Rita de Cássia Torres de Santi – Secretaria do Departamento de Química

Observação: Além dos integrantes do grupo acima mencionados, foi convidado mais um docente, que aceitou participar, mas não compareceu.